



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - CAMPUS DE CASCAVEL
CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTESCURSO DE PÓS-
GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM LETRAS – NÍVEL DE
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM LINGUAGEM E SOCIEDADE

MÁRCIA VORPAGEL SERSCHÖN

**QUANDO *ELAS* ESTÃO COM *ELE*: O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO
DAS *MULHERES.COM* O PRESIDENTE³⁸**

CASCAVEL - PR

2021

MÁRCIA VORPAGEL SERSCHÖN

**QUANDO *ELAS* ESTÃO COM *ELE*: O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO
DAS *MULHERES*.COM O PRESIDENTE³⁸**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Mestre em Letras, junto ao Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Letras, nível de Mestrado e Doutorado - área de concentração Linguagem e Sociedade.

Linha de Pesquisa: Estudos Discursivos: Memória, Sujeito e Sentido.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares

CASCADEL - PR

2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Serschön, Márcia Vorpagel

Quando elas estão com ele: o funcionamento do discurso das mulheres.com o presidente38 / Márcia Vorpagel Serschön; orientador Alexandre Sebastião Ferrari Soares. -- Cascavel, 2021.

110 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Cascavel) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2021.

1. Mulheres; . 2. Análise de Discurso Pecheutiana; . 3. Formação Discursiva; . 4. Rede Social. I. Ferrari Soares, Alexandre Sebastião, orient. II. Título.

MÁRCIA VORPAGEL SERSCHÖN

**QUANDO ELAS ESTÃO COM ELE: O FUNCIONAMENTO DO DISCURSO
DAS MULHERES.COM O PRESIDENTE³⁸.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestra em Letras, área de concentração em Linguagem e Sociedade, linha de pesquisa Estudos da Linguagem: Descrição dos Fenômenos Linguísticos, Culturais, Discursivos e de Diversidade, APROVADA pela seguinte banca examinadora:



Orientador Prof. Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Cascavel (UNIOESTE)



Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Cascavel (UNIOESTE)



Profa. Dra. Luciana Iost Vinhas
Universidade Federal de Pelotas (UFRGS/UFPeI)



Profa. Dra. Dantielli Assumpção Garcia
Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Letras/Unioeste
Portaria n. 1240/2020-GRE

Cascavel, 01 de dezembro de 2021.

Aos meus pais, Inácio Schroeder Vorpagel e Ruzana Vorpagel, que me ensinaram que, apesar de dura, a vida é bela e vale a pena.

Ao meu amado filho Thales pelos laços infinitos que nos unem no amor genuíno.

Às minhas avós Anna e Adela (*in memoriam*), mulheres corajosas, que me ensinaram a jamais desistir dos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Palavras não são suficientes para darem conta da densidade daquilo que queremos dizer. Todavia, o sentimento de finalizar esta dissertação é uma mescla de sensações e uma dose de nostalgia. Escrever significa fazer um mergulho corajoso na alma, e fazer esse mergulho em uma pandemia torna-o ainda mais profundo e significativo. Sou grata por todos os afetos compartilhados neste percurso...

Assim, agradeço aos meus pais, Ruzana e Inácio, seres mais que essenciais para minha existência, em especial pelo colo de minha mãe, por segurar minha mão e me encorajar a sempre seguir.

Ao meu amado filho Thales, que se tornou mais independente na falta da mãe, mas que sempre dizia, “pode ir, mãe! Eu me cuido e se cuida também!”. E que em outras ocasiões queria dividir as leituras de AD comigo, assim, segundo ele, eu terminaria mais rápido, inclusive foi a uma feira de livros, mas voltou frustrado por não ter encontrado um livro de AD para me presentear. Sou muito grata por ser sua mãe!

Ao meu esposo que, com alguma paciência, mesmo na ausência, buscava me incentivar a seguir.

À minha irmã Cristiane e meu irmão Marcos, pelo amor, carinho e amizade. Vocês não são apenas irmãos, são meus amigos. Ao meu sobrinho e sobrinhas, seres mais que especiais em minha vida, e Natieli, que defino com a clássica frase de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

Aos colegas de mestrado e doutorado. Foi ótimo compartilhar cada momento com vocês. Aos amigos que, pacientemente, entenderam a minha ausência e me incentivaram, em especial à Pamera, mulher inspiradora, detentora dos melhores conselhos e de riso fácil. Também à Denise, mulher determinada, compartilhando o trajeto à Cascavel, com muitas doses de afeto. Ao Marcelo pela parceria nas leituras, eventos.

À minha amiga Micheli, que mesmo não entendendo da teoria pecheutiana, que eu insistia em compartilhar, se mostrava sempre atenta para me ouvir. Assim como minha cunhada/irmã Angélica, sempre com uma escuta atenta.

À Kelly, que sempre me encorajou e incentivou, tenho tanto orgulho do lindo ser humano que te tornaste. Obrigada por tanto!

À amizade da Júlia, que em 2021 o universo me presenteou, com distraídas e afetuosas falas todas as manhãs ao caminho do trabalho, numa troca mútua de afeto nestes tempos tão difíceis.

Às minhas amigas que o mestrado trouxe de presente, Vanessa e Karla, meninas/mulheres corajosas. Sem vocês esse mestrado não teria o mesmo brilho, obrigada pela caminhada, pelos medos compartilhados, pelos conselhos, choros, risos, e pela partilha de horas e horas de estudo juntas.

Ao Programa de Mestrado em Letras, da Unioeste, e seus incríveis professores e professoras, responsáveis pelo aperfeiçoamento de muitos profissionais.

Ao professor Dr. Alexandre Sebastião Ferrari Soares, meu orientador. Uma pessoa especial, que conheci no *Campus* de Marechal, em aulas de linguística e com o qual tive o prazer de aprender, em 2003/2004, na graduação e no reencontro da caminhada na pós-graduação. Ficam, aqui, registrados os meus sinceros agradecimentos pela acolhida no mestrado, pelas orientações e pelo carinho. Sou grata pela correção atenta, pela sua paciência e ensinamentos, sobretudo no contexto tão delicado de pandemia, que afeta a tod@s. Sua contribuição foi de muita importância para os meus estudos e também para o meu viver, pois és um humano de muita humanidade.

À professora Dra. Dantielli Assumpção Garcia, que além de fazer parte da banca, foi incrivelmente amorosa sempre que precisei, além de apresentar com leveza e muita desenvoltura o conhecimento durante as aulas e eventos. És minha inspiração e minha feminista preferida.

Ao professor Cattelan, também agradeço imensamente pelas suas aulas, sendo o meu primeiro contato com a Análise de Discurso ministrada por ele ainda na graduação, em Marechal Cândido Rondon. Porém, foi no percurso como disciplina especial que a AD me afetou e trouxe tantos sentidos.

À banca de avaliação final, composta pela professora Dra. Dantielli Assumpção Garcia, Dra. Luciana Iost Vinhas, por aceitar prontamente ao convite, pelo zelo durante as minuciosas e afetuosas leituras, além de toda direção para lapidar esta pesquisa. Por todas as valiosas ponderações. Sou feliz por isso e muitíssimo grata!

Por fim, a todas e todos com os quais convivi durante esse mestrado e por todas as ricas trocas de leituras e experiências que me fortaleceram e contribuíram

para a minha evolução enquanto ser humano.

E como digo sempre, os afetos compartilhados, potencializados, é que nos salvam e nos salvarão das trevas.

Agradeço, ainda a Deus e ao Universo pela vida.

“As relações de poder precisam ser revistas, subvertidas, transformadas – sejam elas entre homens e mulheres, entre seres humanos de culturas e origens diferentes, entre seres humanos e o planeta, entre os donos do capital e dos meios de produção e os que entram com sua força de trabalho e de reprodução social, ou que trazem à humanidade cultura e criatividade. [...] O que queremos é um convívio sem dominante e nem dominado, com complementação e nunca exploração, cultivando relações colaborativas, coletivas, reestruturando a noção de poder e direcionando nosso pensamento para a igualdade – política, econômica e social. [...] Para criarmos um presente e um futuro livres e acolhedores para todos os seres vivos, o século XXI deve ser feminino e feminista, disso não tenho dúvida.”
Joênia Wapichana (Feminismo para os 99%, um manifesto)

[...] ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso ousar pensar por si mesmo. (M. Pêcheux, 1998)

SERSCHÖN, Márcia V. **Quando elas estão com ele: o funcionamento do discurso das *mulheres.com* o presidente38**. 2021. (110 f.) Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel.

Orientador: Alexandre Sebastião Ferrari Soares

Defesa: 01 de dezembro de 2021.

RESUMO

Neste trabalho, a partir da perspectiva teórica da Análise de Discurso proposta por Michel Pêcheux, analisou-se os discursos presentes na página do Facebook intitulada Mulheres com Bolsonaro#17. Esta pesquisa teve por objetivo compreender como se sustentam os efeitos de sentidos, as Formações Discursivas (FDs) em dizeres produzidos na rede social por mulheres em apoio ao presidente38. Também buscamos mobilizar a compreensão de que os dizeres são constituídos de uma memória discursiva. Da mesma forma, entendemos que o sujeito do discurso é construído a partir de um já-dado, isto é, manifesta-se numa materialidade que lhe é anterior, moldando-se pelas condições de produção, pelo conjunto de regras da sociedade e pelo contexto sócio-histórico ideológico. A Análise de Discurso, ao compreender o pré-construído enquanto os modos como o interdiscurso se faz presente intradiscursivamente, não desvincula esses funcionamentos da relação entre ideologia e inconsciente, considerando-a como constitutiva do processo de estabelecimento de sentido entre interlocutores. Depreende-se que o discurso das mulheres analisadas é porta-voz de outros discursos estabilizados. Neste sentido, refletimos também sobre um imaginário de mulher que se filia ideologicamente a um dizer machista, mas que pode se filiar a um dizer feminista, pois se a mulher pelo feminismo liberal é livre para fazer o que quiser, como quiser, é também livre para se filiar, inclusive, aos ideais do presidente38, pois se identifica com o discurso que o elegeu; os princípios de família tradicional, de cidadão do bem.

PALAVRAS-CHAVE: Mulheres; Análise de Discurso Pecheutiana; Formação Discursiva; Ideologia; Rede Social.

SERSCHÖN, Márcia V. **Women discourses that are with him: the discursive functioning of the said and not said of women.com the president 38.** 2021. (110 f.) Dissertation (Masters in Language) - Western Paraná State University – UNIOESTE, Cascavel.

Advisor: Alexandre Sebastião Ferrari Soares
Dissertation defense: December 01 st, 2021.

ABSTRACT

In this work, from the theoretical perspective of Discourse Analysis proposed by Michel Pêcheux, the discourses present on the Facebook page entitled Mulheres com Bolsonaro#17 were analyzed. This research aimed to understand how the effects of meanings, the Discursive Formations (DFs) are sustained in sayings produced in the social network by women in support of the president³⁸. We also seek to mobilize the understanding that sayings are constituted by a discursive memory. Likewise, we understand that the subject of the discourse is constructed from an already-given, that is, it manifests itself in a materiality that is prior to it, shaped by the conditions of production, by the set of rules of society and by the context ideological socio-historical. Discourse Analysis, by understanding the pre-constructed as the ways in which the interdiscourse is present intradiscursively, does not detach these functionings from the relationship between ideology and the unconscious, considering it as constitutive of the process of establishing meaning between interlocutors. That said, it appears that the discourse of the women analyzed is the spokesperson for other stabilized discourses. In this sense, we also reflect on a woman's imaginary that is ideologically affiliated with a sexist saying, but that can be affiliated with a feminist saying, because if the woman through liberal feminism is free to do what she wants, however she wants, she is also free to even be affiliated with the president's ideals³⁸, as he identifies with the speech that elected him; the principles of a traditional family, of a good citizen.

KEYWORDS: Women; French Discourse Analysis; Discursive Formation; Ideology; Social Network.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 EFEITOS INICIAIS	18
3 A CONSTITUIÇÃO DA ANÁLISE DE DISCURSO E SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	41
4 O VAZIO NA BALBÚRDIA: UMA REFLEXÃO SOBRE AS MÍDIAS SOCIAIS E A CIRCULARIDADE DE SENTIDOS	57
4.1 FIÉIS ESCUDEIRAS: O EXERCITAR DO PRESIDENTE38	67
4.2 FIÉIS, BELAS E SUBMISSAS: MULHERES DE DIREITA.....	79
4.3 PRÁTICAS DISCURSIVAS DE (DES)REGULAÇÃO DO EMPODERAMENTO FEMININO: ISSO QUE É MULHER!	87
4.4 A CURVA MAIS LINDA DE UMA <i>MULHER.COM</i>	92
5 EFEITOS FINAIS	100
6 REFERÊNCIAS.....	104

1 INTRODUÇÃO

Como breve gesto analítico, busca-se falar neste trabalho sobre o feminismo, porém, não com uma abordagem integral sobre esse movimento, mas sim buscando dizer sobre as peculiaridades que este proporcionou ao sujeito mulher, e também como o movimento afeta de modo direto as mulheres que se filiam a ele, e também afeta reflexivamente àquelas que não acreditam na causa e não veiculam suas posições, visto que as contribuições do feminismo são exercidas por todas.

Este movimento chamado feminismo que surge após a Revolução Francesa vem tratar da luta pela emancipação e a igualdade das mulheres em todo o mundo, estado de ser igual, especialmente em matéria de status, direitos e oportunidades, além da liberdade de escolhas sobre seu corpo e sua vida.

Também é importante pontuar, que o feminismo não é antônimo de machismo, pois o machismo é uma construção social que promove e justifica os atos de agressão e opressão contra as mulheres, enquanto o feminismo é um movimento que busca construir um mundo em que a igualdade entre os gêneros seja uma realidade. O século XXI ainda é um século em que o patriarcado e a desigualdade imperam. As estruturas da sociedade moderna foram construídas com base em uma ideia que colocou homens em papéis de dominação e poder, enquanto as mulheres estavam subjugadas a isso.

De antemão busco falar a respeito das possíveis reflexões que fomenta-se ao longo do texto, e, principalmente, de como as mesmas auxiliam no entendimento das análises no decorrer deste percurso sócio-histórico-analítico. Assim como nos aponta Safiotti,

As brasileiras valorizam bastante a liberdade conquistada, porquanto em resposta à pergunta “Como é ser mulher hoje?” 39% ressaltaram sua inserção no mercado de trabalho e a independência que isto lhes confere; 33% referiram-se à liberdade de agir segundo seu desejo e, desta sorte, poder tomar decisões; apenas 8% mencionaram a conquista de direitos políticos, o que é verdadeiro desde a Constituição Federal de 1988, e a igualdade de direitos em relação aos homens. Esta resposta não foi nuançada, pois, segundo a Carta Magna, assim como de acordo com a legislação infraconstitucional, a igualdade existe. O problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra a qual tem sido sem trégua a luta feminista (SAFIOTTI, 2015, p.45-46).

Como apontado pela autora, o problema ainda está na prática dos sujeitos que reproduzem as desigualdades existentes na sociedade e que vão acentuando as diferenças que foram estabelecidas e constituídas culturalmente, e versa a respeito do fato de que assim como foram fomentadas e alimentadas durante muitos anos, podem ser desconstruídas também.

Esta pesquisa objetiva analisar os dizeres de mulheres presentes em materialidades nas plataformas das mídias sociais, especificamente na rede social *Facebook* e ainda algumas SDs do *Youtube*. A página do *Facebook*, que traz o *corpus* deste trabalho, é formada por um grupo de mulheres que possibilitou por meio de postagens, portanto, materialidades discursivas para gestos de interpretação aqui presentes. Há aí uma certa regularidade de identificação/convalidação nos discursos dessas mulheres em proximidade aos dizeres do atual presidente brasileiro (2019/2022)¹. Para a análise, utilizarei como materialidade discursiva nesta pesquisa, ditos presentes na página “*Mulheres com Bolsonaro#17*”², além de SDs recortadas de vídeos do *Youtube*.

Qual é a imagem de mulher que está presente ou representada nesta página, ou seja, qual é a formação imaginária de mulher constituída, por meio desses dizeres? Diante das indagações impostas, busca-se analisar discursivamente as vozes das mulheres, na página citada, para compreender o funcionamento discursivo dos enunciados produzidos e postos em circulação. Além disso, entender como esses discursos se associam a determinadas Formações Discursivas (doravante, FD) e Formações Ideológicas (doravante, FI) a partir da materialidade linguística que dá forma à ideológica e assim, produzem sentidos.

Mulheres.com traz na descrição da página “sempre apoiar nosso presidente”, firmar apoio ao presidente³⁸ da República Brasileira, Jair Messias Bolsonaro³. O discurso em análise tem, portanto, como suporte o que pode ser

¹ Será nomeado ao longo da pesquisa como o presidente³⁸ em referência à posição que ocupa na ordem presidencial, ou seja, o 38º presidente da República do Brasil. A ideia de nomeá-lo como presidente³⁸ surgiu a partir da exposição da pesquisa de Rudá da Costa Perini, que se vale da nomenclatura trigésimo oitavo governo. Em algumas situações, será também nomeado como *ele* (em itálico).

² A referida página será citada ao longo da pesquisa como “*Mulheres.com*”.

³ Jair Messias Bolsonaro nasceu em 21 de março de 1955 em Glicério (SP), porém foi registrado somente dez meses depois em 01 de fevereiro de 1956, em Campinas (SP). É descendente de imigrantes italianos, que chegaram ao Brasil depois da Segunda Guerra Mundial. Filho de Percy Geraldo Bolsonaro e de Olinda Bonturi Bolsonaro. Em 1977 concluiu o curso de formação de oficiais da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), localizada em Resende (RJ), e o curso de

denominado de redes sociais, que funcionam como um espaço de produção e circulação de efeitos de sentidos.

Tamanha é importância de olharmos para estes espaços digitais, que inclusive a campanha à presidência da república brasileira de 2018 foi produzida nestes espaços enunciativos informatizados, ocorrendo um deslocamento de situações enunciativas, possíveis antes apenas em espaços institucionais.

Para pensar discursivamente o espaço digital, uma válida reflexão é feita no capítulo quatro desta investigação, tendo como base importantes estudos realizados por pesquisadoras e pesquisadores do discurso, como Mittmann (2010), Gallo e Silveira (2017), Paveau (2012, 2015, 2017), entre outros. Segundo Barreto (2017), “o digital, ao ser analisado discursivamente, permite-nos desnaturalizar os efeitos dos sentidos projetados nele/para ele”.

Esse meio midiático é tido como um espaço onde quase tudo pode ser dito, podendo constituir-se como uma plataforma de resistência, frente a diferentes temáticas. Acerca desta questão, Gallo (2017) afirma que “a materialidade digital não só funda uma nova forma de circulação e formulação dos discursos, como também constitui novos sentidos e novos sujeitos”.

Ademais, o espaço digital, como todo espaço discursivo, é também um espaço instável, de disputas, de tensões e conflitos que “funcionam articuladamente à ideologia, cujos usuários também são sujeitos ideologicamente constituídos” porque nele há relações sociais e discursivas em jogo. Igualmente, “as formas de circulação e replicação no meio digital são o próprio aqui e agora, singulares em sua aparição” (DIAS, 2018, p. 34). O dinamismo da constituição, formulação e circulação de dizeres na/pela mídia digital, assim, contribuem, singularmente, para a (re)produção de sentidos sobre a mulher nesta pesquisa.

Também, Paveau (2017) denomina de tecnodiscurso “a produção discursiva

paraquedismo militar na Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro. Em 1983 formou-se em educação física na Escola de Educação Física do Exército, e tornou-se mestre em saltos pela Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro. Em 1986, ele liderou um protesto contra os baixos salários dos militares. Em 1988 foi para a reserva com a patente de capitão, o que rendeu projeção nos meios militares, e contribuiu para sua eleição como vereador à Câmara Municipal do Rio de Janeiro em novembro de 1988, na legenda do Partido Democrata Cristão (PDC). Em outubro de 1990 foi eleito deputado federal, na mesma legenda. Desde então foi reeleito nos anos seguintes e ocupou o cargo de deputado federal até se candidatar à Presidência da República. Em segundo turno, foi eleito em outubro de 2018 Presidente da República do Brasil, com 57.797.847 dos votos, 55,13% do eleitorado brasileiro, pela Coligação Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos (PSL/PRTB). Jair Bolsonaro materializou em votos o apoio que cultivou e ampliou a partir das redes sociais e em viagens pelo Brasil para obter o mandato de Presidente de 2019 a 2022.

nativa da internet sem extração possível de um ao outro”, ou seja, como uma forma de dar enfoque à imbricação material no discurso digital, levando em consideração a especificidade de cada tecido significativo na composição material dos discursos. Assim sendo, o digital, ao mesmo tempo que é meio/veículo, é também parte constitutiva do sentido que ele ajuda a formular.

No bojo da revolução das tecnologias da informação e comunicação, as transformações se deram dos meios de comunicação de massa tradicionais (rádio, televisão, jornais) para um sistema de redes de comunicação organizados em torno da Internet e da comunicação sem fio, que expandiu fortemente na primeira década de 1990. Uma sociedade conectada em redes online à medida que uma multiplicidade de padrões de comunicação mediados pela virtualidade é inserida em nosso cotidiano; celulares, rede de computadores, softwares de código aberto, e ainda o rápido desenvolvimento da capacidade de interligação e transmissão digital nas telecomunicações (FARIAS, 2018, p. 41).

Tal reflexão se centra no fato de o digital expor de modo exemplar a imbricação de diferentes materialidades, o que fica exemplificado nas formulações teórico-analíticas dos trabalhos a respeito desse tipo de discurso no campo acadêmico. Desse modo, uma das questões postas pelo digital para a teoria do discurso é a que diz respeito à imbricação radical, heterogênea e contraditória das materialidades discursivas. O digital se dá como um espaço de formulação e circulação de discursos oficiosos, tanto pondo em circulação discursos dominantes quanto apontando para sentidos contra-hegemônicos. Ou seja, é admissível perceber no digital possíveis espaços nos quais são formulados gestos de resistência. Segundo Pêcheux (1990), há vários tipos de real, e o real com o qual trabalhamos aqui é o real da interpretação. Que não se demonstra. Mostra-se. Topa-se com ele. Gestos estes que intervêm no real dos sentidos, enquanto atos simbólicos com sua materialidade. A materialidade do gesto de interpretação pensando o digital, o discurso eletrônico, o que nos coloca de imediato no contato com o mundo da tecnologia. A materialidade do gesto de interpretação está por historicidade, memória (ORLANDI, 2013).

Foi no navegar deste espaço digital heterogêneo e contraditório das materialidades discursivas que surgiu o interesse por analisar os discursos da página *Mulheres.com*, atrelado, primeiramente, ao fato de eu ser mulher e me identificar com as lutas feministas que buscaram ao longo da história conquistas

relativas ao universo feminino, e principalmente, pela necessidade em buscar compreender as filiações ideológicas e discursivas das mulheres que integram a página em questão, diante de um contexto de “resistência” às conquistas históricas do feminismo⁴.

O *Facebook* é um destes espaços de contato do imediato com o mundo da tecnologia e tem se tornado um lugar de disputas entre os frequentadores da rede social entre os pró-governo e os que se mostram contrários ao atual governo federal. Deste modo, o papel de analista nesta pesquisa é de levantar questionamentos acerca do funcionamento de tais discursos pois os sentidos se dão na língua e pela língua.

Sendo assim, serão tomados como materialidade discursiva, os ditos de mulheres em apoio ao presidente³⁸. Como explicitado anteriormente, optou-se por analisar as postagens de uma página composta por mulheres que se movimentam em apoio ao governo federal, apesar de o presidente³⁸ valer-se de dizeres, que causam um efeito de agressividade e desvalorização das mulheres e suas conquistas ao longo da história.

Com base na Análise de Discurso (doravante AD) de vertente francesa, entendendo desta forma a prática de linguagem, o discurso, não como mera transmissão de informação, pois, no funcionamento da linguagem, põe-se em relação entre sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, resultando assim em um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos, e não mera comunicação entre pares. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados, ou seja, “o discurso é efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2015, p. 19).

O analista de discurso, mesmo que seu gesto seja orientado teoricamente, é afetado ideologicamente desde a escolha do *corpus*. Todavia, neste momento, é preciso tentar esquecer o “eu” sujeito-enunciador “militante” para poder assumir a posição de analista de discurso, e mostrar o funcionamento daquilo que traz inquietação por meio de uma análise teórica.

Um dos objetivos específicos é analisar as formações discursivas às quais *elas*, as *Mulheres.com* estão filiadas, e que produzem naturalizações de sentidos.

⁴ Neste trabalho não iremos explorar a fundo as questões sobre o movimento feminista, mas ao longo do trabalho, quando for necessário, faremos uma ancoragem sobre/com o movimento.

A teoria do discurso pecheutiana parte da questão de que “os sentidos não estão só nas palavras, nos textos, mas, na relação com a exterioridade, nas condições em que são produzidos e que não dependem só das intenções dos sujeitos” (ORLANDI, 2007, p. 30). Desta forma, faz-se necessário ponderar, em relação ao objetivo geral, que esta pesquisa de viés materialista se destina a investigar, a formação imaginária sobre mulher apoiadora do presidente³⁸, a qual é construída e constituída a partir das postagens feitas por mulheres que têm voz e vez nas redes sociais, mas que figuram não reconhecer o feminismo como conquista para ocupar tal espaço, o espaço do dizer, do manifestar-se publicamente, do poder ser e de um certo poder.

Para melhor orientação da leitora, do leitor, a organização desta dissertação está apresentada no seguinte formato: inicialmente abordam-se alguns Efeitos Iniciais que objetivam expor as motivações para a escrita desta pesquisa, isto é, os elementos que possibilitaram as reflexões que direcionam este estudo e determinaram a forma de recorte do *corpus* selecionado para o trabalho da análise.

Logo, o capítulo “A constituição da Análise de Discurso e seus fundamentos teórico-metodológicos”, procura-se apresentar um panorama geral da Análise de Discurso pecheutiana, observando as críticas, as rupturas e os deslocamentos feitos por Pêcheux para instaurar a teoria materialista da linguagem.

Na sequência, o capítulo intitulado “O vazio na balbúrdia: uma reflexão sobre as mídias sociais e a circularidade de sentidos” traz uma abordagem sobre as redes sociais como um espaço de múltiplos lugares discursivos, dirigidos a interlocutores desconhecidos, imaginários, presumidos leitores, talvez, onde tudo pode ser dito e circulando em uma velocidade robótica e não humana.

Depois seguem os subcapítulos de análise: “Fiéis escudeiras: as defensoras do presidente³⁸”, numa busca em compreender o funcionamento discursivo dos ditos das mulheres apoiadoras do presidente³⁸. Seriam elas, realmente fiéis a *e/le*? Sobre “Fiéis, belas e submissas: mulheres de direita”, trazemos as questões ideológicas presentes nesses discursos, e em as “Práticas discursivas de (des)regulação do empoderamento feminino: isso que é mulher”, mostra que, *e/las* ao se posicionarem favoráveis ao presidente³⁸, incorrem também, sem querer, a um lapso, apontando que o discurso também falha. E no último subcapítulo “A curva mais linda de uma *mulher.com*”, temos o deslizamento discursivo da imagem do ser mulher que está configurada na página enquanto objeto de análise e as

possibilidades do ser mulher em uma determinada formação discursiva, formação imaginária, que traz uma matriz de sentido para a página em análise.

Por fim, são apresentadas as possibilidades de efeitos finais sobre a temática.

2 EFEITOS INICIAIS

No decurso da história, em especial da história ocidental, houve mulheres que questionaram e se levantaram contra suas condições de submissão e desigualdade, lutando por liberdade. Em uma época em que o pensamento era dominado pela Igreja Católica, a mulher era vista como um perigo carnal e espiritual. A ideia da inferioridade feminina foi muito influenciada pela imagem negativa que a tradição judaica havia criado em torno da primeira mulher: Eva, um ser pecador, incapaz de resistir à tentação e, por isso, ela precisava da tutela masculina.

De fato, como os demais fenômenos sociais, também o patriarcado está em permanente transformação. Se, na Roma Antiga, o patriarcado detinha poder de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos, hoje tal poder não existe mais, no plano de jure. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade, esquartejando-as, ateando-lhes fogo, nelas atirando e as deixando tetraplégicas etc. O julgamento destes criminosos sofre, é óbvio, a influência do sexismo reinante na sociedade, que determina o levantamento de falsas acusações – devassa é a mais comum – contra a assassinada (SAFIOTTI, 2015, p.48).

É diante de situações como essas, retratadas pela autora na citação anterior que também se justificam as discussões e reflexões sobre o movimento feminista, e, como esse movimento foi construído, tem se constituído na sociedade e precisa avançar muito mais para trazer garantias efetivas para as mulheres.

Intitulada como a primeira onda feminista, a qual ocorreu somente durante as últimas décadas do século XIX, tal movimento teve início na Inglaterra, sendo um conjunto de movimentações protagonizadas por mulheres em torno da luta por igualdade política e jurídica entre os sexos. O eixo que marcou esse primeiro período de atividade feminista foi a reivindicação por direitos iguais de cidadania (direito à educação, propriedades e posses de bens, divórcio etc.), tendo como auge a luta pelo direito ao voto feminino. Essas mulheres ficaram conhecidas como as sufragistas⁵, promoveram grandes manifestações em Londres, sendo presas diversas vezes e também fizeram greves de fome. O direito ao voto foi conquistado

⁵ A palavra “sufragista” não é muito utilizada, mas ela existe no dicionário e significa partidário ou partidária do princípio do sufrágio, ou eleição por meio de votos. Sufrágio é sinônimo de voto ou declaração de opinião. Em 2015 foi que se intitulavam as militantes da WSPU (Women’s Social and Political Union). Sufragista refere-se a qualquer pessoa que defenda o direito ao voto feminino e que não pertença à WSPU. O título foi traduzido como “As Sufragistas”, tanto no Brasil quanto em Portugal.

no Reino Unido em 1918 (PINTO, 2010).

Vianna (2016) relaciona o termo sufragismo como a grande referência às militantes britânicas do início do século XX autodenominadas *suffragettes*. Suas passeatas, prisões e lutas foram divulgadas em jornais do mundo todo, tornando-as, no imaginário popular, sinônimo de luta feminista pelo direito de voto. A repercussão de suas ações interferiu na mobilização sufragista de diversos países, inclusive do Brasil, sendo o primeiro país da América Latina a aprovar o sufrágio para mulheres.

No Brasil, a primeira onda do feminismo também teve seu manifesto de luta pelo voto feminino, lideradas por Bertha Lutz, bióloga, cientista, que estudou no exterior e voltou para o Brasil na década de 1910, a qual foi uma das fundadoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Este direito foi conquistado em 1932, quando foi decretado o Novo Código Eleitoral brasileiro (PINTO, 2010).

Os atos praticados por feministas sufragistas, inicialmente, não estavam focados em mudanças relacionadas ao papel da mulher na família. A luta pelo direito ao voto era uma questão urgente, pois destacava questões práticas de autonomia financeira e profissionalização, ademais, principalmente, por ser uma questão que estimulava o debate público, ampliando as chances de representatividade política. A luta sufragista se propagou e teve visibilidade, com mobilizações, tanto no campo da política quanto na imprensa (SOIHET, 2006).

Durante a República Velha, em vários estados brasileiros, houve iniciativas isoladas para inscrição de mulheres como eleitoras, chegando-se a eleger mulheres como prefeitas (PINTO, 2003). A partir da década de 1930, este primeiro movimento feminista perdeu forças, tanto na Europa, Estados Unidos, quanto no Brasil, ressurgindo novamente na década de 1960 com a publicação do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, publicado pela primeira vez em 1949. Nele, Beauvoir concebe uma das máximas do feminismo: "não se nasce mulher, se torna mulher".

Na década de 1960 houve importantes acontecimentos: os Estados Unidos adentravam na Guerra do Vietnã e ao mesmo tempo acontecia o movimento *hippie*, na Califórnia, que tinha como propósito uma nova forma de vida, que contrariava os valores morais e de consumo norte-americanos, com o lema "paz e amor".

Na Europa, emergiu o "Maio de 68"⁶, especialmente em Paris. Sobre o

⁶ Estudantes ocuparam a Sorbonne, a mais tradicional universidade francesa, pondo em xeque a ordem acadêmica estabelecida há séculos; somou-se a isso, a própria desilusão com os partidos

sentimento que caracterizou o “Maio de 68” na França, Morin (2008) descreve:

Um dos meus amigos médicos ainda me lembrou isso recentemente. Em maio os consultórios médicos ficaram vazios. Todas as pequenas doenças, as crises de fígado, as dores nas costas, tudo isso desapareceu. Em contrapartida, desde o retorno de poder do estado, as pessoas reencontraram as suas misérias e os consultórios médicos encheram-se de novo. (...) O fenômeno notável é que a paralisia do poder social se traduziu numa alegria dos indivíduos. Tudo se passou como se em períodos normais cada um fosse inibido; não apenas oprimido como também aflito. Maio de 68 foi sentido como “férias”, e uso essa palavra em seus dois sentidos: um vazio na teia dos dias que se transformou em férias, festa e em liberdade. (...) A alegria estava nas ruas e nela ficou até o momento em que a angústia chegou. A angústia sentida por uma parte crescente da população diante do acúmulo de lixo. Da falta de alimentos, da penúria de combustível, dos saques e da queima de automóveis. À alegria da supressão da ordem sucedeu o medo da desordem (MORIN, 2008, p. 30).

Para a Análise de Discurso, Maio de 68 é tomado como um acontecimento discursivo, pois trata de um fato que desencadeia um processo de produção de sentidos, muitos deles silenciados pela conjuntura do discurso (neo)liberal dominante, como escreve Orlandi (1999).

Sobre acontecimento, Pêcheux (1997) desenvolveu a noção de acontecimentos discursivos, na obra *Le discours: structure ou événement?*⁷. Pêcheux forneceu indícios de como dar continuidade a seu percurso, trabalhando a memória da AD como um acontecimento discursivo que constituiu como objeto o discurso enquanto prática simbólica.

Em análise de discurso, a noção de acontecimento está sempre relacionada à noção de memória discursiva. Pêcheux (1997, p. 17) define o acontecimento discursivo como o “ponto de encontro de uma atualidade e uma memória”. Desta forma, Pêcheux (1999) conceitua o acontecimento discursivo e o coloca como a ruptura da memória que seria eternizada através do interdiscurso⁸, da estrutura vertical, isto é, o acontecimento discursivo nasce do choque da atualidade com a memória que não produz repetição, mas sim a ressignificação.

burocratizados da esquerda comunista. O movimento alastrou-se pela França, onde os estudantes tentaram uma aliança com operários, o que teve reflexos em todo o mundo.

⁷ Comunicação apresentada por Pêcheux em colóquio da Universidade Urbana-Champaign (Illinois – USA) em julho de 1983, e cuja versão francesa não foi revista para publicação, conforme Maldidier (1990, p. 303).

⁸ O conceito de interdiscurso será abordado na página 70.

Pêcheux (1997), ao tratar do discurso como estrutura e acontecimento, propõe “entrecruzar os caminhos do acontecimento, da estrutura e da tensão entre a descrição e a interpretação” e nos leva a entender que o acontecimento discursivo é consequência do acontecimento histórico que passa a ser discursivizado.

Indursky (2003) faz uma síntese sobre este ponto de encontro de uma atualidade com uma memória, ou seja, segundo a autora, a possibilidade de se repetir um enunciado se deve a sua existência numa estrutura vertical, em uma estrutura que pode ser a formação discursiva que afeta o sujeito ou o interdiscurso. Em um nível horizontal, há a estrutura do intradiscurso, que é a prática discursiva do sujeito, sua formulação imediata, o ato de enunciar no presente. Assim, enquanto a estrutura vertical garante a existência anterior do enunciado (pois ele não é criado pelo sujeito), a estrutura horizontal garante sua atualização, pois dá conta da formulação do enunciado na prática discursiva. Deste modo, o feminismo pode ser analisado como um acontecimento, pois todo acontecimento discursivo tem que produzir ruptura, do contrário, não é acontecimento.

Discursivamente, podemos afirmar que o que caracteriza o acontecimento não é a temporalidade, a cronologia, mas a relação entre o estabilizado e o sujeito em equívoco, ou seja, “no acontecimento discursivo, a repetição não é reprodução, mas retomada, e na retomada, temos o deslizamento” (ORLANDI, 2017, p. 105).

Outro conceito importante a ser mobilizado nas análises é o já-dito, auxiliando no entendimento do ponto de encontro entre uma atualidade com uma memória.

Para alguns, o já-dito é fechamento de mundo. Porque estabelece, delimita, imobiliza. No entanto, também se pode pensar que aquilo que se diz, uma vez dito, vira coisa no mundo: ganha espessura, faz história. E a história traz em si a ambiguidade do que muda e do que permanece. Não me proponho a resolver esse impasse, que se expressa através da tensão entre o retorno e o avanço, entre o que restringe e o que alarga, entre o que já é e o que pode ser, entre o mesmo e o diferente. Ao contrário, mantenho a tensão como motivo da minha reflexão. Embora na ilusão da onipotência não deixe de tentar a especificidade, o único, o definido (ORLANDI, 1983, p. 07).

Diante disso, a autora diz que não há necessariamente um sentido “novo” a cada acontecimento, uma ruptura. A própria repetição, como retorno e interpretação, sem embargo, abre a possibilidade de deslocamento, deslizamentos de sentidos, a equívocos e a novos processos de significação. “Onde está o mesmo, está o

diferente” (ORLANDI, 1996, p. 93).

A AD de linha francesa, trabalha com os processos de produção do sentido e de suas determinações histórico-sociais. Isso significa dizer que há uma historicidade inscrita na linguagem e, que, portanto, não há um sentido literal e transparente, mas sentidos constituídos ideologicamente, uma vez que toda interpretação é regida por condições de produção específicas.

Já o processo de produção de sentidos das postagens que compõem o *corpus* se dá, portanto, “pelas condições de produção da ordem do digital, que colocam em relação diferentes posições-sujeito, mediadas pela tecnologia” Orlandi (1996).

Segundo Orlandi (2010), as condições de produção funcionam, no discurso, em sua relação de sentidos. Consequentemente, os dizeres se relacionam uns com os outros de forma contínua. Nesse sentido, pensar o que são as mulheres implica em mobilizar efeitos de sentidos oriundos de já-ditos e não-ditos:

Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (ORLANDI, 2010, p. 39).

Foi também nos primeiros anos da década de 1960 que foi lançada a pílula anticoncepcional, primeiro nos Estados Unidos, e logo depois na Alemanha. Durante essa mesma década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista ressurgiu, principalmente sobre o questionamento das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que além do espaço para a mulher no trabalho, na vida pública, na educação, luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, ou seja, que a mulher tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. Esta segunda onda foi o segundo maior momento de mobilização das mulheres em várias partes do mundo na luta por direitos como igualdade de trabalho, creches e direito ao corpo.

Já no Brasil, segundo Pinto (2010), na década de 1960 se instaurou o golpe militar, e que se tornaria uma ditadura militar das mais rigorosas.

Assim, enquanto na Europa e nos Estados Unidos o cenário era favorável para o surgimento de movimentos libertários, principalmente, aqueles que lutavam

por causas identitárias, no Brasil ocorria um momento de repressão total da luta política legal. Porém, foi neste ambiente limitado pelas condições que o país vivia na época, que aconteceram algumas manifestações feministas no Brasil na década de 1970.

No entanto, o regime militar via como ameaça qualquer manifestação de feministas, por entendê-las como política e moralmente perigosas, sendo essas mulheres exiladas e torturadas quando descobertas pelo governo.

Deste modo, enquanto as mulheres no Brasil organizavam as primeiras manifestações, as exiladas, principalmente em Paris, entravam em contato com o feminismo europeu, apesar da oposição dos homens exilados, seus companheiros na maioria, que viam o feminismo como um desvio na luta pelo fim da ditadura e pelo socialismo.

O período da pós-ditadura militar, foi marcado pelos movimentos feministas sociais, adquirindo um cenário com condutas mais reivindicatórias, obtendo apoio internacional, que impôs ao Estado implementar políticas públicas mais eficazes, produzindo vínculo com as organizações feministas não governamentais (OTTO, 2004). Em 1985, foram criadas as primeiras delegacias femininas, com a finalidade de proteger esse grupo de mulheres em condições de vulnerabilidade, vítimas de diversas formas de violências e agressividades dos companheiros (OTTO, 2004).

Também o direito ao planejamento familiar foi consagrado na Constituição Federal de 1988 em seu §7º do Art. 226 CF/88, e regulamentado pela Lei nº 9263, de 12 de janeiro de 1996.

A terceira onda surge na época de 1990, trazendo demandas específicas, como o movimento negro, movimentos homossexuais, lesbianismo, transexuais entre outros. Neste período, observa-se um grande avanço nas conquistas femininas, como a vinculação da mulher na Justiça, em 2002, que trouxe a instituição da Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, e em 2003 a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres trazendo como principais finalidades as articulações de políticas públicas voltadas para o atendimento de todas as mulheres (MIRANDA, 2015).

Já a quarta onda surgiu a partir de 2010, movido pelo ativismo virtual ou o chamado ciberativismo, e traz uma diversidade de feminismos, também o ingresso da interseccionalidade e a mobilização de coletivos, grupos de pessoas que se movimentam para fazerem manifestações. Esses coletivos são organizações mais

fluídas, diferentes das organizações tradicionais, reunindo-se em grupos por meio das redes sociais, propiciando um novo mecanismo de fala (CASTRO, 2020). O mundo digital proporcionou a mobilização política das mulheres, e por meio das redes sociais são organizadas ações, reuniões, manifestações, protestos e divulgação dos resultados. Alguns estudiosos consideram o marco inicial da quarta onda no Brasil com a Marcha das Vadias, que ocorreu na cidade de São Paulo em 2011, porém esse evento teve início no Canadá, observando aqui a repercussão do feminismo de modo global.

Graças a esses movimentos feministas que lutaram para conquistar direitos às mulheres, antes apenas garantidos a homens, é que o público feminino tem hoje de certa forma, voz e vez. Sendo assim, surgiram diversos grupos formados por mulheres nas redes sociais, com as mais variadas temáticas, sobre beleza, política, etc., bem como, o exemplo do *Mulheres.com*.

A página *Mulheres.com* foi criada como uma mobilização social virtual, em contrapartida, ao movimento intitulado *#EleNão*. O movimento *#EleNão*, liderado por um grupo de mulheres aconteceu em repúdio ao candidato à presidência da República, o presidente³⁸, e se espalhou pelas redes sociais durante o período de campanha, culminando em um movimento pelas ruas de várias cidades brasileiras em 29 de setembro de 2018 e foi a maior manifestação de mulheres na história do Brasil, segundo Céli Regina Jardim Pinto, em entrevista ao canal BBC News, em 30 de setembro de 2018, autora do livro "Uma história do feminismo no Brasil" (2003) e professora do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em busca de um *corpus* atual e ligado à imagem da mulher como objeto de pesquisa, fui "abraçada" pela temática que ressoava nas redes sociais, as quais acompanho com frequência, em relação aos discursos de mulheres em apoio e em resistência às posições ideológicas do presidente³⁸. Sendo assim, decidi pelo grupo pró-presidente³⁸ com o objetivo de compreender como se sustentam os efeitos de sentidos, os pré-construídos, formação imaginária, FDs, em dizeres produzidos na rede social por mulheres em apoio ao presidente³⁸, as quais se identificam como apoiadoras do presidente³⁸, mesmo *ele* se valendo de enunciados machistas, misóginos, sexistas, racistas, homofóbicos e atitudes agressivas dirigidas às mulheres.

Esses enunciados serão abordados como Sequências Discursivas,

doravante SD. Deste modo, é pertinente abordar, brevemente, a definição do conceito de sequência discursiva para tornar significativo o uso deste.

Assim, cabe trazer a citação que segue:

Definida por Courtine (1981:25) como 'sequências orais ou escritas de dimensão superior à frase', é fluída o suficiente para viabilizar a apreensão das formulações discursivas (FDs), ou seja, nucleares, cujas realizações representam, no fio do discurso (ou intradiscurso), o retorno da memória (a repetibilidade que sustenta o interdiscurso) (MARIANI, 1996, p. 54).

De acordo com a citação, são as SDs que apresentam as formulações discursivas. Essas formulações discursivas carregam em si as materialidades que demandam efeitos de sentidos que, alicerçados à língua falada ou escrita, fazem emergir significados relacionados à memória discursiva e aos dizeres que se circunscrevem no ato discursivo.

Dentre aquelas ditas por *e/e* e que tiveram grande repercussão nas diferentes mídias, citam-se neste capítulo introdutório, primeiramente, três SDs, as quais serão nomeadas como: SD1, SD2 e SD3, essas três primeiras são falas recortadas de entrevistas que *e/e* concedeu, e as imagens são *prints* retirados do momento no vídeo em que é enunciada a SD.

A SD1: "Não te estupraria porque você não merece", é resultado de uma discussão entre *e/e* e a então deputada Maria do Rosário, ambos deputados no ano de 2003, em um conflito verbal ocorrido na Câmara dos Deputados, no Salão Verde, durante uma entrevista à uma emissora de televisão, discussão feita diante de jornalistas, momento em que estava sendo discutida a PEC que estabeleceria a redução da maioria penal, discussão essa na qual Maria do Rosário fazia oposição a referida PEC, mas que era defendida por *e/e*.

A história da mulher subordinada ao homem fez com que as mulheres se unissem em prol de direitos iguais: direito ao voto, direito ao trabalho, direito ao estudo, direito às mesmas condições salariais e, atualmente, de modo mais firme, o direito sobre o próprio corpo e a liberdade social e sexual. Deste modo, verifica-se que a luta da mulher também ocorre no sentido de se livrar do lugar social que sempre lhe foi imposto: o de ser inferior ao homem. Nas análises das SDs realizadas até o momento, notou-se como o sujeito agressor assume/pode assumir diferentes facetas; no entanto, todas apresentam em comum o fato de que ele se coloca como

superior à mulher a ponto de violentá-la e responsabilizá-la, porque é amparado por uma FI que o concebe assim. Em contrapartida, a manifestação da mulher a partir da exposição de experiências traumáticas, numa tentativa de conscientização acerca da violência de gênero, revela que é amparada por uma outra FI, que concebe a mulher como ser que possui/deve possuir direitos sobre si e sobre seu corpo.

SD1: “Não te estupraria porque você não merece⁹”.



Fonte: Página do Youtube, *Política Verdade*.

Essa SD1 foi uma fala dirigida pela primeira vez, em 2003, à deputada Maria do Rosário, durante um conflito verbal ocorrido na Câmara dos Deputados, no Salão Verde, durante uma entrevista à Rede TV, discussão feita diante de jornalistas. O ataque a Maria do Rosário ocorreu também, uma segunda vez, em outra sessão da câmara, em 2014¹⁰, depois que ela fez uma fala em defesa da Comissão Nacional da Verdade (CNV), o que irritou o então deputado.

A Análise de Discurso trata de todo o processo que compreende a construção do discurso, buscando compreender o funcionamento e responder analiticamente às questões, como: Quem é o sujeito do dizer? Como ele diz? Por que diz o que diz? Onde diz? Em qual momento histórico enuncia? Quais os seus

⁹ Acesso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yRV98Im5zRs>.

¹⁰ Acesso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vzNva866hiw>.

atravessamentos ideológicos? Que lugar social ele ocupa? E para quem diz? Essas perguntas regulam a prática da Análise de Discurso das SDs presentes nesta pesquisa, com o propósito de levantar possíveis efeitos de sentido, isto é, como ele significa em suas condições de produção na relação com a linguagem pertencente à sociedade.

Assim, a primeira coisa que se deve observar é que a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com homens falando, considerando as condições de produção enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade (ORLANDI, 2015, p. 14).

Analisando a SD1, encontramos um pré-construído, ou seja, aquilo que antecede a construção do enunciado que o regula e funciona como determinante no estabelecimento de sentido. Numa relação entre língua e discurso o pré-construído conecta discursos, sendo um elemento do interdiscurso que, por sua vez, é o espaço externo onde são localizados e acionados outros discursos em circulação, constitutivos da FD, e, logo, a uma formação ideológica dominante naquela conjuntura. O pré-construído é o mecanismo que estabelece o vínculo de dominação/assujeitamento a uma dada FD. De fato, podemos também considerar que esse vínculo é trabalhado por algo que está ausente, mas que aí ressoa transversalmente, pois não encerra o sentido na palavra. Trata-se do pré-construído no qual o sujeito homem pode produzir de si uma imagem que emana de um locutor que tem o poder de decidir, que expressa um julgamento, poder de decisão sobre a mulher.

Segundo Vinhas (2020), essa relação envolve uma compreensão muito específica do conceito de língua e do conceito de discurso: a língua é tomada como “sistema sintático intrinsecamente capaz de jogo” (LEANDRO-FERREIRA, 2000, p. 12), possuindo “uma opacidade, uma espessura semântica, uma densidade histórico-social” (LEANDRO-FERREIRA, 2000, p. 09); o discurso tem o seu sentido construído como “efeito no encontro entre o sujeito (que não é causa de si), o dito (presente no aqui e agora da enunciação) e o já-dito (uma ausência, vinda de antes, que atravessa o dito)” (TEIXEIRA, 2005, p. 18-19).

A reflexão traz as principais teorizações já desenvolvidas sobre a noção e busca estabelecer novas relações a partir daquilo que é materializado nos dizeres

do presidente³⁸ sobre as mulheres que merecem ser estupradas, pois se existem aquelas que não merecem, como *e/le* mesmo diz, em contrapartida, existem aquelas que merecem, valendo-se de um pré-construído que o autoriza a dizer o que diz em relação à deputada.

Quem são e como são as mulheres que merecem ser estupradas, por que elas merecem passar pelo ato do estupro? Aliás, se a referida deputada o merecesse, ele também a estupraria? Qual a característica ou atributo que ela precisaria ter para ser estuprada?

Segundo estudos em relação aos estupros ocorridos na França antiga (VIGARELLO, 1998, p. 30), aponta o fato de ser “ausente” para o agressor a ideia de violência, pois seu prazer apagava a agressividade dos seus atos. Ademais, ele menciona que o desaparecimento da ideia de violência se deu pela crença de uma atitude sedutora por parte da vítima, pressupondo a tese da provocação feminina.

É possível associar esta relação à representação da mulher a partir da história bíblica de “Adão e Eva” e a gênese do mundo, em que, Eva teria seduzido Adão a comer o fruto proibido e, por consequência, julgada de modo que sua beleza (obra divina) fosse associada ao mal: A beleza de Eva, símbolo da perfeita obra divina, adquire após a queda, ou no momento mesmo em que toma do fruto proibido, simbologia de sedução. Beleza e sedução passam a andar juntas. Um belo que seduz os sentidos, entorpecendo-os, manipulando-os subjugando-os em detrimento da razão. Em outros termos, o imaginário de que a mulher pode ser provocante e sedutora a diferencia do homem de maneira subalterna, tendo que ser “vigiada” por um homem, que pode decidir, qualificando quem deve ou não “merecer” ser estuprada. Seria, portanto, a deputada “não merecedora” por não possuir um belo que seduz?

Quem define, portanto, o que é belo e sedutor é o sujeito-homem. Podemos também associar dizeres em relação às vestimentas das mulheres, como o uso de roupas curtas nesta correlação ao estupro: estar vestida com roupas curtas como efeito de sentido de um querer ser estuprada, pois está expondo o corpo à provocação, sedução masculina, e assim o estupro seria “merecido”. No entanto, a deputada (imagem associada na SD1) está vestida com roupas que cobrem o corpo, tornando-a não “merecedora” de ser estuprada.

Orlandi (2015) ressalta que podemos escutar outros sentidos presentes em um enunciado, afirmando que a compreensão propõe a explicitação dos processos

de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão, compreendendo como esses sentidos estão constituídos. Ao enunciar, o sujeito tem a ilusão de que é a fonte do seu dizer, mas é atravessado pela ideologia que sustenta a formação discursiva na qual ele se inscreve.

Na SD1 temos um sujeito-homem que enuncia, filiado a uma FD que nomearemos de FD do homem dominador em relação à mulher. Nesse sentido, pensar a SD1, implica em mobilizar efeitos de sentidos oriundos de uma memória discursiva que recupera do interdiscurso os dizeres que já foram ditos antes, em outro lugar e independente deste dizer que é atualizado no momento da enunciação (intradiscurso): “todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis” (ORLANDI, 2010, p. 39).

Para caracterizar a FD do homem dominador, vamos nos ancorar nos estudos de Pierre Bourdieu (2020). Para o autor, a dominação do gênero masculino se dá por meio de instituições (igreja, estado, escola, exército, etc.) que formulam construções sociais, comportamentais de dominação do masculino sobre o feminino, e esse comportamento acaba sendo naturalizado pela sociedade, inclusive, pelas mulheres que, como dominadas, aceitam tal imposição sem refletir sobre isso devido aos atravessamentos ideológicos ao qual são submetidas desde o nascimento.

Nesta conjuntura, a família (Althusser situa-a como um AIE¹¹), principalmente, exerce o papel de reprodutora do patriarcado, pois, desde cedo, submete os filhos às construções de gênero pré-estabelecidas, sendo que tais preceitos são vinculados aos determinantes do “ser homem” e do “ser mulher” na sociedade. Nesta perspectiva, para Foucault (1995) o poder funciona como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa e que o poder não se detém, mas se exerce. Assim, existem práticas ou relações de poder e, é nesta prática que o presidente³⁸ está filiado à FD do homem dominador.

Cabe ressaltar que a noção de memória discursiva¹² que leva ao intradiscurso, não deve ser confundida com a de memória psicológica ou cronológica

¹¹ Aparelho Ideológico de Estado. Designamos por aparelhos ideológicos de Estado AIE um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas [...] – O AIE religioso [...] escolar [...] familiar [...] jurídico [...] político [...] sindical [...] da informação [...] cultural [...] (ALTHUSSER, 1980, p.44).

¹² O conceito de memória discursiva é abordado no capítulo teórico, página 46.

que leva à recordação de fatos do passado. Segundo Pêcheux (1999), ela não é nem individual e nem um produto da coletividade ou do historiador, mas daquilo que “vem restabelecer a regularidade dos implícitos”, ou seja, os pré-contruídos. Neste sentido temos uma FD que se pretende hegemônica para uma determinada sociedade, neste caso uma FD do homem dominador sobre a mulher, FD esta que está interpelada por uma FI do patriarcado, cujo sentido se apresenta estático em relação a um imaginário social do ser mulher nessa FI.

A fala presente na SD1, remonta à memória de subjugação do sujeito-mulher que, inserida em um cenário de domínio histórico do masculino sobre o feminino, podendo ele afetar a integridade psicológica desta, inclusive física, quando menciona o estupro, e revelando uma posição de superioridade do homem sobre a figura feminina, que determina o modo como as mulheres são vistas, em especial, pelo sujeito-homem filiado à FD de dominador. De acordo com Saffioti (2015), o patriarcado, implantou uma hierarquia entre homens e mulheres, com primazia da figura masculina. A partir dos valores dessa FI, foi inserida a ideia de que o homem é um ser essencial, já a mulher não o é, relegando à mulher a exploração-dominação masculina, pois o patriarcado se conforma a partir das relações de dominação do homem sobre a mulher.

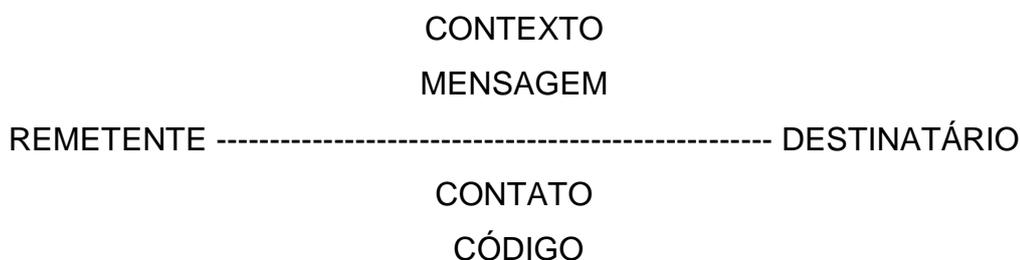
O lugar ocupado pelo sujeito-homem na SD1 confere-lhe o poder de ter o domínio e decidir sobre o corpo da mulher, fundamentado nos preceitos de uma sociedade patriarcal que vê com naturalidade o discurso masculino sobre o corpo feminino sem que socialmente seja considerado uma agressão para quem ouve o discurso proferido, enquanto o lugar ocupado pelo sujeito-mulher não é o de vítima, pois frente ao discurso de que só não será estuprada, nesta situação, porque não merece, mas que há mulheres que merecem, ela responde retrucando tal situação, pois apesar do contexto social que foi supracitado a mulher ao longo das últimas décadas vem lutando por seu espaço de fala que possibilitou que ela discursasse em defesa própria.

O dedo em riste *dele* representa a superioridade que o homem acredita ter sobre a mulher, como se estivesse dando ordens e essa tivesse que acatar. Este sentido constitui a autojustificação (subjacente à dominação) por meio da naturalização das desigualdades (SAFFIOTI, 2015), remetendo à memória de subjugação do sujeito-mulher inserida em um cenário de domínio histórico do masculino sobre o feminino. No entanto, a posição combativa da deputada reproduz

os efeitos de sentidos dos movimentos feministas, os quais, possibilitam o deslizamento da mulher para a mesma posição, seja ela de combate, de luta, ou não.

Na AD concebemos o discurso como “efeito de sentido entre interlocutores” (PECHEUX, 2014), ou seja, um esquema que explica o jogo de imagens de um discurso. Pêcheux critica o esquema behaviorista baseado em estímulo-resposta por este desconsiderar o lugar do produtor e do destinatário, ressaltando que esse esquema só pode funcionar quando a estimulação for física (variação de intensidade luminosa, por exemplo). Garcez (1998) afirma que, ao se produzir textos, tem-se a presença de vários discursos, isto é, "os vários tipos de discursos identificam-se por configurações linguísticas" (p. 66), isto acontece devido à ação da linguagem, o tipo de interação social, que estabelece relação com o conhecimento, as "representações de mundo mobilizadas pelo agente produtor do texto" (p. 66). Pêcheux (2014) também tece críticas ao esquema de comunicação de Jakobson que considera a mensagem como transmissão de informação entre emissor e receptor, como podemos observar abaixo,

Esquema da comunicação de Jakobson



Fonte: Jakobson (2008, p.123)

As críticas ao esquema apresentado anteriormente se devem ao fato de que se todo sujeito é apenas emissor e receptor, todos os sujeitos receberiam a mesma mensagem, mas o que acontece é que cada sujeito produz um efeito de sentido deslizante, ou não, sobre a mesma mensagem, portanto, o discurso é que produz efeitos de sentidos em cada sujeito, e sentidos diferentes em cada sujeito. Tal processo se torna claro ao observarmos, por exemplo, os dizeres do presidente³⁸ em diversas reportagens nas quais apoiadores a interpretam conforme o dito presidencial, e nos sujeitos que se opõem ao mesmo os sentidos recebidos são

outros.

As opiniões formadas sobre o discurso são contraditórias, deslizantes, pois depende de como cada sujeito interpreta o que é dito. Segundo Pêcheux (2014a), o sentido de uma palavra não existe em si mesma, mas é determinada pelas posições ideológicas sustentadas por aqueles que a empregam e que estão em jogo no processo sócio-histórico.

Pêcheux formula o esquema entre os elementos A e B, os quais não designam presença física de indivíduos, mas, “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, 1999, p. 81). Para demonstrar que no funcionamento do discurso não há necessariamente uma transmissão de informações, mas efeitos de sentidos, o autor toma do interior da esfera da produção econômica o padrão ocupando o lugar de destinador e o funcionário como destinatário. Esses lugares sociais funcionam devido “a uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro, mediadas pelo jogo de antecipações” (p. 81).

As formações imaginárias estão relacionadas às imagens que os sujeitos fazem de si e do outro, como quando o sujeito A fala de si mesmo, mas também fala do sujeito B, e volta a falar sobre o sujeito A, ou de si mesmo, novamente, bem como o mesmo processo acontece com o sujeito B, que fala de si, fala de A, e volta a falar sobre si mesmo, e é nessa troca de discursos e formações de imagens sobre si e sobre o outro, que vai se constituindo uma imagem, construída e constituída por meio da formação imaginária. Vejamos a tabela que trata sobre as formações imaginárias em Pêcheux,

Formações Imaginárias

Expressão que designa as formações imaginárias	Significação da expressão	Questão implícita cuja “resposta” subentende a formação imaginária correspondente
I _A (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em A	Quem sou eu para lhe falar assim?
I _A (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em A	Quem é ele para que eu lhe fale assim?
I _B (B)	Imagem do lugar de B para o sujeito colocado em B	Quem sou eu para que ele me fale assim?
I _B (A)	Imagem do lugar de A para o sujeito colocado em B	Quem é ele para que me fale assim?

Fonte: PÊCHEUX, M. [1990].

Assim, a formação imaginária que o presidente³⁸ (mesmo ainda estando na condição de deputado) faz de si, enquanto lugar de destinador é de um homem que acredita ter poder de comando sobre aquela mulher, que mesmo ocupando um cargo igual, pois ela também é deputada (destinatário), mas que difere pelo gênero, e *e/le* enquanto homem mostra sua virilidade, a dominação sobre a mulher, o qual pode definir se a mesma é merecedora de sofrer uma agressão tão violenta como um estupro, porém julga que a deputada Maria do Rosário não é merecedora.

É neste ponto que podemos notar como o dizer do presidente³⁸ se filia a “um sistema de relações sociais que articula diferentes opressões do privado e do público” (SCHNEIDER, 2016, p. 49) sobre o sujeito mulher: busca-se nela/deputada/mulher (em sua conduta, vestimenta, posição que ocupa) justificativas para um episódio abusivo, embora a violência já esteja presente na fala. Sendo assim, verificamos como uma FD do homem dominador ainda exerce papel dominante na sociedade, alimentando uma cultura de violência como o estupro, em que a mulher não sofre tão somente um “estupro”, mas sofre também um “estupro social”, porque a sociedade, de um modo geral, procura nela argumentos para justificar uma relação abusiva.

Logo, a FD do homem dominador se inscreve no nível da constituição do discurso, na medida em que há a re-significação do sujeito sobre o que já foi dito. Nesta relação, o interdiscurso é o já-dito retomado e ressignificado de acordo com a conjuntura de outra enunciação discursiva. O interdiscurso irrompe devido ao(s) dizer(es) anterior(es) e o imbricamento das memórias discursivas presentes nas FDs as quais o sujeito que enuncia se inscreve, pois são elas que determinam o deslocamento de sentido do interdiscurso, uma vez que têm sua aparição na materialidade discursiva através do movimento histórico de significação. É neste movimento de re-significação que o presidente³⁸ revela-se autorizado a dizer o que diz pela sua filiação ideológica a uma FD do homem dominador.

Estas diferenças entre homem e mulher, visando o ideal de mulher frágil e inferior ao homem, além de conferir a ela o papel de cuidar do lar, da casa e servir ao marido inclusive para satisfação de seus desejos sexuais, foram social e ideologicamente construídas ao longo do curso da história e ainda estão cristalizadas, porque podem ser percebidas nas práticas sociais atuais, bem como na SD1. Mesmo que a mulher tenha conquistado e venha conquistando mais espaços e direitos, ainda é possível observar um controle em relação a ela e as suas

demandas. Estas observações estão em consonância com os seguintes questionamentos

Indagamos: na contemporaneidade o que se diz sobre a mulher? Há uma mudança na posição que ela ocupa na sociedade? A sociedade vê a mulher como um sujeito que participa de seu funcionamento? Ou, ainda, há um discurso que a violenta ao rotulá-la de 'santa', 'vadia', 'culpada'? (GARCIA e ABRAHÃO, 2014, p. 1043).

Cabe aqui também, o conceito de formação imaginária que nos permite pensar as práticas do sujeito de acordo com as identificações de gênero que “trabalham os processos imaginários de reconhecimento/desconhecimento que constituem os sujeitos nas suas relações sociais” (ZOPPI-FONTANA; FERRARI, 2017 p. 14). Em outras palavras, a formação imaginária consiste naquilo que é dado e estruturado no âmbito social, e é o que se concebe ao sujeito, mediante a posição que ele ocupa, autorizando-o a ser de um modo e não de outro, do que se espera que ele diga.

Assim, na FD hegemônica à qual *e/e* está assujeitado, a violência não é o que predomina, pois, a violência só existe e tem efeitos em outras materialidades e para quem se filia a esta FD como é o caso do presidente³⁸, aliás ele não fala sobre violência. Quando ele disse que não a estuprou porque ela não era digna de ser estuprada, ele encorajou essa violência contra as mulheres, deixando claro o estímulo à violência sexual porque isso é compreendido por seus seguidores. Em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Se deste modo ocorre, existem nos mecanismos de qualquer formação social regras de projeção, que estabelecem as relações entre as situações (objetivamente definíveis) e as posições (representações dessas situações) (GADET, 2014, p. 81-82).

Dessa forma, o presidente³⁸ constrói uma imagem dele que lhe permite dizer o que acredita sem que isso lhe cause danos, pois está apenas expressando o que lhe parece dizível dentro de sua posição sujeito/homem e não encontra motivos para não fazê-lo: “Quem sou eu para lhe falar assim?” (PÊCHEUX, 1999, p. 82). Essa relação é constituída pelas relações sociais de forma inconsciente: a partir dessa evidência de relação imaginária, o sujeito acredita ser capaz de controlar o próprio discurso. Essas imagens não são estabelecidas antes da produção do

discurso, mas ao mesmo passo em que ele é produzido:

Esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos formações imaginárias. Assim, não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções (ORLANDI, 2015, p. 40).

São essas projeções que permitem passar das situações empíricas, aos lugares dos sujeitos, para as posições dos sujeitos no discurso, logo a imagem que formamos sobre determinado discurso ou sujeito, está interpelada pelas diferentes formações vivenciadas por nós mesmos enquanto sujeitos, “e elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito).” (ORLANDI, 2015, p. 38).

Na SD2, *e/le* enuncia: “Tenho cinco filhos, quatro homens, a quinta dei uma fraquejada e veio uma mulher”, declaração feita em relação aos seus cinco filhos, ou seja, sobre o núcleo familiar referido por *e/le*, e estigmatizado pelo próprio.

Foi mais um dos diversos ditos proferidos pelo então deputado do PSC (Partido Social Cristão)¹³, à época, durante uma palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, em 04 abril de 2017. Neste período, ele já havia se lançado como possível candidato ao Planalto, pois as eleições para a presidência foram no ano seguinte.

A partir do *print* da imagem retirada do vídeo no momento em que *e/le* profere o discurso apresentado na SD2 é possível observar que em uma de suas mãos aparecem os cinco dedos na posição de marcação de referência aos cinco filhos.

¹³ O Partido Social Cristão (PSC) foi criado em julho de 1985, mas possui uma história que começa desde 1970, com a criação do Partido Democrático Republicano. Mas somente 15 anos depois da reabertura política, o advogado Vitor Nólseis deu continuidade ao trabalho da sigla e fundou o PSC. Em 1989, o PSC se aliou ao Partido Social Trabalhista (PST), Partido Trabalhista Renovador (PTR), Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Essa coligação foi denominada como “Brasil Novo” e conseguiu levar a vitória de Fernando Collor. Foi em 1982 que Vitor Nólseis, presidente da agremiação, sugeriu que o partido mudasse o nome para “Partido Social Cristão”. O partido usa o termo “Social Cristão” porque acredita que o cristianismo é algo que se estende à religião; é também um estado de espírito que não exclui ninguém e que serve uma base para que as pessoas consigam tomar decisões de maneira racional. Por isso, usa termos como “pró-vida” e “pró-família”. Disponível em: <https://www.estudopratico.com.br/conheca-a-historia-do-partido-social-cristao-psc/>
Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/partido-social-cristao>

SD2 “Tenho cinco filhos, quatro foram homens, a quinta dei uma fraquejada e veio uma mulher¹⁴”.



Fonte: Página do Youtube, *Detona Silva Lindo*.

Na SD2 ao observar o que *e/le* diz, o sujeito-homem, pelo uso do verbo em primeira pessoa “dei” assume, ainda que sem querer, a culpa pela fraquejada, ou seja, a mulher é resultado dessa tal fraquejada, mas a fraquejada não foi dela/filha, foi dele enquanto sujeito-homem, embora haja uma tentativa em relacionar a mulher ao fracasso, a “fraquejada”, mas que pode estar relacionada à redução da sua virilidade em função da idade, pois seria mais viril o homem que produz filhos homens.

Para compreender melhor os efeitos de sentido dessa SD2 nos valem do conceito de equação linguística, cunhado por Mariani,

“O comunista é um inimigo”. Nesta “equação linguística” – “comunista = inimigo” -, a qual fixa um “lugar do mal” na história do Partido no Brasil, na forma como foi apresentada pela imprensa não-partidária, se encontra um sentido sempre-já negativo, reiterado na forma de diferentes denominações ou como elemento integrante de narrativas políticas (MARIANI: 1998, p.18).

Com base no modelo cunhado e apresentado por Mariani (1998) neste trabalho também observamos que há uma equação linguística em “[..] a quinta dei

¹⁴ Acesso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cp1GdBx32CM>.

uma fraquejada e veio uma mulher”. Nesta equação linguística, “mulher = fraquejada”, sendo assim, inferior ao homem, menos que o homem, menos que *e/e*, inclusive menos forte.

A virilidade se identifica aqui com a FD da superioridade do homem sobre a mulher, com a honra, com a força. A virilidade se realiza na exploração e na conquista de territórios, na colonização, no domínio sobre a natureza, na expansão econômica, no gerar filhos varões, enfim, em tudo aquilo que possa constituir grandeza. Tais princípios se alteraram com a transição do mundo greco-latino (de sociedades militares nas quais ter filhos homens para servir ao regime militar era sinal de virilidade e honra) e medieval (fundada nas prerrogativas do cortesão) até a modernidade, com o estabelecimento do mercantilismo (CORBIN, 2013).

A Epopeia de Homero prescreve traços e comportamentos próprios do homem, como a manifestação da força bruta em excesso. A “educação do macho”¹⁵, na sociedade grega antiga, era pautada no modelo de *polites*, do bem comum da comunidade. Havia práticas de manutenção de coerção/coesão social como, por exemplo, o giro pelas casas com o recém-nascido nos braços até sua inscrição nos registros cívicos, perpetuando o sobrenome da família, visto que, no Brasil somente a partir de 2002 com o novo código civil¹⁶ houve uma equiparação de direitos entre homens e mulheres, o que inclui, entre outras coisas, a possibilidade do homem, ao se casar, poder acrescentar o sobrenome da mulher ao seu nome, o que antes era restrito somente às mulheres.

Diante do exposto, um dos efeitos de sentido presente, é atribuída à condição de que ter uma filha mulher foi uma falha dele enquanto homem, pois o que é importante é gerar filhos varões, que darão uma certa continuidade hierárquica da masculinidade como centro no âmbito familiar. Todavia, percebe-se que memória, ideologia e imaginário atravessam-se, apontando também para o sentido de ser mulher como sexo inferior, pois esse imaginário de inferioridade pauta-se nas memórias de “segundo sexo” e “sexo frágil”, e constroem uma ideologia da distinção, inferiorização do feminino: fraquejada. Assim, implica que os sentidos serão determinados ideologicamente.

¹⁵ Acesso disponível em: http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/rsbfernandes_do.pdf

¹⁶ Acesso disponível em: <https://jantunesadv.jusbrasil.com.br/noticias/452977672/no-ato-docasament-o-homens-estao-colocando-sobrenome-da-esposa>

Tudo o que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca (ORLANDI, 2010, p. 43).

E pensando nessas questões ideológicas que trazemos a terceira SD, SD3: “Eu não empregaria [homens e mulheres] com o mesmo salário. Mas tem muita mulher que é competente”, a qual foi dita pelo então pré-candidato a presidente³⁸, em um bate-papo com a apresentadora Luciana Gimenez, no programa “SuperPop”, da RedeTV.

A imagem abaixo é do momento no vídeo em que ele responde às perguntas feitas sobre questões de trabalho e igualdade de gênero, momento esse em que revoltou a própria apresentadora do programa, que é uma mulher.

SD3 “Eu não empregaria [mulheres e homens] com o mesmo salário. Mas tem muita mulher que é competente¹⁷”.



Fonte: Página do Youtube, *Thays Gianni*.

A SD3 corresponde à resposta dada pelo então candidato a presidente³⁸, ao ser questionado pela apresentadora se ele empregaria uma mulher com o mesmo

¹⁷ Acesso disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IZZisKgrtWY>.

salário que um homem.

Na SD3: “Eu não empregaria [mulheres e homens] com o mesmo salário. Mas tem muita mulher que é competente”, mais uma vez temos atribuído, pelo sujeito-homem à mulher o lugar da inferioridade.

A elas é destinado um salário menor que o salário dos homens. Essa diferença salarial estaria relacionada à competência da mulher, ela não é tão competente como o homem, não tem a mesma eficácia que supostamente tem o homem, e portanto, não poderia ser empregada com o mesmo salário que é conferido a eles.

Todavia, temos presente na SD3 a conjunção adversativa “mas”, que traz um sentido oposto à oração anterior e que indica que nem todas as mulheres são incompetentes: “*Mas tem muita mulher que é competente*”. Quais seriam, então, as mulheres competentes, o que é ser uma mulher competente?

Porém, mesmo sendo a mulher competente, o salário seria desigual, pois o dito é que *e/le* não contrataria homens e mulheres com salários iguais, sendo assim, ao dizer que não empregaria com o mesmo salário, abre um leque de possibilidades e uma delas seria a de que a mulher ganhe mais que o homem.

Em suma nas três SDs analisadas anteriormente, é possível perceber que há uma regularidade discursiva entre elas: pois, em todas são atribuídas à mulher uma condição de subalternidade em relação ao homem, essa mulher é prejudicada por ser mulher e essa se sobressai quando há falha do homem: *e/le* fraquejou.

Observando tais dizeres, nomeados aqui como SDs, em relação às mulheres, isto é, discursos em circulação, a questão levou a acompanhar páginas específicas do *Facebook* de apoio ao presidente³⁸ para a partir disso, dar início a composição deste *corpus*.

No início, a pesquisa estava baseada em cinco páginas de apoio, porém optou-se pelo grupo com mais números de publicações, ou seja, *Mulheres.com*. A página conta com 155 mil seguidoras e tem sua primeira postagem em 15 de setembro de 2018, portanto, ainda durante o período de campanha eleitoral à presidência da república.

Diante das centenas de postagens, o *corpus* está constituído por um corpora que inicia em 07 de novembro de 2018, (no entanto, durante a escrita não seguirá exatamente a ordem cronológica das postagens), dez dias após a vitória em segundo turno do candidato a presidente³⁸ (28 de outubro de 2018), até o início de

março de 2020.

No total, foram realizados 280 recortes, entre postagens das administradoras da página e comentários das mulheres que seguem a página, porém foram trazidos para as análises as postagens feitas pelas administradoras, e destes, sete compõem o *corpus* que será analisado nesta dissertação, sendo os outros três citados anteriormente SDs do *Youtube*. Ao acessar a seção Transparência da Página *Mulheres.com*, no Histórico da Página, consta que as pessoas que a gerenciam são duas no Brasil e uma na Irlanda, sem mais identificações.

A seleção pelo *corpus* definitivo se deu pela observância de que desde a primeira postagem (que estão nomeadas como SD), logo após a vitória nas urnas em segundo turno pelo presidente³⁸, a presença da imagem feminina, seja ela representada pela primeira dama ou por outras mulheres, passa a ser recorrente, em especial, durante os dezessete meses entre novembro de 2018 a março de 2020. Frente ao quadro que o *corpus* engendra: qual é a imagem de mulher que é construída e constituída, e se apresenta em apoio e elogia o presidente³⁸?

Desse modo, *elas*¹⁸ que se dizem *Mulheres.com*, carregariam algumas condições para a investigação: em um primeiro momento, tem-se a constatação de um dizer (*elas* estão num grupo que é favorável ao presidente³⁸), portanto coadunam com a conduta *dele* e, em um segundo momento: o que não se diz, mas é discurso que, no caso, expressa um sentido que escapa ao controle daquela que o diz. Há uma falha e que gera o elogio também à mulher, e se há essa falha, e um elogio escapa, a qual mulher ela é feita?

¹⁸ *Elas* será a forma como iremos nos referir às mulheres que seguem e publicam na página, visto que não haverá nenhuma identificação nominal das mesmas.

3 A CONSTITUIÇÃO DA ANÁLISE DE DISCURSO E SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Orlandi (2015), no prefácio da obra “Análise de Discurso; Princípios e Procedimentos”, aponta que não há realmente uma introdução para a Análise de Discurso. Porém, o caminho histórico que se faz necessário a ser percorrido permitirá entender a importância do ano de 1969, assinalado como marco inaugural de uma teoria que mudaria o modo como concebíamos a língua em uso, o sujeito e a ideologia.

Para isso, será tomado como aporte teórico Denise Maldidier, “A inquietação do Discurso”, obra traduzida por Eni Orlandi (2003), que além de relatar as diversas etapas pela qual passou a teoria da Análise de Discurso, buscou estabelecer uma certa cronologia e integrou o grupo de pesquisadores organizado por Michel Pêcheux.

Segundo Maldidier (2003), Michel Pêcheux foi pouco lido quando vivia, porém, seu nome, hoje, figura em inúmeras bibliografias de artigos e de teses de Análise do Discurso. A obra “A Inquietação do Discurso”, expõe a trajetória da Análise do Discurso (AD) pensada por Michel Pêcheux (MP), que nos apontou o caminho para um universo teórico ainda desconhecido, como a obra mostra, suas dúvidas e incertezas na empreitada de descobrimento de um novo campo do saber, em que o discurso é apontado como um sistema repleto de falhas/furos ladeado pela ideologia.

O discurso em Michel Pêcheux, segundo Maldidier (2003), parece um verdadeiro nó. Não é jamais um objeto primeiro ou empírico, mas sim o lugar teórico em que se intrincam literalmente todas as suas grandes questões sobre a língua, a história e o sujeito. A autora relata as diversas etapas pela qual passou a teoria da AD a partir de uma cronologia dos acontecimentos a qual Denise Maldidier chama de “aventura teórica”.

A escritora tenta descrever um percurso na conjuntura dos anos de 1960, “sob o signo da articulação entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise”. Ainda, segundo a teórica, “Pêcheux amava o trabalho comum e isso o levou a escrever com amigos e colaboradores” (MALDIDIER, 2003, p. 16). É a partir do encontro com Althusser que MP dá sua “entrada em política”.

Althusser é para Michel Pêcheux, aquele que faz brotar a fagulha teórica, o que faz nascer os projetos de longo curso. A toda uma geração, aliás, ele oferecia a possibilidade de “pensar o marxismo fora de uma vulgata mecanicista”. Ele tinha, notadamente em 1964, em seu artigo “Freud e Lacan” designado aos marxistas inquietos com a psicanálise, esta “ideologia reacionária”, o horizonte de uma aproximação teórica (MALDIDIÉ, 2003, p. 18).

Nesse percurso, Michel Pêcheux enfrenta uma difícil luta pela aceitação de suas formulações teóricas, dado o contexto histórico político da França à época de 1960. Sabemos, assim, que a Análise de Discurso nasce na França na década de 60. Autores atribuem sua origem a partir de Jean Dubois (linguista) e Michel Pêcheux (filósofo), sendo que ambos partilhavam, à época, interesses em torno do Marxismo e da Política, das convicções sobre a luta de classes, a história e o movimento social.

A Análise de Discurso constitui-se no interior das consequências teóricas estabelecidas por três rupturas que estabelecem novos campos de saber: a que institui a linguística, a que constitui a psicanálise e a que constitui o marxismo (ORLANDI, 2006, p. 13).

Dentro desta perspectiva, a Linguística mostra que a língua não é transparente, uma vez que possui uma materialidade que lhe é própria; o Materialismo Histórico explicita que a história tem sua materialidade, o homem faz história, mas essa não lhe é transparente; e a Psicanálise afirma que o sujeito tem sua opacidade, ele não é transparente e não o é para si mesmo. É sob o horizonte do Marxismo e da Linguística que nasce a Análise de Discurso. Considerada uma disciplina de entremeio, como destaca Orlandi (2002, p. 21), ela “surge no meio de, refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias”.

Ao propor estudar o discurso, a AD busca ver a língua não como transmissão de informações ou como simples ato de fala, mas a partir de uma visão discursiva que busca a exterioridade da linguagem como a ideologia e o fato social. Orlandi (2015), ao expor os objetivos da AD, afirma que, ao tomar a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, a teoria não trata a língua como um sistema abstrato, no seu funcionamento interno enquanto estrutura, mas na relação que a língua, enquanto materialidade linguística, mantém com o histórico, enquanto processo ininterrupto de produção de sentidos,

instaurando nesse contexto, como objeto de estudo não a língua, mas o discurso que aborda tanto aspectos linguísticos, quanto históricos e ideológicos.

Desta forma, “O discurso deve ser tomado como um conceito que não se confunde nem com o discurso empírico sustentado por um sujeito nem com o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional da linguagem” (MALDIDIÉ, 2003, p. 21). Essa articulação da Análise de Discurso - perspectiva teórico-metodológica desta pesquisa – é acompanhada de rupturas: a linguística se faz fundamental porque é onde está a materialidade, o discurso produzindo sentidos, portanto, não é uma estrutura fechada, com significantes únicos, definidos e transparentes; a partir do materialismo histórico a Análise de Discurso pressupõe que há um real da história e que os fatos reclamam sentidos, portanto, a história também é opaca; e a partir da psicanálise, a teoria pecheutiana pensa num sujeito de linguagem descentrado, afetado pelo real da língua e da história. Ou seja, Pêcheux desejoso em buscar compreender a história da ciência da linguagem, procurava propor outros caminhos e formas de pensar e conceber o estudo da língua.

De acordo com Henry (1993), Pêcheux objetivava abrir uma fissura teórica e científica no estudo da linguagem para que pudesse garantir um entrelugar para a Análise de Discurso, visualizando-a como “um entrecruzamento da língua, do sujeito, da sociedade e da história” (GREGOLIN, 2005, p. 99). Há um deslocamento do sujeito individualizado (como aquele em uma análise no divã), pois em Análise de Discurso pensamos no sujeito social, movido pela luta de classes e que é afetado pelo inconsciente e pela ideologia (ORLANDI, 2015).

Para Orlandi (2015), o esquema elementar da teoria da comunicação dispõe seus elementos definindo o que é mensagem, esse esquema se constitui de: emissor, receptor, código, referente e mensagem.

Para a Análise de Discurso, não se trata apenas de transmissão de informação, nem há essa linearidade na disposição dos elementos da comunicação, como se a mensagem resultasse de um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem decodificando-a (ORLANDI, 2015, p.19).

Assim sendo, não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela

língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente a informação.

Em Análise de Discurso procuramos entender, através de determinada materialidade discursiva, como os sentidos são produzidos e naturalizados. Portanto, não se trata simplesmente de transmissão de informação, mas de compreender como os sujeitos e sentidos se constituem.

Segundo Indursky (2013) sobre a constituição da Análise de Discurso:

Para constituir-se, a AD inscreve-se em um campo epistemológico interdisciplinar, o que faz com que sua relação com estes campos de conhecimento seja sempre crítica: do marxismo, interessa-lhe saber como se dá o encontro do ideológico com o linguístico; da linguística, procura descrever os funcionamentos responsáveis pela produção de efeitos de sentidos, considerando a língua como processo; na enunciação, vai procurar o sujeito, mas interessa-se por um sujeito dotado de simbólico e de imaginário, cujo discurso mostra as condições de sua produção. São essas as determinações epistêmicas da teoria do discurso na qual se inscreve a perspectiva de análise do discurso proposta por Pêcheux (INDURSKY, 2013, p. 39).

Pêcheux (2015) sob o pseudônimo de Thomas Herbert defende que as ciências sociais não se constituíam como uma prática científica, pois não rompiam com a ideologia, apenas dobravam-nas. Portanto, o objetivo dele era observar as ciências sociais e construir uma prática efetivamente científica.

Para Pêcheux (2015), a língua não poderia ser considerada como unívoca, literal, pois as palavras, as expressões e os textos só ganham sentido em relação com a exterioridade e a partir das formações discursivas de que emergem, ou seja, seu sentido se constitui em cada formação discursiva. Podemos dizer que Michel Pêcheux buscou refletir sobre a singularidade do sujeito na língua, bem como a articulação entre: a língua, a ideologia e o inconsciente.

Com base neste cenário da AD, que leva o olhar às questões fundamentais que a constitui, passa-se a refletir, sobre os encadeamentos dos conceitos teóricos considerados centrais para esta pesquisa e explicitados anteriormente: Formação Discursiva, Formação Ideológica, Formação Imaginária, Memória Discursiva.

Partindo da concepção de que os sentidos não estão nas palavras, mas estão aquém e além delas (ORLANDI, 1999), observa-se que a noção de ideologia é importante para Michel Pêcheux, pois toma como tese que ela possui uma relação

estreita com a linguagem.

Para Pêcheux e Fuchs (2014), o discurso é o “lugar” onde se pode perceber o processo de materialização das ideologias. Nesse sentido, entende-se a ideologia como condição necessária para a constituição não só da linguagem, mas também dos sujeitos e dos sentidos. Deste modo, “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 1999, p 42). Assim, podemos dizer que os sentidos são determinados ideologicamente a partir das posições daqueles que as utilizam e que é na língua em funcionamento que se verifica a ideologia constituindo e atravessando os sujeitos, os discursos e os sentidos.

Portanto, o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas (reproduzidas). Podemos resumir dizendo que

As palavras, expressões, proposições, entre outras, mudam de sentido segundo as posições sustentadas pelos sujeitos que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas (PÊCHEUX, 2014, p. 146-147).

O conceito de Formação Discursiva (doravante FD), foi proposto por Michel Foucault (2005) em sua obra *A Arqueologia do Saber*, e Pêcheux atribui-lhe um novo território à luz do Marxismo, relacionando-o ao discurso, à ideologia e à luta de classes.

Na concepção de Pêcheux, o conceito de FD refere-se aquilo que numa formação ideológica dada, a partir de certa conjuntura, sendo esta determinada pelo estado de luta de classes, designa o que pode e deve ser dito. Assim sendo, afirma Pêcheux, “as palavras, expressões, proposições etc., recebem seu sentido da formação discursiva da qual são produzidas”. Para Pêcheux (2014, p. 163-164), o discurso “deriva de condições de produção específicas”, daí a necessidade de se trabalhar a noção de Formação Ideológica (FI) de forma articulada à noção de FD, pois, “as formações ideológicas (...) comportam como um de seus componentes uma

ou várias formações discursivas que determinam o que pode e deve ser dito”, intervindo, desta forma, nas formações ideológicas de classes.

É a FD que permite compreender o processo de produção dos sentidos, bem como sua relação com a ideologia, possibilitando ao analista estabelecer regularidades no funcionamento do discurso. Orlandi define FD como “A Formação Discursiva se define como aquilo que numa formação ideológica dada, ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada, determina o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2015, p. 41).

Sendo assim, o discurso se constitui em seus sentidos, pois o que o sujeito diz se inscreve em uma dada formação discursiva. Isso justifica o dizer de que as palavras não têm sentido nelas mesmas, mas seus sentidos emergem da formação discursiva na qual ela está inscrita.

As Formações Discursivas, por sua vez, representam no discurso as Formações Ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. E isto não está na essência das palavras, mas na discursividade, isto é, na maneira como, no discurso, a ideologia produz seus efeitos, materializando-se nele (ORLANDI, 2015, p. 41).

Nesse contexto, as formações discursivas são compreendidas como locais já naturalizados e não mais questionados. Tratam-se, as formações discursivas, daqueles discursos agrupados em um campo semântico ao qual o sujeito recorre para produzir, para significar e dar sentido ao que o envolve, assim como ocorre na página em análise nesta dissertação, na qual um grupo de mulheres se organiza como um sistema lógico e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem como deve ser uma mulher: o que deve pensar e como deve pensar, o que deve valorizar, o que deve sentir, vestir e esta ilusão de realidade criada fica por conta da ideologia. Em suma, é um efeito da ideologia formadora do sujeito, que faz com que este se identifique com uma ou outra formação discursiva. Consequentemente, as palavras só adquirem sentido quando relacionadas às formações discursivas.

Além do conceito de FD, um outra importante definição faz-se necessário para este trabalho: é o de memória discursiva, “entendida não no sentido diretamente psicologista da “memória individual”, mas nos sentidos entrecruzados

da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PECHÊUX, 1999, p. 50).

Orlandi (2015), explica que um saber discursivo se constitui e produz efeitos de sentidos pela história devido à memória que torna “possível esse dizer para esses sujeitos num determinado momento” e representa “o eixo de sua constituição (interdiscurso)”. Deste modo, a memória é indissociável da produção discursiva, sendo um dos conceitos mais empregados na AD.

Orlandi (2015) pondera que a historicidade inscrita na linguagem “só faz sentido porque se inscreve na história” e que a memória faz parte da constituição do interdiscurso em muitas outras vozes que “significam pela história e pela língua. Aquilo que é dito em outro lugar também significa nas ‘nossas’ palavras”.

A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. E, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada (ORLANDI, 2015. p. 29).

Aclarando, a memória discursiva é o deslocamento de significações pelo viés da discursividade, de sentidos decorrentes da história e das FDs que perpassam pela materialidade significante. Sendo assim, a memória discursiva significa a partir do dito e do avivamento do sentido no ato discursivo. A memória discursiva é o sentido evocado na historicidade manifestada na materialidade discursiva com a qual o sujeito significa no interior do interdiscurso.

Sendo assim, nesta pesquisa, em que falamos sobre mulher, há uma memória de dizeres que a constitui e ressignifica dentro de determinadas condições de produção. Todos os sentidos ditos por alguém, em algum lugar, mesmo que há muito tempo, têm um efeito sobre o que é ser mulher e tais preceitos não pedem licença, vêm pela memória, pelas filiações de sentidos constituídos em outros dizeres, e isso, segundo Orlandi (2015) é de fundamental importância para compreender o funcionamento do discurso, a sua relação com os sujeitos e com a ideologia.

Posto isso, a memória discursiva reestabelece os implícitos ou pré-

construídos em um ato de discurso, criando uma conexão entre o discurso anterior e o momento do dizer, sendo que o pré-construído dá suporte para os efeitos de sentido evocados pelo interdiscurso.

Segundo Pêcheux (1999), a memória não possibilita a estabilização, logo, a mesma pode significar a partir de posições diferentes, pela identificação ou não, pela aproximação ou pela oposição. Esta não estabilização dos sentidos, pode ser observada na página *Mulheres.com*, quando elas, que são mulheres, se contraidentificam de outras mulheres, como por exemplo, as mulheres feministas, ou seja, não há um único sentido do que é ser mulher. Isso ocorre, porque há uma particularidade que define a natureza da memória discursiva, referido anteriormente, ou seja, quando enunciamos, há uma estratificação de formulações feitas e que constituem nosso dizer. No entanto, essas formulações são esquecidas, apagadas. “Por isso é que podemos afirmar que a memória discursiva é constituída pelo esquecimento” (ORLANDI, 2006, p. 21).

Courtine (1999) aborda o papel que o desnivelamento discursivo (o repetir, lembrar, esquecer) exerce no funcionamento do discurso. Esse desnivelamento acaba por apagar os vestígios, ou as evidências explícitas, que poderiam conduzir em um retorno a um determinado discurso, e isso pode acarretar tanto como efeitos de preenchimento como de ruptura na materialização enunciativa.

De acordo com Courtine e Haroche (1994) a linguagem é o tecido da memória. Pode-se dizer que ela é o simbólico oriundo da produção social, afetada pela exterioridade, processo discursivo sob determinadas condições histórico-sociais e ideológicas.

Também são postos à luz, os conceitos de Formação Ideológica e FD, as determinações que pesam sobre os sujeitos, abordando a relação entre linguagem e ideologia: como os sujeitos, os sentidos e a língua são constituídos ideologicamente? Como o discurso é previamente determinado pelas forças ideológicas?

Outros teóricos, como o filósofo Nietzsche (1999), apresenta o esquecimento como a faculdade que permite a existência de uma crença na verdade, “somente por esquecimento, pode o homem alguma vez chegar a supor que possui alguma verdade” (NIETZSCHE, 1999, p. 55).

Sabemos que o delineado apresentado acima, é apenas a ponta de um iceberg que envolve a construção da disciplina da Análise do Discurso. Por

consequente, buscando aproximar o arcabouço teórico dos objetivos da dissertação, voltamo-nos a um dos recortes do *corpus*, ainda neste momento. Podemos, a partir desse recorte, observar o funcionamento da noção de FD em relação a outros traços ideológicos, como a ideologia produz seus efeitos.

Atrelada à constituição e à análise do *corpus* está a sua delimitação, ou seja, o seu recorte. De acordo com Orlandi (1981, p. 15), “é preciso determinar, através dos recortes, como as relações textuais são representadas, e essa representação não será, certamente, uma extensão da sintaxe da frase”.

Esse funcionamento não é da ordem de uma segmentação, mas de uma fragmentação: “um recorte é um fragmento da situação discursiva” (ORLANDI, 1981, p. 14). Assim, o analista do discurso possibilita que um *corpus* empírico chegue às vias de um *corpus* discursivo. Porém, nesta escrita, ao analisarmos, nomeamos os recortes feitos a partir da página *Mulheres.com*, de Sequências Discursivas (SD) em ordem numérica crescente.

Para melhor organização e compreensão dos gestos de análises, seguiremos com a SD4: “Queremos parabenizar a Deputada Tabata Amaral pela lucidez e compreensão da necessidade da reforma da previdência, mesmo sendo oposição ao governo”. Importante para o gesto analítico da SD é descrevermos os caminhos educacionais da jovem Tabata Amaral até assumir a posição de parlamentar. Foi eleita para seu primeiro mandato em 2018. Nascida na periferia de São Paulo, Tabata estudou no ensino público de São Paulo e se formou na Universidade Harvard, nos Estados Unidos, com o apoio do programa de bolsas-de-estudo da Fundação Estudar, que tem como um dos fundadores o empresário bilionário Jorge Paulo Lemann. Esta organização oferece bolsas de estudos em cursos de graduação no Brasil e intercâmbios acadêmicos no exterior. Além da bolsa-de-estudo, o programa também conecta os jovens a executivos, oferece mentoria, participação em cursos e fóruns para desenvolver a capacidade de liderança.

A imagem a seguir foi retirada de uma publicação da página *Mulheres.com*, sobre o momento de discussão da reforma de previdência, no qual a referida Deputada, é considerada lúcida e compreensiva, pelo fato de apoiar uma proposta de reforma que foi submetida ao Congresso por *e/e*, possibilitando uma breve análise que, caso tivesse sido contrária, a Deputada não seria mais considerada uma pessoa lúcida e compreensiva.

SD4 “Queremos parabenizar a Deputada Tabata Amaral pela lucidez e compreensão da necessidade da reforma da previdência, mesmo sendo oposição ao governo¹⁹.”



Fonte: Página do Facebook, *Mulheres com Bolsonaro #17*.

Em breve gesto analítico com a SD4: “Queremos parabenizar a Deputada Tabata Amaral pela lucidez e compreensão da necessidade da reforma da previdência, mesmo sendo oposição ao governo”, percebemos que está atrelada aos efeitos de sentidos que deslizam por meio das postagens da página, isto é, colocar em cena a formação discursiva em apoio ao presidente38, e ao plano de governo que *ele* e sua equipe determinam como o certo, o correto a ser feito.

O que podemos ler, ao lado do discurso que se deseja de apoio, é que se fala ao mesmo tempo da mulher, elogiando-a. A “lucidez” só é possível de ser atribuída a quem coaduna com a posição do governo, ou mesmo de um homem.

Esta sequência de “aparecimento” de mulheres nas postagens é frequente durante todo o recorrido do *corpus*, e *ele*, o presidente38, em muitas ocasiões fica

¹⁹ Acesso disponível em: <https://www.facebook.com/MulherescomBolsonaroOf>.

como em um segundo plano. Nesse sentido, frente à composição do *corpus*, podemos dizer que a frequência de postagens que enunciam a mulher é regulada; uma regularidade que se dá em todos os dezessete meses representados no recorte do *corpus* da dissertação, e que veremos no decorrer das análises.

Mas essas postagens destacando a mulher como protagonista da página, mesmo que de forma inconsciente, não se sustenta ao longo das análises. Deste modo, a teoria da AD permite compreender a discursividade no dizer dos sujeitos inscrevendo-os em formações discursivas com os relativos atravessamentos sociais de cada um, e das condições de produção do discurso. Logo, o que faz significar e construir efeitos de sentidos, a partir de um determinado discurso, é tudo o que envolve a língua, a historicidade e o sujeito ideológico, sendo as materialidades discursivas resultantes do lugar.

Na SD4, *elas* enaltecem a Deputada Federal Tabata Amaral, que é do partido de oposição ao governo, porém, que vota a favor do projeto da reforma da previdência elaborado pela ala do presidente³⁸; e, por esta razão, a deputada é parabenizada por *elas*. Portanto, *elas* não se valem de outra FD, apenas dão uma certa visibilidade à deputada por ela compactuar com a proposta do governo³⁸ e não pela mesma ser uma mulher e deputada, uma vez que mulheres ocupam a minoria de cargos políticos no Brasil, embora existam as cotas de gênero que garantem 30% de participação feminina na política, mas que ainda não se efetiva.

As formações discursivas não podem ser pensadas como blocos homogêneos, elas são constituídas pela contradição. A FD a qual o grupo de mulheres está filiada é de apoio ao presidente³⁸ e a deputada não é do partido do governo, ela é oposição, mas é elogiada porque apoia a reforma da previdência que é de interesse do governo, no entanto, ser contrária ao governo é o mesmo que ser contrária a essas mulheres que se identificam com esse governo.

Portanto, tudo que for a favor do interesse do presidente³⁸, *elas* aprovam. O que queremos mostrar também, além da filiação discursiva, é o rompimento com uma memória de mulher. *Elas* poderiam ter usado o voto de um outro deputado/homem que faz parte da legenda de oposição, cujo foco fosse favorável à

aprovação do referido projeto, todavia, é lembrada a deputada Tabata Amaral²⁰.

Observemos que Tabata é elogiada por votar favorável ao projeto de reforma da previdência e por trair seu partido, Partido Democrático Trabalhista (PDT), em nenhum momento por ser mulher, jovem e deputada, inteligente, empoderada, ocupando um cargo em um espaço no qual a representação feminina ainda é menor que a masculina, e isso é justificável, pois para as mulheres que se identificam com a página é *e/le* quem as representa e não outras mulheres.

Porém, essa escolha pela imagem feminina permite trazer à cena um outro discurso, ao apoiar *e/le*, também irrompe um elogio às mulheres. A página defende uma bandeira, mas ao lado de um discurso dado, temos a presença massiva de uma voz feminina que se coloca, ainda que numa cena controversa.

²⁰ No Brasil, poucas são as mulheres que fazem parte do parlamento; o percentual feminino no parlamento representa apenas 15% das cadeiras, percentual muito abaixo da média de mulheres parlamentares em outros países latino-americanos. A chamada Lei de Cotas resulta, em parte, de um contexto internacional. Meses antes da promulgação da Lei 9.100/95, o Brasil havia assinado a Plataforma de Ação Mundial da IV Conferência Mundial da Mulher. A resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), naquela Conferência, recomendava ações afirmativas para acelerar a diminuição das defasagens de gênero na participação do poder político. Dois anos depois, em 1997, discutia-se no país a importante edição de um conjunto de normas que regulamentasse o processo eleitoral. A Lei 9.504/97 expandiu consideravelmente o escopo das ações afirmativas. Presentes até então apenas nas Câmaras Municipais, as cotas de gênero passariam a valer também para as Assembleias Estaduais e para a Câmara dos Deputados. Ficou de fora, no entanto, o Senado Federal. Conjuntamente, houve um aumento no percentual mínimo de candidaturas para as listas de candidatos (as) de partidos e coligações. Passou-se, assim, do mínimo de 20% instituído em 1995, para 30%, com a ressalva de que em 1998, na eleição um ano após a vigência da Lei das Eleições, as cotas seriam transitoriamente de 25%, atingindo 30% apenas nas eleições subsequentes. Em 2009 houve uma nova regulamentação, foi capaz de incentivar consideravelmente o número de candidaturas femininas. No entanto, o número de mulheres eleitas para as Casas Legislativas não aumentou na mesma proporção. Isso porque, além da dificuldade em se candidatar, as mulheres também enfrentam desafios no que diz respeito ao apoio interno nos partidos. A quantidade de recursos e verbas que são destinados às campanhas determinam, significativamente, as chances de sucesso e eleição dos postulantes aos cargos Legislativos. Contudo, essa legislação abria brechas para a criação de candidaturas meramente formais, já que os partidos podiam apresentar candidatas mulheres apenas para preencher os requisitos legais. Era preciso vincular candidatura à investimento. Assim, na Reforma Política de 2015, foram criados incentivos ao investimento em campanhas femininas. A Lei 13.165/15, produto final da reforma, previa que os partidos obrigatoriamente aplicassem recursos nas campanhas de mulheres. Mas o artigo 9º da Lei consistia na destinação de um mínimo de 5% dos recursos de campanha e, ainda, de um limite, que não poderia ultrapassar 15% de todos os recursos do Fundo Partidário destinados a esta finalidade. Na prática, essa lei acabou aumentando a desigualdade formal entre homens e mulheres na política, pois o mínimo de 30% das mulheres teria acesso, pelo Fundo Partidário, a, no máximo, 15% dos recursos. Assim, ao invés de aprimorar a participação de mulheres na política, a Lei 13.165/15 dificultou a correção de sub-representação feminina. Por essa razão, ela foi objeto da Ação Direta de Inconstitucionalidade. A Emenda Constitucional nº 97/2017 vedou, a partir de 2020, a celebração de coligações nas eleições proporcionais para as Casas Legislativas. Essa proibição incide diretamente sobre as cotas de gênero. Se antes o preenchimento da cota poderia se dar por coligações, ou seja, pela união de dois ou mais partidos, agora a indicação deverá ser feita por cada partido.

Segundo Orlandi

A forma-sujeito histórica que corresponde à sociedade atual representa a contradição, ou seja, é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso, capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas, na qual tudo pode dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la. É essa a base que chamamos assujeitamento (ORLANDI, 2015, p. 48).

Portanto, cria-se a ilusão de completude, origem do saber. Sujeitos e sentidos se constituem, afetados pela língua e pela história, movido pela ideologia e pelo inconsciente, pois essas duas últimas categorias conceituais – ideologia e inconsciente – estão materialmente ligadas.

O sujeito em AD, ou seja, o indivíduo empírico, se torna sujeito por um processo que Pêcheux chama de assujeitamento ou interpelação. O autor explica este processo dizendo que,

Convencionou-se chamar interpelação, ou assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja conduzido, sem dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção (ou naquela categoria, camada ou fração de classe ligada a uma delas) (PÉCHEUX, 2014, p. 162).

Todavia, a ideologia burguesa, como a forma mais desenvolvida, orienta não apenas acerca do funcionamento da instância ideológica em geral, como ideologia dominante, mas em relação às formas históricas que a precederam (lutas de classes), sendo a dominante aquela que se sobrepõe às outras ideologias, podemos dizer que *elas* são interpeladas pela ideologia dominante, na qual está a FD de apoio ao presidente³⁸.

Sendo assim, a deputada Tabata tem lucidez e compreensão, por outro lado, na visão do grupo, as mulheres que votaram contra a reforma não têm. Apoiar o projeto é ter lucidez e compreensão dentro da FD de apoio ao presidente³⁸, e essa é uma escolha dessas mulheres, mesmo que o ato de escolher partidos e tomar decisões políticas tenham sido conquistas do feminismo, o qual também garante que essas mulheres sejam livres para ser contrárias a esse movimento.

O processo que transforma indivíduos em sujeitos empíricos, somente é

possível em função do trabalho da ideologia²¹. Nesta mesma obra, o autor, citando Althusser, explica que “a ideologia não existe senão por e para sujeitos”, e que “não existe prática senão sob uma ideologia” (PÊCHEUX, 2014, p. 31). Desta maneira, tudo o que o sujeito produz é reflexo da sua inscrição em determinadas FDs, ou seja, os efeitos de sentidos são constituídos nas/pelas FDs. A noção de FD está diretamente ligada a noção de sujeito e assujeitamento no processo de interpelação ideológica.

Pêcheux ao falar de sentido e de “o todo complexo das formações ideológicas”, explica que “as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PÊCHEUX, 2014a, p.146-147). Neste ponto, o autor explica que dependendo do contexto em que a palavra é empregada, ela adquire um ou outro/s sentido/s, dependendo da FD em que ela é usada. O que em uma FD é transparente, em outra, aquele sentido é visto como opaco. Assim, a FD é

Aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina o que pode e deve ser dito (articulando sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) (PÊCHEUX, 2014a, p.147).

Este é um conceito muito importante para nos fazer refletir que, tudo aquilo que não pode e não deve ser dito está exterior àquela(s) formação(ões) discursiva(s), e, é conseqüentemente jogado no âmbito do silêncio, do que não pode e não deve ser dito, desta forma, o que não está em uma FD, está em outra, silenciado, esquecido.

Quando pensamos no discurso, pensamos a língua fazendo sentido, no sujeito e suas relações com a história e é com essa ideia de palavra em movimento que observamos que não é possível pensar e nem separar de forma estanque a língua, da história e do sujeito.

Em Indursky (2013, p. 37), temos a afirmação de que “em AD, o objeto sobre o qual as análises linguísticas são feitas não é um objeto linguístico *stricto sensu*. Trata-se bem mais de um objeto sócio-histórico, onde o linguístico intervém como

²¹ “As palavras modificam seu sentido de acordo com o lugar de quem as utiliza e são espaços pelos quais o discurso e a ideologia articulam-se com relação às formações ideológicas em que essas posições se apresentam. Em AD a formação discursiva possui 20 papel fundamental, tendo em vista que nos permite compreender o processo de produção dos sentidos e sua relação com a ideologia.”

pressuposto”.

Os sentidos são determinados ideologicamente a partir das posições daqueles que a utilizam e é na língua em funcionamento que se verifica a ideologia constituindo e atravessando os sujeitos, os discursos e os sentidos. Ou seja, as palavras mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas constituem seu sentido em referência a essas posições, ou melhor, em referência às formações ideológicas (FI).

A definição de FI se apresenta como um conjunto de atitudes e de representações que não são nem “individuais” nem “universais”, mas se relacionam a posições de classes em conflito uma com as outras (PÊCHEUX; FUCHS, 2014). Estes autores acrescentam, ainda, que as FIs se caracterizam por serem capazes de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica de uma formação social (PÊCHEUX; FUCHS, 2014). Deste modo, podemos dizer que as FIs determinam as FDs, assim,

As formações ideológicas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura, isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes (PÊCHEUX; FUCHS, 2014, p. 164).

Segundo Bottomore (1998), a ideologia, na perspectiva marxista, tem seu conceito primeiro em Marx e Engels, e indicaria a relação entre “formas invertidas” da consciência e existência material dos homens, cuja origem se daria em função das contradições sociais. Porém, tal definição se transformou ao longo do tempo pelo próprio Marx e também em releituras dele feitas por Althusser, Gramsci e Luckás.

Althusser (1980) teve uma de suas contribuições ao distinguir,

Uma teoria da ideologia geral, na qual a função da ideologia é assegurar a coesão na sociedade, da teoria das ideologias específicas, na qual a função geral já mencionada é sobredeterminada pela nova função de assegurar a dominação de uma classe (...) ou seja, uma representação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência (ALTHUSSER. 1980, p, 77).

Ainda segundo Althusser (1980), é “a natureza imaginária (da relação entre os homens e as suas condições reais de vida) que fundamenta toda a deformação imaginária que se pode observar em toda ideologia”. É, portanto, a partir da leitura de Althusser, que Pêcheux desloca e formula as relações entre discurso e ideologias.

Deste modo, ao longo desta dissertação, procuraremos construir leituras e compreender como os sentidos se organizam em suas diferentes formações discursivas que estarão em referência a diferentes memórias em sua relação com a exterioridade, que permite o que pode ou não ser dito. O pré-construído possibilita não apenas a existência do indivíduo como sujeito falante de uma FD, mas também o esquecimento nº1, a ilusão de que o sujeito é a origem do sentido de sua fala, como se o seu sentido fosse evidente.

Assim sendo, um determinado sentido não se dá de modo consciente ou aleatório. Tal escolha se torna viável pela inscrição simbólica do sujeito em uma FD dada, podendo incorrer em outros sentidos possíveis através da ocorrência de lapsos de escrita e que será observada nas postagens que compõem o *corpus* da pesquisa.

4 O VAZIO NA BALBÚRDIA: UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE AS MÍDIAS SOCIAIS E A CIRCULARIDADE DE SENTIDOS

O *Facebook* teve seu início como um projeto feito pelo jovem Mark Zuckerberg em parceria com quatro colegas durante a graduação em Harvard. Funcionava como um “álbum de fotografias on-line com os retratos de todos os alunos”. Nesses termos, segundo Kirkpatrick (2011, p. 23) foi o marco inicial do que seria a rede social hoje mais famosa no mundo.

O livro, que narra a saga da criação desse dispositivo, marca a forte participação do ambiente universitário no crescimento dessa rede, indicando como os jovens estavam mais expostos à circulação de dados na comunidade com velocidade extraordinária e se tornando um negócio altamente lucrativo. Estava-se diante da primeira “plataforma para pessoas” (designação do livro citado) com grande visibilidade e larga divulgação, plataforma a ser gerenciada pelos sujeitos-navegadores e a ser retroalimentada pelos acessos que garantiam a permanência ou não de dados; garantia-se assim que o uso da própria plataforma poderia ajudar os seus criadores a torná-la melhor.

O uso cada vez mais frequente das plataformas de comunicação denominadas redes sociais é um dos hábitos que divide e afeta a subjetividade de nossa época. Os aspectos positivos e negativos podem ser identificados rapidamente, levando à reflexão de que o problema não está nos aplicativos em si, mas no uso que é feito deles. A Internet surge na década de 90 e, desde então, a conexão entre as pessoas ganha uma outra condição e com o aprimoramento desta tecnologia, surgem as redes sociais.

A Rede Social é uma estrutura que inter-relaciona empresas ou pessoas, que estão conectadas pelas mais diversas relações. Cada qual se relaciona de acordo com as suas preferências e particularidades, além de unir usuários do mundo inteiro, permitindo troca de mensagens, postagens, comentários, imagens, vídeos, ligações de videochamadas, desde 2007 o *Facebook* permite também a inserção de anúncios grátis em seu *website* e mais tarde passou a permitir a publicação de anúncios pagos, o que impulsionou a indústria de propagandas políticas e aumentou exponencialmente o número de postagens relacionadas ao campo político.

Ademais, a plataforma permite criar páginas específicas que reúnem usuários em torno de um tema de interesse, como é o caso da página trazida como

materialidade nesta dissertação. Esse tipo de mídia tornou-se, portanto, aliada do discurso político ampliando os debates públicos acerca do tema.

Trata-se de uma ligação social e de conexão entre pessoas. Atualmente existem diferentes tipos de rede social, dentre as mais famosas, podemos citar as profissionais como *LinkedIn*, de informações e relações como o Twitter e o *Facebook*, entre outras redes como políticas e comunitárias.

A primeira rede social surgiu em 1995 nos Estados Unidos e Canadá, chamada *Classmates*, com o objetivo de conectar estudantes de uma universidade. Desse primeiro propósito, as redes sociais evoluíram e se popularizaram como as conhecemos atualmente. O Facebook foi criado em 2004 pelos estudantes de Harvard, Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Chris Hughes e Dustin Moskovitz. Dados de 2018, divulgados pelo site *Folha.uol* revelam que o Facebook tem 2,2 bilhões de usuários mensais conectados pelo mundo. Desta forma, a rede social supera o WhatsApp da própria empresa.

Desde a criação da rede internacional de computadores, na década de 70 nos países ricos, e todas as suas implicações econômicas, sociais, educacionais, políticas, filosóficas e subjetivas, têm sido temáticas de investigações teóricas nas universidades, em diferentes linhas de pesquisas. Há também um certo imaginário de que nossas vidas acontecem no/sob o digital, inclusive, pesquisas acadêmicas denominam como “um modo de vida” que se estabeleceu na sociedade desde então.

Já no Brasil, esse “modo de vida” chegou a partir do ano 2000. Deste modo, a materialidade digital (GALLO, 2019) é uma das instâncias constitutivas da sociedade contemporânea, essa materialidade atravessa tanto a constituição das discursividades que nela circulam quanto a própria constituição subjetiva. A constituição de práticas sociais, de discursividades, por meio da materialidade digital nos provoca inquietudes.

A materialidade discursiva desta pesquisa situa-se na articulação entre a tecnologia digital e a discursividade presente nestas plataformas. Ao falar em materialidade precisamos considerar que ela

Significa operacionalizar a história, a língua e o inconsciente; é entender que uma forma material é determinada pelo nível de existência sócio-histórico-ideológico, pelo recalque inconsciente e pelo funcionamento da língua, a qual é passível de equívoco. A

materialidade existe na relação da incompletude de cada um desses três elementos (VINHAS, 2020, p. 2004).

Logo, tal materialidade também constitui os sujeitos desta sociedade, os pré-construídos sobre os quais está alicerçada essa sociedade tecnológica digital. Podemos dizer que sujeito e simbólico constituem-se mutuamente sob o viés discursivo.

A rede social é denominada como um complexo de relações entre pessoas que fazem parte de um grupo que têm, por meio dessas plataformas, um meio de interação, informação, etc. Essas mídias se tornaram um importante instrumento de disseminação de uma infinidade de discursos, em especial durante a campanha presidencial de 2018, que é o período inicial do recorte da materialidade discursiva desta investigação. Nesse sentido, considerando que o indivíduo é constituído em sujeito pela ideologia, buscamos compreender como os sujeitos dos discursos são subjetivados e por quais ideologias eles são atravessados.

Assim, a ideologia é constitutiva da linguagem, e definida por Pêcheux (1997) como o mecanismo produtor de evidências, ela “se produz justamente no ponto de encontro da materialidade da língua com a materialidade da história” (ORLANDI, 1997, p. 20). Isso permite que o sujeito tenha como ‘naturais’ a circulação de um dado conjunto de sentidos acerca da Internet e não de tantos outros possíveis de serem enunciados. Não há sentido possível sem interpretação, pois diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, deparando-se com a questão: o que isto quer dizer? É neste movimento de interpretação que o sentido nos é apresentado como evidente, como se ele estivesse sempre lá.

Segundo Orlandi (2015), “interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero”.

Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência (...) a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer (...). Por sua vez, a evidência do sujeito – a de que somos sempre já sujeitos – apaga o fato de que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia. Esse é o paradoxo pelo qual o sujeito é chamado à existência: sua interpelação pela ideologia (ORLANDI, 2015, p. 44).

O efeito de liberdade proporcionado pela livre circulação nas redes sociais,

está diretamente relacionado a um complexo de formações imaginárias em que funcionam uma certa imagem do espaço onde se diz, de quem diz e da suposta audiência para quem se diz. Embora persista e seja produtiva a imagem do espaço virtual como terra sem rei e sem lei, o controle existe sim, e, como destaca Grigoletto (2017), existe sob a forma mais perversa do ideológico, que é justamente a que produz, no sujeito, os efeitos de liberdade e de livre escolha. E como é possível libertar-se quando não se nota a si mesmo como escravo?

Com isso, num jogo entre o controle e a liberdade, o que está em funcionamento nos discursos produzidos no *Facebook* são representações imaginárias que apontam para um determinado modo de circular desses discursos, e que resultam de processos discursivos anteriores que determinam os modos como os usuários-sujeitos se relacionam com suas bolhas, ou seja, com seus grupos de identificação, assim como ocorre com a página *Mulheres.com*.

Como anunciado na apresentação, importantes estudos têm sido realizados por diferentes pesquisadores/as do discurso, como Mittmann (2010), Gallo e Silveira (2017), Paveau (2012, 2015, 2017), entre outros. Vinculado à fase cognitiva do capitalismo, Barreto (2017) escreve que o digital, ao ser analisado discursivamente, permite-nos desnaturalizar os efeitos dos sentidos projetados nele/para ele.

As redes sociais têm se apresentado como um fenômeno nunca visto antes, em especial o cenário das eleições de 2018, de produção de uma fala que parecia emergir a todo momento, partindo de múltiplos lugares discursivos, concentrando-se todas em espaços enunciativos informatizados, ou seja, as chamadas redes sociais, dirigida a interlocutores desconhecidos, imaginários, presumidos leitores, sem corpo definido. As mais variadas formas textuais, *memes*, relatos, matérias da grande mídia, comentários e com as mais variadas formas textuais, tudo isso circulando em uma velocidade enorme, robótica e não humana (GALLO, 2019).

De acordo com a autora, a forma discursiva que se materializa nos espaços enunciativos informatizados não é o da escrita. A escritora chama-a de escritorialidade. Nela, seus interlocutores não compartilham as memórias dos discursos de escrita, porém, uma outra memória, que vem se constituindo na sociedade e sendo alimentada por textos forjados na materialidade digital e com imensa capacidade de circulação.

Ao passar da oralidade, do boca a boca, para um espaço de escrita que se estrutura de forma singular, o rumor produz um novo efeito-autor que entra em confronto com as formações dominantes da mídia e da política. Um efeito-autor que não é o da mídia e da política; é um efeito-autor do discurso político ordinário. Um discurso que nasce nessa relação entre aquilo que era da ordem do ordinário restrito ao âmbito do privado, oralidade, e passa para uma ordem do ordinário midiaticizado, escrito. É nesse sentido, uma das formas da escritorialidade formulada por Gallo (2008). Um deslocamento que vai do boca a boca para o rumor em circulação em uma mídia social de caráter muito mais massivo (SILVEIRA, 2015, apud GALLO, 2015, p. 29).

É neste espaço digital da escritorialidade que se situam as condições de produção que embasam o desenvolvimento da pesquisa em desenvolvimento.

Neste capítulo, trataremos de problematizar os discursos produzidos nesse espaço multimidiático de interrelações entre os sujeitos. Há também quem defenda as redes sociais como um lugar de visibilidade dos movimentos sociais, pois sendo um lugar democrático, não pago, diferente do que era há até pouco tempo, quando só havia a circulação das grandes mídias tradicionais, como rádio e televisão, que são pagas.

Por serem espaços gratuitos e de fácil acesso, as redes sociais têm se tornado esse espaço de grande circulação de discursos, dos mais diversos, como discursos de resistências, possibilitando a utilização de materiais multimodais, como vídeos, fotos, etc., oferecendo muito mais do que divulgação, mas também possibilidades de alianças, de ideais em comum e como exemplo, o referido grupo *Mulheres.com* a que esta pesquisa se dedica.

Esses meios digitais possibilitam maior alcance e circulação de seus discursos como o retorno pelos internautas seguidores das páginas. Braga (2015, p. 20), defende que “no contexto pós-moderno, no qual o poder está atrelado ao acesso à informação, é importante entendermos de que forma as tecnologias digitais de comunicação e informação podem efetivamente contribuir para uma participação popular efetiva e, portanto, politicamente mais democrática”.

Como mencionado, anteriormente, a comunicação antes era veiculada apenas pela existência da grande mídia e em direcionamento vertical com o controle voltado a esse centro. Porém, na realidade de hoje, o que se propaga por estas plataformas digitais, como por exemplo, as redes sociais, se faz em uma horizontalidade infinita.

Se no passado, o saber era sinônimo de poder, hoje, compartilhar o saber é poder. O sucesso das redes sociais baseia-se na funcionalidade, na flexibilidade e na abertura da comunicação (BARBAI, 2012, p. 61).

As redes sociais, com os avanços da tecnologia e o acesso democrático a estas, nos revelam um cenário nunca antes vivenciado, levando a uma nova configuração de interpelar os sujeitos nas diferentes formas de resistência, em busca de estabelecer laços virtuais dentro das proposições, ideais defendidos por tais grupos, inscrevendo-se neles. A propósito, afirma Maluf-Souza

Da mesma maneira que a cultura, a sociedade, a família e a linguagem já se encontravam plenamente constituídas para a chegada de um sujeito, também na rede, tanto quanto em qualquer outro ambiente, há demandas, desejos, desígnios que esperam por sua chegada (MALUF-SOUZA, 2012, p. 94).

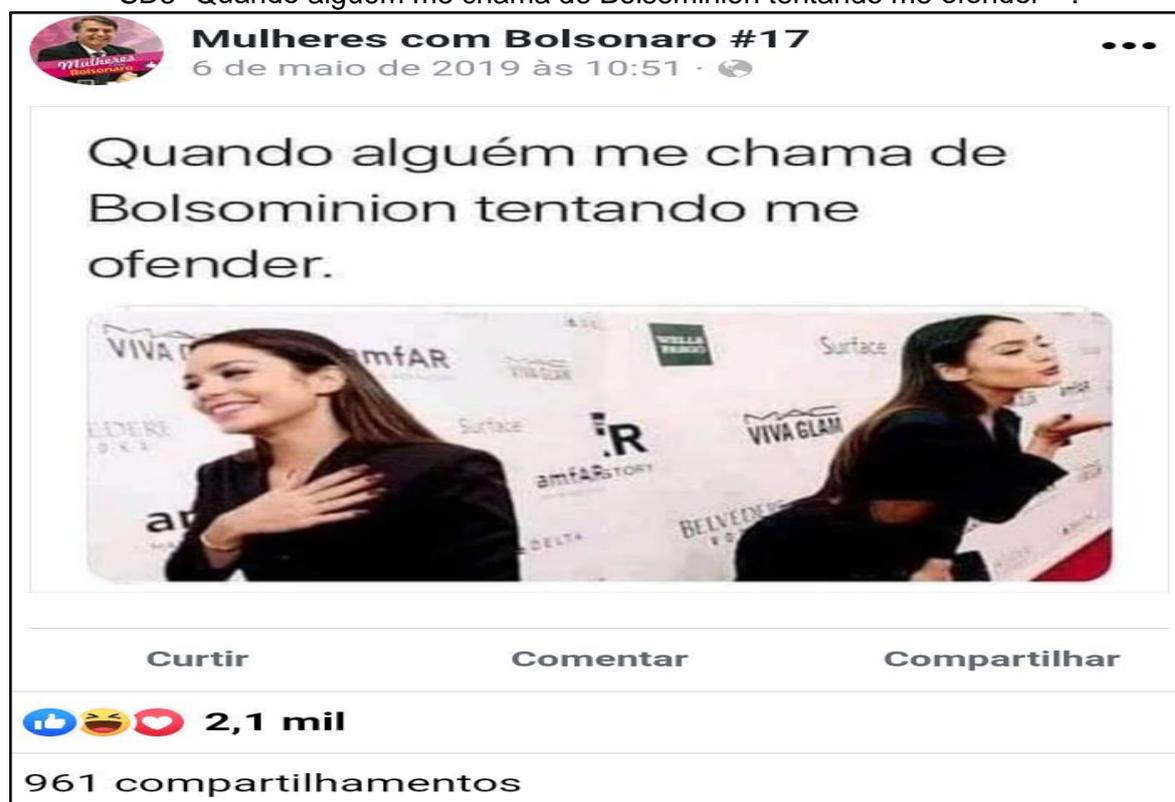
Sendo assim, apresentar-se-á nesta pesquisa como as mulheres que estão com *ele* tomam a palavra na rede social *Facebook*, numa prática de defesa, apoio ao presidente³⁸, buscando analisar a partir da perspectiva teórica pecheutiana as contradições constitutivas desse movimento nas plataformas digitais.

Afinal, a contradição é o real da sociedade, da história e, portanto, da ideologia. A disputa é o que move os sujeitos, os sentidos e a história e na tensão dos acontecimentos sobre as estruturas (PÊCHEUX, 1990), ocorrem avanços, mas também retrocessos.

Nesse sentido, trazemos a SD5: “Quando alguém me chama de Bolsominion tentando me ofender”. Vale ressaltar, que o verbete Bolsominion é classificado como substantivo, que designa os adeptos e seguidores do político Bolsonaro. De acordo com o dicionário Michaelis (2018), minion significa pessoa com posição inferior, subordinado, sendo assim, seriam os subordinados do Bolsonaro. Porém, os Bolsominions mudaram o sentido original inverteram valorações (e, de certa forma, confirmam outras) para, então, afirmarem-se e se autodenominarem como tal, ao estabelecerem uma relação de identidade e pertencimento, de modo que o espaço é uma expressão de si (BATISTA, 2018, p. 220).

A imagem abaixo foi retirada da página *Mulheres.com*, no qual a mensagem textual invoca de certa forma uma ofensa, mas a mensagem semiótica é contraditória a essa ideia.

SD5 “Quando alguém me chama de Bolsominion tentando me ofender”²².



Fonte: Página do Facebook, *Mulheres com Bolsonaro #17*.

Nesta SD5 podemos perceber o funcionamento discursivo em que ocorre a interlocução entre usuários-sujeitos constituídos na mesma FD, sentido também reforçado pelos 961 compartilhamentos e mais de duas mil curtidas, que compactuam com a ideia, no que diz respeito à interpretação de pertencimento a um mesmo grupo: denominam-se, e ou são denominadas *Bolsominion*²³.

Essa denominação é atribuída, de forma crítica, aos apoiadores do presidente³⁸. Deste modo, *elas* se identificam enquanto grupo pertencente à mesma FD e se relacionam pelo viés da identificação, com efeito homogeneizante, cujo funcionamento é de agregar os iguais e repelir os diferentes.

Discursivamente, podemos dizer, que as bolhas funcionam como regiões discursivas de subjetivação (de identificação, contraidentificação e desidentificação), e que é por tomadas de posição que diferentes indivíduos se tornam sujeitos, no caso, de uma bolha e não de outra. Sugere-se aqui a associação entre bolhas e Formações Discursivas (FD), e que se manifestam, muitas vezes, por aproximação

²² Acesso disponível em: <https://www.facebook.com/MulherescomBolsonaroOf>.

²³ Tal denominação, segundo Boaventura, L., & Freitas, E. (2019), é um estereótipo e sua relação com as noções de identidade e *ethos* do sujeito nas redes sociais sob um clima político bipartidário e polarizado. Porém, na AD, analisaremos a partir da mobilização do conceito de formação imaginária, e não do *ethos*, que consiste naquilo que é dado e estruturado no âmbito social.

ideológica no contexto da circulação de informações na mídia social brasileira (PARISER, 2011), mostrando que nesses grupos circulam apenas discursos que ecoam a posição política dos sujeitos do grupo.

De acordo com Michel Pêcheux, em sua obra fundante da Análise de Discurso, *Análise Automática do Discurso*, considera pensar as condições de produção (CP) de um discurso em relação a um imaginário ou, mais exatamente, com as formações imaginárias (FIIm). Assim, ponderar sobre as CP de um discurso é interrogar-se e levar em conta a relação imaginária.

A denominação *mínions*, é deslocada dos filmes da franquia *Meu Malvado Favorito* (2010, 2013, 2015, 2017), e ressignificado: Bolsonaro+mínions. Nos enunciados fílmicos da franquia, a ideia de ser mínion está correlacionada a uma relação de alteridade com Gru, o sujeito-outro dos mínions, tomados como sujeitos-eus.

Sobre essas denominações utilizaremos, Ferrari e Medeiros (2012) que dizem,

A linguagem, no processo de denominação, é capaz de estabelecer uma referência, uma designação, de forma a tornar visível aquilo a que se refere, de forma a dar existência àquilo que se nomeia. Em contrapartida, sentidos se colam como se houvesse uma relação sempre já-lá estabelecida entre a palavra e a coisa. (FERRARI; MEDEIROS, 2012, p.84)

Nesse sentido não é um mero processo de nomear, mas produzir e reproduzir, significar e ressignificar sentidos. Para eles (referente ao filme), e deslocando para esta pesquisa *elas*, que se configuram como súditos e súditas fiéis, ter um patrão mau (o pior) a quem servir compõe o sentido de sua existência.

Tal relação, na página *Mulheres.com*, pode ser percebida quando, a figura feminina presente na postagem, tem uma reação de agradecimento, com o gesto de enviar um beijo e transparecer estar em uma posição confortável, mesmo que o termo *bolsominion* traga uma carga de sentidos de submissão. Porém, o mesmo é silenciado na memória discursiva, formando outras redes de significados.

No entanto, se eles/*elas* não têm um “malvado favorito” que lhes escraviza, adoecem mentalmente pela ausência de servidão, como ocorre nas animações (em especial, em *Minions*, 2015). Gru é, para eles, mais do que um patrão que ordena e explora: Gru é o que permite que eles sejam (e continuem a ser) mínions.

Assim, de Paula, L., & de Oliveira, N. R. (2020), escrevem sobre essa relação em que surge o termo “bolsominion” caracterizando um grupo eleitoral político no cenário brasileiro das eleições presidenciais de 2018. “O termo, entendido como um signo ideológico, proliferou, principalmente, nas redes sociais, em específico, no *Facebook*, uma plataforma que permite aos sujeitos atuarem como curtidores, comentadores e compartilhadores de ideias”, (de PAULA, L., & de OLIVEIRA, N. R., 2020). Portanto, *elas* são porta-vozes de um discurso pelo qual foram interpeladas, captadas, discurso esse que se faz na ordem das ideologias dominantes, como o discurso religioso e patriarcal. Tendo em Gru/presidente38 uma referência de paternalidade, de proteção.

O fundo da imagem é constituído pela cor branca com as escritas na cor, predominantemente, preta de nomes de marcas/empresas e no chão um tapete vermelho, possivelmente, o cenário seja uma passarela.

Dentre as que se destacam, está a inscrição *Viva Glam*, que é uma linha de batons da empresa de cosméticos *MAC Cosmetics*. Em uma busca na página da referida empresa, na sessão *Quem Somos*, encontramos algumas informações importantes: *MAC* se denomina como a maior autoridade mundial em maquiagem profissional. Ademais, possui como lema celebrar a diversidade e a individualidade, de todas as idades, todas as raças e gêneros. Além disso, desde o lançamento, em 1994, todo o lucro arrecadado com a venda dos batons da linha *Viva Glam* é revertido para o combate contra o HIV/Aids e desde 2019, para celebrar os 25 anos da linha *Viva Glam*, os lucros passaram a ser revertidos também a instituições que ajudam na saúde e direito de mulheres, meninas e da comunidade LGBTQIA+. Essas informações são relevantes para apontar um silenciamento sobre as minorias, sobre as políticas para a redução das desigualdades sociais.

Na análise da SD5, mesmo com os sentidos negativos atribuídos ao verbete *bolsominion*, ao papel subalterno, há um outro sentido que escapa, pois elas não estão em um lugar de inferioridade, estão, em uma passarela, representando o poder da nobreza, por exemplo. Assim, o esquecimento pode configurar-se como uma fissura, que pode tanto esvair-se quanto instituir-se de qualquer memória social (MARIANI, 1993).

Nesse sentido, não só importa “o que é dito”, mas especialmente “o como é dito”. Criam-se imagens, mobilizam-se expressões corporais, cores, registram-se marcas de identificação, elementos próprios do discurso midiático.

Orlandi (2015) explica a ideologia como o processo de produção de um imaginário, ou seja, processo em que o sujeito produz uma entre inúmeras interpretações possíveis que é vista por ele como a única interpretação necessária, a qual “atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado” (ORLANDI, 2015, p. 44).

Diante disso, é possível compreendermos que a ideologia produz evidências (efeito do ideológico sobre o sujeito), tanto do sentido quanto do sujeito, que interpelado pela ideologia acredita ser ele a origem de seu discurso. Teóricos como Orlandi, apontam para o fato de que o trabalho da ideologia é “produzir evidências colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência” e continua, “sua característica comum é a de dissimular sua existência no seu próprio funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’” (ORLANDI, 2015, p. 44). O que devemos compreender é que os sentidos e os sujeitos são constituídos pela ideologia, de modo que ideologia e inconsciente os estruturam e determinam seu funcionamento.

Assim, ao fornecer evidências, observamos o que determinado enunciado quer dizer, pois a ideologia provoca a transparência da linguagem fazendo parecer que o sentido está sempre lá. Contudo, os sentidos são sempre constituídos ideologicamente, não pela literalidade das palavras, mas por sua discursividade. Isto posto, a função do analista do discurso é explicitar “a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação recíproca” (ORLANDI, 2015, p.43).

A partir da materialidade ideológica (o discurso) se pode ver o todo complexo das FI caracterizadas como um elemento capaz de agir como uma força em confronto com outras forças ideologicamente contrárias, como um conjunto complexo de representações que não são individuais, tampouco universais, mas que se relacionam a posições de classes em conflito. Esse confronto, de acordo com Pêcheux (2015), se dá pela disputa dos sentidos, nas palavras do autor “no terreno da linguagem, a luta de classes ideológicas é uma luta pelos sentidos das palavras, expressões e enunciados, uma luta vital por cada uma das classes sociais opostas que têm se confrontado ao longo da história” (PÊCHEUX, 2015, p. 273).

Desta forma, voltamos para a SD5 e o que temos são marcas discursivas que identificam as mulheres, enquanto sujeito desse discurso, a “bolsominion” como mulheres belas, bem informadas, educadas, que se vestem bem, apesar da derivação negativa de “minions”, que é silenciada. *Elas* são sujeitas que se sentem

representadas e que desejam ter seus ideais representados pelo presidente³⁸.

O enunciado presente na SD5 aponta para outros discursos não-ditos, como por exemplo, anular os discursos de mulheres não apoiadoras do presidente³⁸. Em resposta a essa questão, temos “eu tenho orgulho quando me chamam de bolsominion”. Há, portanto, uma formação imaginária do que é ser uma mulher bolsominion: mulher branca, sedutora, e dona de um corpo pertencente a um determinado padrão de corpo “perfeito”, em especial o corpo vendido pela comanda do mercado estético, do capitalismo. Podemos estabelecer aqui uma relação com a interrogação que fizemos na SD1, já que mulheres sedutoras são as que merecem o estupro como prêmio.

4.1 FIÉIS ESCUDEIRAS! O EXERCITAR DO PRESIDENTE³⁸

A teoria da Análise de Discurso permite compreender a discursividade no dizer dos sujeitos inscrevendo-os em formações discursivas com os relativos atravessamentos ideológicos. Deste modo, o que faz significar e construir efeitos de sentidos, a partir de um determinado discurso, é tudo o que envolve a língua, a historicidade e o sujeito. Faz-se necessário abordar a definição de sujeito na Análise de Discurso para que seja possível ponderar acerca das implicações de cada dizer pertencente ao *corpus* da pesquisa, o que compreende as materialidades discursivas provenientes do recorte digital.

No discurso, o sujeito ocupa uma posição-sujeito que permite produzir efeitos de sentidos a partir de formações discursivas com seus respectivos atravessamentos ideológicos, os quais constituem o dizer de cada sujeito, pois o sujeito está preso a um sentido devido à sua inscrição em uma dada formação discursiva.

Segundo Baronas (2004), o sujeito do discurso dentro de sua fala faz a reflexão de suas próprias representações relacionadas ao seu tempo e ao seu espaço. Assim, como ser projetado num espaço e num tempo orientado socialmente, esse indivíduo citou seu discurso em relação aos discursos de outro indivíduo. Por conseguinte, o sujeito incorpora o outro, divide o seu espaço de discurso com outro, porém é necessário enfatizar que esse outro não é somente o destinatário para quem ele se dirige, mas também os discursos que emergem de sua fala.

Portanto, os conceitos relacionados a sentido, enunciação, ideologia, condições de produção, e sujeito discursivo na realidade estão interrelacionados e não podem ser confundidos. O autor Fernandes (2005) afirma que, o discurso de um modo geral possui a sua existência dentro da exterioridade do linguístico, fortemente marcado sócio-histórico-ideologicamente.

Em relação ao fato de que, na verdade, os discursos são perpassados por outros discursos, Pêcheux aborda a concepção de um sujeito marcado pela ideia de unidade, de ser fonte ou origem do sentido, constituindo uma ilusão necessária, na formação do sujeito para que o sujeito continue a produzir discurso. O sujeito como centro e origem do sentido passa a ser questionado, já que ele situa o seu discurso em relação aos discursos do outro.

Para a AD, o sujeito é essencialmente ideológico e histórico, pois está inserido num determinado lugar e tempo. Com isso, ele vai posicionar o seu discurso em relação aos discursos do outro, estando inserido num tempo e espaço socialmente situados. No imbricamento entre o linguístico e o social, a enunciação passa a ser um fator relevante para a interpretação, entendida aqui discursivamente, como a necessidade da relação da língua com a história, ideologicamente construída para a constituição do significado. Aliado a esse fato, mobilizaremos a noção de Pêcheux (1997), que afirma que a interpretação é um “gesto”, isto é, um ato no nível simbólico. É o lugar próprio da ideologia em que a interpretação é “materializada” pela história.

Orlandi (2015) propõe acerca de como podemos escutar outros sentidos presentes em um enunciado, afirmando que a compreensão propõe a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que se possam “escutar” outros sentidos que ali estão compreendendo como esses sentidos estão constituídos.

O sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apoia-se no fato de que os elementos do interdiscurso [...] que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são reinscritos no discurso do próprio sujeito. (PÉCHEUX, 2014, p. 150).

De acordo com Indurski (1998), a AD apresenta um conceito próprio de

sujeito, através de traços do sujeito psicanalítico (do inconsciente), somados a traços do sujeito do materialismo histórico (do ideológico). O sujeito do discurso é social, determinado historicamente e, por conseguinte, assujeitado ideologicamente e afetado pelo inconsciente. Este sujeito é constituído pelo simbólico, logo, “o indivíduo, ao ser interpelado ideologicamente em sujeito, identifica-se imaginariamente com a ‘forma-sujeito’ de uma formação discursiva”. Sujeito e sentido são/estão constituídos no discurso à medida que o sujeito assume em seu dizer/escrever as posições-sujeito próprias do discurso que articula, as quais carregam marcas do social, do ideológico e do histórico.

No campo da AD, o discurso se constitui sobre o primado do interdiscurso: todo discurso produz sentidos a partir de outros sentidos já cristalizados na sociedade. Então, pode-se conceber a memória discursiva como sendo esses sentidos já cristalizados, legitimados na sociedade e que são retomados no intradiscurso (simulacro material do interdiscurso, na medida em que fornece-impõe a “realidade” ao sujeito, matéria-prima na qual o indivíduo se constitui como sujeito falante numa determinada formação discursiva que o assujeita). Este é, muitas vezes, apagado pela ideologia, para produzir o efeito de homogeneidade discursiva, espaço de deslocamentos, de retomadas, de conflitos, de regularização.

A página *Mulheres.com*, tem como voz dar visibilidade e apoio incondicional ao presidente³⁸ da república brasileira, e o fazem com muita devoção, assim sendo, seguiremos com a análise da SD6, buscando mostrar a conexão estabelecida com o título da página.

Na SD6: “Somos o exercito feminino de Bolsonaro”, abordaremos a ocorrência de um lapso na escrita.

Inicialmente cumpre destacar, que a Análise de Discurso aqui proposta, pretende demonstrar que não existe discurso neutro, além do fato de que todos os discursos são perpassados por outros discursos. O discurso, de um modo geral, não pode ser desvinculado das práticas sociais dentro das quais está inserido, portanto, para se analisar um discurso é necessário se fazer a conexão entre o homem, a história e a sociedade.

Além disso, para a autora, as condições de produção devem ser consideradas tanto em sentido estrito, a saber, em um contexto imediato; quanto em sentido amplo, ou seja, constituídas sócio e historicamente pela ideologia. Como são de ordem histórica, as CP estão relacionadas ao que é conhecido na AD como

interdiscurso ou memória discursiva.

Sobre o interdiscurso, Orlandi aponta:

É preciso não confundir o que é interdiscurso e o que é intertexto. O interdiscurso é todo conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”. Possa fazer sentido em “minhas” palavras. No interdiscurso, diz Courtine (1984), fala uma voz sem nome. (ORLANDI, 2015, p. 31-32).

Ainda é necessário mencionar, que as práticas sociais são determinantes nos efeitos de sentido que um determinado discurso pode ter. A teoria da AD pecheutiana, busca falar a respeito do fato de que o discurso não pode ser encontrado nele mesmo, existe a necessidade de se recordar outros discursos que estão com ele correlacionados.

Sobre o lapso, “é preciso trabalhar com a ideia de desejo inconsciente, para que assim possamos compreender esses lapsos de escrita” (MAIA, 2006, p.34). A autora ainda nos diz que,

Evidentemente que esses supostos erros só terão o valor de erro para aqueles que não trabalhem com o conceito de inconsciente; para os outros, essas formações languageiras do inconsciente são irrupções dessa instância por conta da ação do recalçamento de um desejo inconsciente que se faz inaceitável pelo eu, só podendo aparecer como um lapso revelador de uma verdade. (MAIA, 2006, p. 34-35).

Ou seja, o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustenta cada tomada da palavra. Assim sendo é sabido que todo discurso é afetado por outros dizeres, os efeitos de sentidos nele e por ele produzidos sempre se dão em relação a outros discursos existentes anteriormente.

Deste modo, se a língua fosse “meio”, não permitiria o deslocamento dos sentidos, seria mero artefato adaptado ao revestimento do pensamento e faria ver o mundo por meio de um espelho translúcido de face plana.

Pêcheux, contudo, atenta para os jogos de linguagem, para o deslocamento metafórico e para os paradoxos de enunciação que fazem a língua ranger, mesmo desejosa de submissão e omissão. Seja por meio dos jogos de linguagem, que permitem os chistes, os trocadilhos, os gracejos; seja por meio da metáfora, que permite a importação dos significantes, fazendo com que digam o que não diziam; seja por meio dos paradoxos de enunciação, que permitem que um “ato” seja outro e que o sujeito se travista, fazendo ranger os eixos dêiticos, as previsões convencionais estão sujeitas à ruptura, sendo o ato falho um exemplo canônico (CATTELAN, 2020).

Para Pêcheux, os discursos se movimentam também no sentido de não atenderem às regras sócio-ideologicamente. Por mais mecanismos que possua para controlar o sentido e rarefazer as possibilidades do dizer, o ritual se esburaca e, na falha, a normalidade fica sujeita ao equívoco e à indicação de sentidos outros, a exemplo da SD6.

A Análise de Discurso pecheutiana aborda os discursos num movimento de circularidade dos sentidos, sendo assim, os sentidos não são mecanismos fechados em si. Tais mecanismos se esburacam pela opacidade da língua e, na falha, a normalidade fica sujeita ao equívoco e à indicação de sentidos outros. É natural das línguas o movimento que vai do estável ao instável e vice-versa e faz com que regras sejam criadas e desreguladas, pois a língua é afetada pelos atravessamentos ideológicos e pela força do inconsciente. Ainda de acordo com Maia,

Na medida em que a análise do discurso trabalha com o sujeito dividido pelo inconsciente e pela ideologia, esse tipo de análise dos lapsos de escrita - torna-se possível fora do campo da psicanálise. Além de possível, torna-se imprescindível porque esses lapsos dizem diretamente sobre o sujeito, isto é, coloca o sujeito em cena e sob investigação, rompendo com a própria posição ideológica do discurso da ciência, em geral, e da linguística, em particular, que busca acima de tudo neutralizar o sujeito. (MAIA, 2006, p. 35).

Portanto, os lapsos, os chistes, bem como os sonhos, não podem ser caracterizados como não sendo emergências surpreendentes dentro de uma presença permanente de análise. Quando falamos em inconsciente não tratamos de algo escondido ou oculto, todavia de algo que se manifesta de vez em quando, faz-se presente nas mais diversas ações diárias, tanto na fala como na escrita, e que foge ao comando dos sujeitos. É através do ato falho/lapso que o desejo do inconsciente é realizado, e se faz conhecer.

SD6 “Somos o exercito feminino de Bolsonaro”²⁴.



Fonte: Página do Facebook, *Mulheres com Bolsonaro #17*.

A SD6 carrega como enunciado “Somos o exercito feminino de Bolsonaro”, representado visualmente por cinco mulheres, mas que representam muitas, e possivelmente marcando as cinco regiões brasileiras pelas quais nosso país é formado (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul, Sudeste), ou seja, *e/*as representam o Brasil em sua totalidade, de Norte a Sul. Nesta SD nos situaremos na modalidade de quebra do ritual discursivo no que tange a escrita do verbete “exercito”, uma vez que *e/*as, possivelmente, quisessem registrar o termo “exército” e não “exercito”: todavia, o lapso pela falha na acentuação não pode ser considerado como um erro de digitação, pois parecem recair imposições de outra ordem sobre ele, que não apenas a falta de destreza ao digitar (CATTELAN, 2020).

Cabe mencionar, a contribuição de Lacan dentro das questões e correlações entre linguística e psicanálise, pois o referido autor, defende a ideia de que as leis de produção do inconsciente, estão intimamente vinculadas com as leis de composição do discurso, que seriam a combinação e a substituição além das duas funções que as duas exercem: metonímia e metáfora.

²⁴ Acesso disponível em: <https://www.facebook.com/MulherescomBolsonaroOf>.

Lacan cria uma teoria do significante, na qual este não é mais a outra face do signo em relação ao significado e só existindo nessa associação, mas a ordem do espaçamento segundo a qual sustenta-se uma cadeia em que se marca a lei como diferença (HARTMANN, 2003, p. 35).

Quando se deparou com o algoritmo proposto por Ferdinand de Saussure, ou seja, a relação entre significado e o significante, o autor Lacan passa a privilegiar o significante, pois acredita que o mesmo é o próprio caracterizador do nível inconsciente. O autor afirma, que existe uma barreira que separa o significante do significado, e para ele, essa barreira que possibilita o estudo das ligações do significante com os quais formam cadeias, correntes fonéticas que geram ou significados. Segundo a visão de Lacan os significados portanto, são limitados pelo significante

Sendo assim cumpre destacar, que segundo o maior ponto de diferenciação psicanalítica em relação a linguagem, fica claro evidente quando se observa as propostas feitas por Jakobson, em relação à releitura que comporta ao saber linguístico, ou seja, o desejo que provém do inconsciente.

Para defender sua ideia, Lacan expõe as restrições que são inerentes à própria língua, visto que segundo o autor são aquelas que não conseguem abarcar todos os possíveis significados em relação às coisas. Ele também acredita que sejam insuficientes, e que somente estão presentes no nível do conceito em seus escritos de 1978. O autor começa a enfatizar a necessidade do abandono da ideia de que significante tem a função de representação do significado.

Portanto, o significante pode existir independente da associação com o significado, sem esquecer que os significantes na realidade, são o somatório de diversos fonemas, que foram organizados de acordo com regras que já foram estabelecidas previamente.

A distribuição tópica que se esboça separa o plano onde o sujeito se efetua na primeira pessoa e o lugar desse código onde ele é dado, mas onde justamente, como sujeito-agente, é elidido e de onde sua palavra se origina para se inverter ao ser proferida e aí retornar definitivamente, posto que este é o lugar que garante sua inteligência e sua verdade. A falta do código ao nível da palavra e a falta do sujeito-agente no lugar do código, que são correlatas, abrem no interior da linguagem a fissura do inconsciente. Podemos dizer agora: o sujeito é capaz de um inconsciente (MILER, p. 17 – 18).

Para o psicanalista Lacan, o inconsciente está relacionado com o social, a política²⁵, o real furado pelo significante²⁶, que na realidade é transindividual e inacessível. Dentro da obra do autor o que fica presente é que ele é estruturado como uma linguagem. É importante mencionar que ao longo dos seus 27 seminários, Lacan vai repetir que o inconsciente é o discurso do outro.

Para Lacan, o que nos faz sujeitos, é justamente essa amargem, visto que o ser humano está completamente preso a estrutura ligada a linguagem, desse modo, enquanto sujeitos, somos diferentes de todos os outros sujeitos do mundo. Do mesmo modo que um significante adquire estatuto pela oposição aos outros significantes que permanecem dentro da estrutura, na visão de Lacan, o sujeito também adquire estatuto via oposição, não se fala em um sujeito sozinho, mas sim um sujeito em relação a outros sujeitos, tal qual o significante dentro da língua.

“Trabalhar com o texto é aprender a manejar sentidos” (MAIA, 2006, p. 31), logo, os sentidos sempre podem ser outros, podem se constituir “em múltiplos planos significantes” (ORLANDI, 1996, P. 14), e há, também, os sentidos que escapam pela via do equívoco, do lapso. Os sentidos são constituídos pelas diferentes posições, sujeito em diferentes FD, que, por conseguinte estarão relacionadas a diferentes memórias em sua relação com a exterioridade, com o interdiscurso, conforme Maia (2006).

Sendo uma disciplina de entremeio, a AD de linha francesa se deve pela interrelação da Linguística, do Materialismo Histórico e da Psicanálise, e este último abarca o inconsciente, peça central para explicar a interpelação ideológica e o assujeitamento, sendo base para postulados como os esquecimentos nº1 e nº2. No entanto na AD e na Psicanálise o inconsciente não tem o mesmo efeito de sentido: na AD é o inconsciente ideológico, e na psicanálise o inconsciente é analítico, referindo-se a uma relação com os processos de inculcação, de recalque e de censura (CATTELAN, 2020).

Deste modo, a relação entre o inconsciente e o ato falho, deve-se ao fato de o primeiro ser a força que irrompe no equívoco/lapso/ato falho, emergindo no dizer aquilo que não poderia/deveria ser dito. Dada a teorização, o “exercito” não deveria

²⁵ Conforme Lacan fala no seminário inédito, a lógica do fantasma, lição de 10/05/1967, “eu nem digo que a política é o inconsciente, mas simplesmente que o inconsciente é a política”.

²⁶ Conforme Lacan fala no seminário inédito, **RSI**, lição de 15/03/1975, “a meu ver não há outra definição possível do inconsciente. o inconsciente é o real. Meço minhas palavras se digo - é o real na medida em que ele é furado”.

aparecer, mas pelo lapso na escrita ele revela-se: *elas* são o exercício do presidente³⁸, um exercício de subserviência, assim como numa comanda militar de obediência (das diversas formas), bem como a memória discursiva de uma ideologia da dominação masculina. Deste modo, uma conjuntura social, e determinados efeitos são soterrados no inconsciente, revelando o desejo do servir à figura masculina, por mais que haja o desejo por uma busca da autonomia da mulher livre, ocupando inclusive um espaço predominantemente masculino, como o exército, esta tentativa falha pela via do equívoco na escrita.

Como vimos, a escolha da palavra, não se dá pela via do sujeito consciente, pela forma sujeito do discurso idealista, que se pauta na aparência de um sujeito livre, que cria, que é origem, fonte do seu dizer. Porém, o sentido, efetivamente, vem de outro lugar, pois o sujeito esquece que é já-sempre sujeito. Essa escolha ocorre em função de sua inscrição em uma FD da subalternidade,

No enunciado da SD6 temos, inicialmente, a partir da imagem, um exército constituído por mulheres. Um exército que trabalha para o governo, enquanto aparelho repressor do Estado. Ele não possui autonomia, está submetido às ordens do governo. Temos uma falsa ideia de que somos nós que escolhemos as palavras, quando na verdade são as palavras que nos escolhem, num processo via inconsciente, no nível do desejo.

Tal relação também pode ser observada pela postura empregada pelas mulheres na imagem da SD6. *Elas* estão em posturas distintas das que são empregadas pelo exército, que remete à obediência, posicionando as mãos para trás, ou a bater continência, com a mão direita na testa. *Elas* levam a mão à cintura, os pés também não estão próximos, destoando totalmente ao padrão estabelecido a um exército. Além disso, elas são mulheres que não têm rostos definidos, já seus corpos curvilíneos são destacados. Essas informações apontam para esse sentido outro que buscamos analisar a partir do lapso na escrita.

Para Freud, há uma intenção inconsciente que espera o momento para emergir e expressar um desejo recalçado. As formas do lapso de escrita podem ser variadas: há casos de repetição ou esquecimento de palavras, de distorção de nomes, de supostos erros tipográficos; entretanto ele chama a atenção que quaisquer que sejam as formas, elas serão sempre motivações do inconsciente como meio de expressão de um desejo proibido (MAIA, 2006, p. 35).

O lapso na escrita apresentado na SD6, introduz um outro significante,

diferente do sentido já previsto pela página *Mulheres.com*. Os lapsos rompem com a transparência da linguagem, de que o que eu falo o outro compreende, recebe tal qual. Os sentidos estão sempre à deriva e os lapsos dizem diretamente sobre os sujeitos, o sujeito clivado, desejante, que não tem controle sobre seus ditos, pois todo discurso é um já-dito, um já-lá. Somos apenas porta-vozes dos discursos. O porta-voz é, portanto, um agente enunciativo (CONEIN, [1980] 2016), integrante de um grupo do qual se individualiza, destaca e a quem se delega representatividade para falar pelo grupo e em nome desta coletividade, como seu legítimo representante. E pelo apagamento da contradição que o constitui, instaura e põe em circulação uma suposta homogeneidade grupal, que resulta no efeito consenso.

Portanto, há duas frentes: uma da ordem do consciente, indício esse, que nos é dado pela falsa evidência da transparência da língua e outra que está na ordem do inconsciente, do sujeito desejante e que não está acessível ao sujeito. Desta maneira, o consciente é determinado pelo inconsciente.

O ritual previa um exército, mas não um exército comum, armamentista, mesmo porque não levam armas em suas mãos. É um exército que luta com outro tipo de arma. O termo é retirado do campo semântico militar para produzir efeitos nas redes sociais a partir da significação das mulheres como protetoras de Bolsonaro, quase como figuras maternas. Somente um tipo de mulher é aceitável no exército feminino de Bolsonaro.

Com a postura por *elas* empregada, e o apoio fiel anunciado “somos”, que sentidos outros o sujeito desejante pode querer ou oferecer, além da proteção disponibilizada e valendo-se de uma postura sedutora como na SD6? Teria, talvez, algo do desejo sexual, uma vez que na SD1 analisada na introdução “eu não te estupraria porque você não merece”, então, talvez, seriam *elas* o tipo de mulheres que merecem aquele estupro citado por *ele*! O “exército feminino de Bolsonaro” mereceria esse ato em troca da proteção que *elas* oferecem a *ele*. Esse efeito de sentido se dá, além da SD1, pelo lapso na escrita do verbo “exercito” (exercitar), é possível que haja essa relação entre as SD1 e SD6, afinal, o discurso é das mesmas mulheres em relação ao mesmo homem/ele presente na SD1. *Elas* não têm rosto definido, são silenciadas em sua individualidade, mas *elas* exercitam, atendem aos desejos do presidente³⁸ neste exercitar que emerge por meio do lapso “exercito”.

Para a AD, a construção discursiva do sujeito mulher se dá por meio de processos ideológicos que se inscrevem na materialidade linguística das

formulações. O gesto de análise, na SD6 abordada, procura mostrar como evidências ideologicamente construídas acerca dos conceitos de “mulher”, e “feminino” se (re) produzem no funcionamento discursivo do pronome (nós), inserido por meio da elipse, e designação (feminino), dando sustentação a um efeito de naturalização das categorias de gêneros em nossa formação social. O pronome e a designação podem ser compreendidos, desde a perspectiva discursiva, como marcas linguísticas que remetem à posições-sujeito nelas inscritas, ou seja, há posições discursivas ideológicas inscritas no discurso como projeções de lugares sociais.

Percebemos, muitas vezes, que o sujeito mantém relações contraditórias com os lugares sociais que ocupa em determinada sociedade. Esses lugares sociais são regidos pelo imaginário, isto é, eles não são os lugares empíricos (da mulher feminina, da mulher feminista, mulher de direita, etc.), mas imagens que nossa sociedade constitui para elas.

Desta forma, tendo em vista esses lugares de enunciação (ZOPPI-FONTANA, 2001), considerados a partir das relações de forças que constituem as condições de produção desses discursos, destacamos as posições-sujeito de mulher construídas por meio, principalmente, do pronome (nós) e da designação, adjetivação (feminina), em sua inevitável relação com a memória discursiva. Tal funcionamento constitui os efeitos de sentidos dos discursos do ser mulher feminina ou feminista, permitindo uma reflexão fundamental para a compreensão destas práticas de “militância” feminina/feminista, ou seja, são implicações político-ideológicas. O discurso produz sentidos em relação às posições-sujeito, isto é, em relação às formações ideológicas em que essas posições se inscrevem.

Nesta SD6, a imagem de corpos delineados, se inscreve pela representação de um padrão de beleza, e classificados dentro de um modelo de “corpo” que atende a uma demanda do mercado estético, de quem tem dinheiro, trazendo à memória de uma beleza da Idade Média, na qual o uso do corset/espartilho servia para diminuir a cintura, mas principalmente era a forma de mostrar que o seu marido tinha dinheiro, pois era uma peça cara. Assim, uma posição-sujeito se refere a alguém ou uma coletividade no mundo: mulheres femininas, mulheres belas e sedutoras. Essa formulação funciona como uma formação ideológica quanto ao modo com que a SD6 emprega o termo “feminino”: trata-se de questionar a “institucionalização ideológica do corpo feminino”.

Essa referência de corpos belos aparece na SD5, a imagem de uma mulher bela sobre uma passarela e com anúncios publicitários de produtos de beleza ao fundo e também na SD que será analisada a seguir. Porém, a referência à beleza não é feita na SD4, na qual a imagem de mulher presente é da jovem deputada que trai o partido e vota de acordo com a proposta do governo do presidente³⁸. Portanto, apoiar a reforma é ter lucidez e compreensão, sendo assim, as mulheres parlamentares que votaram contra, não têm. O mesmo ocorre na SD1, pois a deputada não merece ser estuprada por não seduzir *e/le*. Sócio-historicamente, o lugar de enunciação de defesa do feminino tem efeitos determinados, pois a categoria do feminino é uma categoria criada pelo/no sistema patriarcal, uma categoria que historicamente naturaliza a mulher como constructo social inferior ao homem, ao masculino.

Segundo Guimarães (1995), os processos de designação são compostos por relações semânticas instáveis, produzidas pelo cruzamento de diferentes posições-sujeito, a partir dos quais instala-se um sentido (feminino), apagando outros sentidos possíveis, dizíveis (feminismo), aqui direcionando aos dois termos, feminino e feminismo.

De acordo com Zoppi-Fontana (1999), é o nome que revela as fronteiras internas das formações discursivas, isto é, que delimita o que é permitido dizer e o que é necessário silenciar. Tanto a designação quanto o objeto de referência são produzidos ao mesmo tempo, como efeitos de evidência pelos gestos de interpretação (ORLANDI, 1996) e definem as diferentes posições-sujeito a partir das quais se enuncia. Isso quer dizer que as designações são efeitos dos gestos de interpretação, pois seu funcionamento consiste em construir discursivamente o referente, fixá-lo em relação a outras denominações com as quais ele se encontra em relações parafrásticas, que segundo Orlandi, são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. (ORLANDI, 2015, p. 34).

Nessa perspectiva, não é a determinação linguística, mas a determinação discursiva que irá construir o/s sentido/s, isso ao integrar sequências discursivas afetadas por determinadas formações de mesmo cunho. Os processos de denominação atuam de forma desigual na discursividade, pois eles são efeitos do real histórico que, “em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão,

a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido” (ORLANDI, 2015, p. 72). Nas formulações, aparecem como contradições: as relações sociais são permeadas por embates dessemelhantes nos quais há, entretanto, uma posição dominante, que neste capítulo a designação feminina está atrelada a uma filiação do discurso dominante do patriarcado e a negação ou silenciamento do termo feminismo em detrimento do verbete feminino.

4.2 FIÉIS, BELAS E SUBMISSAS: MULHERES DE DIREITA

Já na SD7: “As bolsolindas são as melhores”, a imagem abaixo foi retirada da página *Mulheres.com*, e é com essa SD em sua materialidade significativa que iniciamos esse subcapítulo, analisando quem são essas mulheres de direita.

SD7: “As Bolsolindas são as melhores”²⁷.



Fonte: Página do Facebook, *Mulheres com Bolsonaro #17*.

Neste subcapítulo, o objetivo está pautado em analisar o enunciado e o

²⁷ Acesso disponível em: <https://www.facebook.com/MulherescomBolsonaroOf>.

imbricamento linguístico presente na SD7. Procuraremos, portanto, compreender como as “*Bolsolindas*” são discursivizadas na página *Mulheres.com*.

Antes se faz necessário trazer, além da SD na concepção verbal, também a noção de incompletude estendida para as diferentes materialidades da linguagem, como a cadeia significativa trabalhada frente às diferentes materialidades, adotando um procedimento analítico a ser praticado nas diferentes materialidades, e que não se restringe a uma prática apenas com o verbal. “É um dispositivo que permite ao analista mobilizar, na relação teoria e prática, as diferenças materiais, sem que as especificidades de cada materialidade significativa sejam desconsideradas” (LAGAZZI, 2010).

O movimento feminista, se distingue de outros movimentos, por possuir características muito peculiares. Para que se possa entender o movimento de maneira completa, seus processos e história, é necessário identificar que sua natureza, enquanto movimento, produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria (PINTO, 2010).

Segundo a autora Pinto (2010) essa é uma coincidência existente entre a teoria e a militância, e atrela-se a sua origem, dentre outros fatores, ao tipo social de militante que impulsionou, ao menos em um primeiro momento do movimento, o feminismo que se origina na segunda metade do século XX: mulheres de classe média, educadas, que se concentravam principalmente na área das Humanidades, da crítica literária e da psicanálise.

Desse modo, a partir da identificação dessa dupla característica, é possível concluir que tanto o movimento feminista, quanto a sua teoria, já excederam seus próprios limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas, dentro das suas próprias teorias das Ciências Humanas de forma geral (PINTO, 2010).

Uma das maiores expoentes atuais, Nancy Fraser (2005), em comentários ao livro *Reframing Justice*, bem como a algumas críticas que teceu em um artigo intitulado “Feminism, Capitalism and the Cunning of History” – publicado em abril de 2009 na *New Left Review*, é possível observar o impacto que o feminismo norte-americano produz nos estudos de gênero e feministas na América Latina e no Caribe.

É importante mencionar, de forma breve, que as construções de Fraser (2005) são emblemáticas dentro do processo de elaboração de um arcabouço

teórico-analítico de fôlego na recente *démarche* das teorias da justiça e do feminismo. Esse feminismo a qual nos referimos, está profundamente enraizado em considerações hegemônicas do Norte Global (conduzido e organizado por meio de teorias anglo-saxônicas ocidentais, que indiscutivelmente têm sido alçadas à categoria de “a boa” teoria).

Nancy Fraser direciona suas obras, no sentido de objetivar a (re)construção de um novo paradigma, dentro das “teorias da justiça”, principalmente no contexto atual, no capitalismo moderno. Desse modo, seus esforços não seriam justificáveis, ou até mesmo compreensíveis, se a autora não estivesse pautada nas considerações sobre as dinâmicas do movimento norte-americano feminista, de modo mais latente. Funciona como um pano de fundo mobilizador de suas reflexões.

Para o autor Miguel (2005)

A preocupação corrente de multiculturalistas e de distintos teóricos da diferença seria a de produzir, não uma teoria democrática, mas uma teoria da justiça. É justamente a este deslocamento que parte importante das teorias feministas dedica-se contemporaneamente: em parte isto se deve porque, desde a contribuição original de Rawls (1971), ficou patente para o mundo que as democracias ocidentais (e suas teorias subjacentes) vinham convivendo facilmente com um quadro desalentador de profundas desigualdades sociais e políticas. Dentre as contribuições diversificadas das teorias feministas contemporâneas sobre os debates estabelecidos acerca de temas cruciais, como igualdade e diferença, teorias da justiça, Estado nacional, democracia e participação, destaca-se sobremaneira a contribuição de N. Fraser (MIGUEL, 2005, apud PINTO, 2010).

A contribuição dos estudos de FRASER (1995; 1999) foram internacionalmente consolidados, principalmente quando se observou as suas contundentes críticas ao Trabalho Filosófico de Habermas, especialmente ao seu famoso conceito de esferas públicas, na sua obra *Mudança estrutural da esfera pública* (1984), no qual o autor tratou da gênese e transformação da “esfera pública burguesa”.

A primeira crítica a Habermas que Fraser (1995) proferiu, estava intimamente relacionada aos traços conservadores da teoria crítica do autor, que permanecia a *visão androcêntrica*²⁸ - postura segundo a qual todos os estudos,

²⁸ “A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la [...]”. Cf. BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Tradução Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p.18. (grifos nossos).

análises, investigações, narrações e propostas são enfocadas a partir de uma perspectiva unicamente masculina, e tomadas como válidas para a generalidade dos seres humanos, tanto homens como mulheres - e insensível às questões de gênero e evidencia o propósito *da ética naturalista*²⁹. O autor insistia em se posicionar contra a forma analítica que distingue e separa “sistema” e “mundo da vida”.

Sob essa ótica, a crítica feminista afirmaria que existe uma necessidade da *generificação*, da própria oposição entre público e privado. Segundo a visão de Fraser (1995) apud Pinto (2010) nestes espaços:

Estariam marcados diferenciadamente os papéis entre os sexos, sendo central na sua argumentação que o próprio trabalho doméstico das mulheres, ao permanecer não-reconhecido e invisível, continuaria não sendo contado como uma efetiva contribuição para a reprodução dos sistemas estatal e econômico. A autora também se incumbem de indicar que a esfera pública burguesa habermasiana seria “artificial”, “efeminada” e “aristocrática” e promoveria um “estilo mais austero de discurso e comportamento público: um estilo considerado como ‘racional’, ‘virtuoso’ e ‘varonil tendo também cabido promover uma exclusão formal da mulher da vida pública e naturalizar, dicotomizando, espaços ideais para as mulheres, como a vida privada e doméstica e, em contrapartida, reificando a esfera pública como um espaço masculino (FRASER, 1999).

A autora Fraser (1999), em sua pesquisa apontou que naquele momento específico, para que houvesse o surgimento do que alcunhou de “subaltern publics”, aqueles grupos sociais, que a partir de uma concepção de uma esfera pública, nacional e homogênea, são excluídos dos processos de deliberação pública. Nesse grupo, se enquadrariam as mulheres e as minorias étnicas.

As principais críticas apontadas pela autora, podem ser resumidas de forma muito ampla, nas seguintes sínteses:

1. os diferentes interlocutores na esfera pública não podem colocar em suspenso seus diferenciais de *status* e agir como se fossem iguais, trazendo

²⁹ Tomamos o conceito presente em P. Bourdieu e J-C. Passeron, que afirmam: “todo poder que chega a impor significações como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua força simbólica a estas”. Isto implica afirmar que toda ação pedagógica objetiva em violência simbólica. A relação de força entre as classes sociais aí subjacentes fundamentam o poder arbitrário, sendo esta uma condição necessária para instalação e imposição de um arbitrário cultural conformado segundo o modelo de imposição e de inculcação resultantes no processo educacional tradicional. Assim, segundo Bourdieu, “toda ação pedagógica é objetivamente violência simbólica enquanto imposição, por um poder arbitrário, de um arbitrário cultural”. Cf. BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p.19.

- implícita a consideração de que a igualdade social em modelos liberais e burgueses não é condição necessária à democracia;
2. existiriam múltiplas esferas públicas concorrentes e isto não representa necessariamente um afastamento da democracia, pelo contrário, a multiplicidade seria preferível à existência de uma única e compreensiva esfera pública;
 3. a esfera pública seria o local de deliberação acerca do bem comum e também acerca de todos os demais temas que fossem coletivamente alçados a tal condição e seria desejável, inclusive, a tematização de interesses e questões privadas, já que o “privado também é político”.

Por fim, a autora acrescenta a sua crítica a Habermas, o fato de que o modelo de esfera pública, que o autor estruturou, pressuporia uma rígida desvinculação entre a sociedade civil e o Estado, o que nem em toda situação seria adequado ou mesmo algo desejado e real. Fraser (1999) defende que apesar de inexistir impedimentos formais a participação no debate político, é perceptível que alguns impedimentos informais persistiam no seio social.

Os estudos relacionados ao feminismo em Fraser (1995) se estruturam em três esferas de maneira obrigatória, óticas que a autora utiliza, simultaneamente: fatores políticos, econômicos e fatores sociais. Os fatores na sua apreciação, são analisados de acordo com as conjunturas globais.

De todos os pormenores relacionados com a sua teoria, é importante frisar a sua concepção sobre a dimensão política da justiça. Essa dimensão na sua teoria refere-se a representação, que para a autora, é uma questão que possui a capacidade de definir o político. Para alçar as esperadas operações da “política de representação” seriam necessários primeiro, alcançar três níveis:

1. contestar a falsa representação política comum;
2. contestar ao mau enquadramento;
3. colocar como uma meta da justiça social a democratização do processo de estabelecimento do enquadramento (*frame-setting*).

A teoria completa de Fraser (2001) é muito mais complexa do que foi aqui explanada, contudo, necessitaria de um trabalho a parte para exprimir de forma adequada suas concepções, e como suas concepções auxiliaram na adoção de uma nova abordagem democrática e crítica sobre a justiça. O modelo teórico

tridimensional da autora, se baseava na redistribuição, reconhecimento e representação, em conformidade com a teoria da justiça democrática pós-vestfaliana. Apesar dos estudos voltados ao feminismo, e toda simbiótica e desenvolvimento que requerem, o feminismo contemporâneo se contrapõe a problemas que ultrapassam as fronteiras de uma nação isolada. As restrições tradicionais, bem como a demarcação de limites está muito aquém da realidade atual.

A partir do olhar da teoria de Nancy Fraser podemos refletir aqui sobre a materialidade significativa presente na SD7 quando falamos da luta específica das mulheres dentro da sociedade, não tratamos apenas de emancipação política, já que esta não traz efetivamente a emancipação de todas as mulheres, e que o imbricamento entre patriarcado, racismo e capitalismo impossibilita que a mulher seja livre, emancipada, apenas com a sua inserção enquanto cidadã na sociedade burguesa, geralmente representantes das *#MulheresDeDireita* e brancas, excluindo as negras, indígenas, trans. Há, portanto, uma anulação em relação às diversidades, às minorias.

Não é apenas poder político que as mulheres buscam para que sua emancipação seja alcançada: se o capitalismo se apropria do patriarcado e reafirma os papéis sociais e estereótipos “femininos” do que é ser mulher. O capitalismo traz à tona a valorização da beleza, portanto as *bolsolindas*, as *#mulheresDeDireita* são as melhores, pois atendem à comanda do capitalismo, do mercado da beleza refletida na exposição dos corpos malhados/sarados, bem cuidados. Um dos efeitos de sentido é a intensificação à dominação exploração da mulher a fim de manter e reproduzir enquanto sistema, a mulher só será emancipada quando esse sistema for abolido, e também quando os mecanismos sexistas de exploração da mulher criados pelo patriarcado forem superados. Ademais, as mulheres de direita representam uma parcela das mulheres brasileiras, excluindo todas as demais que os movimentos feministas englobam, inclusive o direito da palavra, conquistada pelas pautas feministas, todavia, elas são atravessadas por uma outra FD, um feminismo que seja feminino, remetendo à memória de subjugação do sujeito-mulher inserida em um FI de domínio histórico do masculino sobre o feminino, pois como já abordado anteriormente, a categoria do feminino é uma categoria criada pelo/no sistema patriarcal, uma categoria que historicamente naturaliza a mulher como constructo social inferior ao homem, ao masculino

Segundo Wolf (2020), “a beleza é entendida como uma qualidade fundamental, estimulando competições entre mulheres e também entre os homens, que disputam as ditas mais belas”.

Além disso, a busca por uma aparência ideal, por um corpo “perfeito”, seria uma das ficções elaboradas para controlar mulheres na sociedade patriarcal. Há uma regularidade de sentidos entre a SD5 e a SD7, pois chamar *elas* de bolsominion, é compreendido como um elogio; *elas*, as Bolsolindas, são as melhores. O que é ser melhor, melhor em relação a quem? Há aqui um lugar do ser feminino, e não do ser feminista. A regularidade também se faz presente entre a SD1: quem merece ser estuprada? A Eva sedutora, as que vestem as roupas curtas? Deixamos esta análise como possibilidade do estupro enquanto algo bom, um prêmio merecido.

Trazemos a formação imaginária de beleza, de um corpo “perfeito”, sendo um dos artifícios usados para condicionar essas mulheres a serem submissas, pois aquelas que lutavam por mais espaço, direitos na sociedade, pelo movimento feminista, que tinham como foco a busca pela equidade de direitos entre homens e mulheres nos âmbitos sociais não são ditas como as melhores, as mais belas. A beleza de um determinado padrão para as mulheres de direita é um fator preponderante para a mulher bolsolinda.

Ao longo da história, mitos foram criados e associados à mulher, sendo o mito da beleza o mais agressivo por atingir a mulher externamente, interferindo na sua aparência física e carreira profissional, e internamente, afetando o seu psicológico com a constante cobrança sobre a sua imagem e que reverbera com intensidade até os dias atuais.

Segundo Wolf, “ela (ideologia da beleza) se fortaleceu para assumir a função de coerção social que os mitos da maternidade, domesticidade, castidade e passividade não conseguem impor” em relação às conquistas do movimento feminista (WOLF, 2020, p. 27). Mitos anteriores ao da beleza, como o da domesticidade e da maternidade, que pregavam a satisfação da mulher com a função única de cuidadora dos filhos e do lar, sendo fruto da visão patriarcal que disseminava a ideia de que a mulher deveria ser submissa ao homem e, portanto, devesse a este toda a sua dedicação, mesmo que para isto necessitasse abdicar de seus objetivos e aspirações.

Tal discurso também estava ancorado em uma outra ideologia dominante, a

da igreja, valendo-se da bíblia sagrada como materialidade discursiva, na qual encontramos em Efésios, capítulo 5, versículos 22/23: “Mulheres sejam submissas a seus maridos, como ao Senhor, pois o marido é o chefe da mulher, como Cristo é o chefe da Igreja, seu corpo, da qual ele é o Salvador”.

A Formação Ideológica presente neste discurso, tem como objetivo confinar a mulher que já é oprimida pela sociedade patriarcal e assujeitá-la ainda mais à opressão, que, neste caso, vem de um poder supremo (o poder de Deus), determinando a ela relações de desigualdade-subordinação em relação ao homem. Ela é representada como frágil, dependente e, por vezes, pecadora. Esta relação, segundo Pêcheux, remete sob duas proposições intermediárias, pois: “1) Só há prática através de e sob uma ideologia; 2) Só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos” (PÊCHEUX, 2014, p. 135).

No entanto, Indursky (2007), aponta que esses rituais, inscritos em uma dada FD, estão sujeitos a falhas. Quanto ao sujeito, este também é, de certa forma, assujeitado pelos Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). “A forma do Estado, seu modo de funcionamento, suas instruções, seus procedimentos [...], seus mecanismos [...] tudo isso determina esses modos de individualização [...], é por aí que podemos compreender a relação do Estado com os sujeitos” (ORLANDI, 2002, p. 60).

A contemporaneidade exige do sujeito, que ele mostre quem de fato ele/ela é, seus desejos, suas ansiedades, seu comportamento privado, enfim, e neste mostrar o corpo é condição necessária e fundamental do ser humano no meio social. Nesse sentido, assim como o texto significa em sua pluralidade, não sendo apenas um objeto empírico, mas simbólico; o corpo também é discurso e assim, “enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um processo que é um processo de significação, onde trabalha a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso”. (ORLANDI, 2007, p. 85).

Para a AD a palavra está em curso, no atravessamento duplo da língua e da história; fazendo movimentar os sentidos, sempre abertos e múltiplos. A ideologia segundo Pêcheux (2014a, p. 24), “tem como função fazer com que os agentes da produção reconheçam seu lugar nestas relações sociais de produção”, logo, esse sujeito não é origem ou fonte do dizer, antes o é pelas condições de sua exterioridade. Nesse sentido, as condições de produção têm um duplo sentido

Designava ao mesmo tempo o efeito das relações de lugar nas quais se acha inscrito o sujeito e a 'situação' no sentido concreto e empírico do termo, isto é, o ambiente material e institucional, os papéis mais ou menos conscientemente colocados em jogo, etc. (PÊCHEUX, 2014a, p. 170, 171).

A partir das condições de produção, trazemos a noção de interdiscurso ou memória discursiva. Para Pêcheux (1999, p. 50) a memória discursiva reúne os “sentidos entrecruzados de uma memória mítica, da memória social inscrita em práticas”, logo, podemos dizer que um acontecimento entra na ordem do dizer, na ordem do simbólico, no entanto, como adverte o autor, sob uma dupla força-limite: quando o mesmo acontecimento não chega a inscrever-se e quando é absorvido na memória, como se não tivesse ocorrido. Esses espaços que fogem do memorizado constituem as falhas, as lacunas, as derivas e os silêncios. Ao dizer, o sujeito inscreve-se numa determinada FD, a uma determinada FI identificando-se ou não a essas. E, se as FDs são determinadas pelas FIs, o sujeito pode ocupar diferentes posições, mudando os sentidos. São os modos como o corpo é discursivizado na contemporaneidade e como esses discursos são materializados no imaginário social, como entram na ordem do simbólico, do imaginário.

Desta forma, a textualização do corpo, bem como os efeitos de sentidos são produzidos numa relação entre sujeito, língua e ideologia. O corpo do sujeito, enquanto construção simbólica é textualizado, marcado, exigido e colocado à mostra, sinalizando para sentidos e memórias. No movimento dos sentidos, pela maneira como o faz, o sujeito (se) significa de modos diferentes, no atravessamento simbólico e do político.

4.3 PRÁTICAS DISCURSIVAS DE (DES)REGULAÇÃO DO EMPODERAMENTO FEMININO: ISSO QUE É MULHER!

Neste subcapítulo, temos como objetivo analisar os enunciados e imagens presentes nas SDs que seguem.

Procuraremos, portanto, mostrar o funcionamento de um discurso que escapa, e é discursivizado por *elas*. Para tanto, consideramos a SD8: “Nós também estamos encantados com essa Primeira Dama, capitão”, e que aparece textualmente na mensagem escrita pelas administradoras da página *Mulheres.com*.

Ainda, a imagem associada a SD8 é composta por duas partes, uma em complemento a outra, nas quais encontramos as seguintes SDs: “Ao lado de um grande homem”, imagem dele próximo a esposa, ambos olhando para algo/alguém, “Sempre haverá uma grande mulher” ambos com expressões de comemoração, e ela aparentemente fazendo um sinal em Libras.

SD8: “Nós também estamos encantados com essa Primeira-Dama, capitão”³⁰.



Fonte: Página do facebook, *Mulheres com Bolsonaro #17*.

³⁰ Acesso disponível em: <https://www.facebook.com/MulherescomBolsonaroOf>.

Na SD8, o enunciado da administradora da página “*Nós também estamos encantados com essa Primeira Dama, capitão*”, traz alguns elementos que direcionam o olhar à sobreposição da imagem feminina sobre a masculina.

Alguns indícios linguísticos como “Primeira Dama”, escrita com letra maiúscula, enquanto “capitão” (termo destinado ao presidente³⁸ e que designa aquele que comanda) é escrito em letra minúscula, faz deslizar, aqui, para uma primeira ruptura do sentido, ou seja, acena-se à força feminina: ela (Michelle) é mais importante do que *e/le* (presidente³⁸).

Não negamos que há um efeito de sentido machista no enunciado da postagem, “Ao lado de um grande homem sempre haverá uma grande mulher”, mas tal discurso sofre uma fissura, que é tênue e retoma a própria conjuntura de empoderamento feminino que não está em cena, mas ressoa, que vem pela memória e se coloca sem pedir licença.

A memória se constitui de esquecimentos, de silêncios, de sentidos não-ditos e de sentidos que não podem ser ditos, de memória. Segundo Pêcheux (1999, p. 50), “A memória deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mística, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”.

Posto isso, podemos observar que o sujeito, ao dizer o que diz, como no enunciado da SD8, o diz não de forma consciente, pois ele não é a fonte dos sentidos, mas é interpelado ideologicamente pela memória social, mística e histórica e desta forma, os sentidos atravessam os discursos produzidos, produzindo outros significados.

Ao utilizar o verbete “encantados” as administradoras da página deixam uma fissura no sentido produzido, pois a quem a primeira-dama deixa encantados, outros homens, assim como deixa *e/le* e por isso tem o padrão possível para uma primeira dama.

Também pode ser analisado como um lapso na escrita, pois o encantamento é algo que foge do real, está no plano das ideias, aquilo que é ideal, faz parte do imaginário, mas não do concreto, concreto esse que não seria possível, ou não para essas mulheres que se sentem representadas pela então primeira dama.

Se formos aprofundar ainda mais, há a possibilidade de aceitação dessa mulher do então presidente, mas não das outras, pois é aceitável “essa”, logo, quais seriam aquelas não aceitáveis, estariam essas relacionadas ao padrão da atual, de

suas ações ou falta delas?

A SD9: “Todo homem precisa de uma mulher nas horas difíceis, porque é como num jogo de xadrez. A rainha protege o rei”, publicação logo abaixo, retirada da página *Mulheres.com*, trata sobre a correlação entre o homem e a sua mulher.

SD9: “Todo homem precisa de uma mulher nas horas difíceis, porque é como num jogo de xadrez. A rainha sempre protege o rei”³¹

Mulheres com Bolsonaro #17
2 de janeiro de 2019 às 01:03 · 🌐

Todo homem precisa de uma mulher nas horas difíceis, por que é como num jogo de xadrez. A rainha sempre protege o rei. ❤️🇧🇷

2 mil

Fonte: Página do facebook, *Mulheres com Bolsonaro #17*.

³¹ Acesso disponível em: <https://www.facebook.com/MulherescomBolsonaroOf>.

Na SD9, mais uma vez a escolha pela postagem dá grande visibilidade à primeira-dama. A foto a privilegia: enquanto *ele* tem parte do rosto encoberto pelo gesto de passar as mãos pelos olhos, ela, ativa, direciona seu olhar ao público que os acompanha.

A postagem traz seu apoio ao presidente³⁸, afinal esse é o sentido evidente. Mas, independentemente dela, Michelle, ser quem é, o que é retratado é a presença forte de uma mulher que não está apenas ao lado: ela é a imagem primeira, inclusive, mais ao centro do carro do que ele, disposto mais ao lado. Assim, simbolicamente, Michelle passa a ser uma espécie de ícone da presença feminina que fica em destaque e ativa certa memória discursiva do ser mulher, no caso, uma mulher protagonista. O que nos leva à reflexão: menos *ele*, mais *ela/s*.

A legenda corrobora a perspectiva anunciada: *elas* dizem “*a mulher protege o rei*”, e não o seu contrário. Isso ocorre no enunciado “*a rainha sempre protege o rei*” e reforçado na materialidade quando temos destacada, com um círculo vermelho, a mão de Michelle sobre a mão do eleito presidente³⁸, representativamente, salvaguardando-o. Assim, reforça-se simbolicamente os dizeres de/sobre mulheres como símbolo de representatividade da força feminina sobre o masculino.

Neste jogo de xadrez, a rainha tem a liberdade de circular em quase todas as direções, mas seu foco principal deve ser o de defender, socorrer, escudar, escoltar e salvar o rei; mesmo com as suas possibilidades de ir e vir, cada passo seu é um colocar-se em perigo por seu rei. Mesmo que haja um ato de “protagonismo” dado/praticado pela dama no tabuleiro, pois afinal, ela vai para onde quiser, mata quem ela quiser, na direção que bem entender, mas por “ordem do destino” ela vai morrer no lugar da principal peça desse jogo por ser a sua designação. Temos, portanto, um retomar de sentido sempre pensado de forma secundária repetindo as posições da mulher que o imaginário social reproduz numa forma de identificação desse discurso dominador. Segundo Pêcheux (1999) a memória discursiva “deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador”

Da mulher-peça à serviço do homem. Peça que espalha sentidos ao encantar olhares ao sair à frente (bela, recatada e do lar, vestida de um tom rosa suave deixando suas “curvas delicadas, cabelos loiros, postura ativa). Esse homem

precisa de uma mulher no privado (para que ele tenha sucesso no público); sendo essa mulher-peça de um jogo, do seu “exercito” das belas mulheres lindas que são as recatadas e corpo-peças fundamentais dos lares das famílias típicas brasileiras. Criou-se o imaginário de que a mulher para ser adequada aos padrões sociais ela deve seguir os preceitos supracitados tornando-se uma mulher de “família” e respeitável.

Dito de outro modo, ao dizer que a rainha protege o rei, fazendo referência ao jogo de xadrez, os efeitos são de que esta mulher faria tudo para que este homem esteja no poder, o qual seria um excelente exemplo de como a rainha estaria protegendo o rei.

Ainda por meio deste gesto de análise, a mulher aparece como uma protetora, um útero. A força feminina vem de sua maternidade. Segundo esse discurso a figura da mulher como a rainha do lar, a matriarca, a mãe protetora; como sendo um indício de valores e ideologia de encaixe nos padrões estabelecidos como modeladores da honra e da moral.

Outra deriva de sentido parte do dizer que o homem precisa de uma (e esta seria única, como se houvesse um modelo, padrão) mulher nas horas difíceis. Diante dessas análises nós finalizaremos as nossas análises no capítulo a seguir, buscando analisar os sentidos dados para essas mulheres.

4.4 A CURVA MAIS LINDA DE UMA MULHER.COM

Neste subcapítulo trazemos as análises possíveis, por meio das SDs selecionadas para esse trabalho, num gesto analítico em compreender o funcionamento discursivo produzindo efeitos de sentidos na sociedade de um modo geral, mas principalmente nas mulheres.

A SD10: “A curva mais linda de uma mulher, é aquela que ela faz para desviar do feminismo”, texto retirado da imagem gerada na página *Mulheres.com*, no qual fica evidente a negação perante o movimento feminista.

Vejamos a imagem a seguir:

SD10: “A curva mais linda de uma mulher, é aquela que ela faz para desviar do feminismo³²”.



Fonte: Página do facebook, *Mulheres com Bolsonaro #17*.

O sujeito enunciador da DS10 procura produzir um discurso que direciona os sentidos rumo à desconstrução de uma formação imaginária de mulher construída ao longo da história pelo movimento feminista, ou seja, de mulheres independentes, que tomam decisões por si só.

Por outro lado, observamos também pontos de deslize desses discursos, em que por alguns momentos divergem das posições defendidas por *ela*, pois *elas* também se identificam com essa tal liberdade de escolhas defendida pelo feminismo.³³

Ao utilizar-se do verbete “curva” e relacionar a mulher, as autoras da postagem se inscrevem em uma FD sobre o corpo da mulher com curvas – seja

³² Acesso disponível em: <https://www.facebook.com/MulherescomBolsonaroOf>.

³³ Em seu texto *Feminismo e 'Discurso' do Gênero na Psicologia Social*, publicado em 2001, Conceição Nogueira faz menção a essa ideia: “[...] ser feminista, implica, no discurso tradicional, ser uma mulher mal-amada, desinteressante do ponto de vista sexual, com problemas de relacionamento interpessoal ou lésbica [...]” (NOGUEIRA, 2001, p. 9). Bila Sorj, no texto *O estigma das feministas* (texto de que foi retirada a segunda concepção de estereótipo apresentada anteriormente), publicado originalmente no jornal *O Globo*, em maio de 2005, fala sobre a imagem das feministas no Brasil da época: “quantas vezes ouvimos que as feministas são mulheres mal-amadas, histéricas, frustradas, raivosas, mal-humoradas” (SORJ, 2005, p. 1).

essa mulher magra, com seios fartos, bumbum protuberante, cintura fina, etc. -, curvas essas relacionadas há um padrão, geralmente, ditado pela sociedade de como deve uma mulher ser. Compreendemos que há uma memória, ou seja, um saber cristalizado nesta FD que guia a SD10 e relaciona o corpo com um determinado volume como “ideal” e que, portanto, é o modelo a ser seguido. Assim sendo, dizemos que os sentidos materializados discursivamente são constituídos nas/pelas FDs (ORLANDI, 1999). É por esta razão que eles sempre podem ser outros, uma vez que são (re)produzidos por sujeitos distintos pertencentes a FDs diversas que possuem memórias diferentes a respeito do corpo dito “perfeito”.

Com base na SD10, objetivamos demonstrar a existência de um outro modo de olhar para o corpo, não o da beleza física “perfeita”. A partir do verbal e não-verbal presente na SD10, é possível perceber que os sujeitos desta SD estão filiados a uma FD de viés religiosa, pois a mulher na imagem está com as mãos unidas, como em um gesto de oração e debruçada sobre um livro, que possivelmente seja uma bíblia, e que esta seja a meta a ser atingida, uma mulher dedicada ao discurso cristão. Souza (2004), pautada nos efeitos de sentido produzidos sobre a beleza feminina a partir do discurso bíblico, cita algumas passagens, além da imagem de Eva como figura sedutora, em que homens foram seduzidos pela beleza de uma mulher, como as histórias de rei Davi, rei Salomão, Sansão e Abraão:

Outros relatos bíblicos serviram de base para que determinadas facções religiosas instalassem o preconceito na relação homem mulher. Visto como vítima da maldade da mulher, o homem se instituiu como ser principal nessa relação, delegando à mulher um papel de inferioridade moral, física e mental. Dessa forma, retomando os lugares de memória de um discurso autoritário, tal como é o religioso, devido às suas características, essa memória sobrevive, valendo-se de uma incessante retomada de suas significações e da propagação de suas ramificações (SOUZA, 2004, p. 46).

Perrot (2007) qualifica a religião católica como clerical e macho, uma vez que só os homens podem exercer o sacerdócio, mantendo o poder, o saber e o sagrado. Entretanto, (PERROT, 2007, p. 84) afirma que esta organização deixa “escapatórias para as mulheres pecadoras: a prece, o convento das virgens consagradas, a santidade. E o prestígio crescente da Virgem Maria, antídoto de Eva. A rainha da cristandade medieval”. Com relação à religião como poder da mulher, a

autora pontua que as mulheres se dedicaram à igreja não só pelo dever que lhes era cobrado, mas também por ser algo prazeroso e que lhes oportunizava certa sociabilidade, buscando um espaço exterior à casa/lar. Neste sentido, dedicar-se à religião, mesmo com toda submissão imposta, ainda poderia ser, para a mulher, um refúgio contra o poder masculino e familiar. É principalmente pela via do discurso religioso que o feminismo é visto como subversivo, e portanto, é preciso desviar dele e seguir na onipotência do silêncio divino.

De um modo geral, é possível também dizer que o modelo social apresentado por Vigarello (1998) e a influência da Igreja acabaram contribuindo para a construção da percepção do que é ser homem e do que é ser mulher nos últimos séculos, culminando na existência de uma formação imaginária dos papéis e das funções sociais destes.

“Enquanto corpo simbólico, corpo de um sujeito, ele é produzido em um processo que é um processo de significação, onde trabalha a ideologia, cuja materialidade específica é o discurso” (ORLANDI, 2012, p.16), a afirmação da autora sobre o corpo do sujeito e sua constituição como um processo de significação, assim trazendo luz às nossas reflexões sobre os sentidos de corpo e o corpo produzindo sentidos, em um processo discursivo de produção de sentidos.

Por mais que as administradoras da página tentem produzir outros sentidos sob os benefícios conquistados por meio dos movimentos feministas, assim, elas estão reproduzindo ideologias feministas, pois mulheres na sociedade contemporânea só podem fazer o uso das redes sociais, por conta das lutas enfrentadas por aquelas que vieram antes de nós, dessa forma, essas *Mulheres.com*, estão enviesadas por um contradiscurso, no sentido de contestar essas questões como, por exemplo, o fato de que uma mulher precisa necessariamente estar filiada ao feminismo.

A memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramento, réplicas, polêmicas e contradiscursos. (PÉCHEUX, 1999, p.56).

Diante do exposto, é preciso compreender que para essas mulheres, estar

relacionada ao feminismo pode ter um efeito ruim, que advém de uma memória no que tange aos padrões que elas seguem, uma vez que as feministas não eram, e em alguns discursos ainda são ditas como mulheres que não se cuidam, não são bonitas, e assim por diante, partindo dessa premissa, estar filiada ao feminismo, afastaria de homens como o capitão que procuram por mulheres como a primeira dama. Dessa forma essas mulheres estão filiadas à FDs contrárias ao feminismo, mas que de alguma forma recuperam discursos desse movimento.

Deste modo, as FDs agrupam-se por terem entre si alguma relação, mas estão referenciando a um interdiscurso, ou seja, a uma memória discursiva que reúne um conjunto de já-ditos que sustentam os dizeres; portanto, os sujeitos encontram-se imersos em um saber discursivo que já está dado, não é aprendido e que transparece seus efeitos por meio do inconsciente e das ideologias³⁴ que envolvem os sujeitos:

O interdiscurso, longe de ser efeito integrador da discursividade torna-se desde então seu princípio de funcionamento: é porque os elementos da sequência textual, funcionando em uma formação discursiva dada, podem ser importados (metaforizados) de uma sequência pertencente a uma outra formação discursiva que as referências discursivas podem se construir e se deslocar historicamente. (PÉCHEUX, 2015, p.158).

Cumprir mencionar que, segundo Orlandi (2015), uma FD é constituída por fragmentos do interdiscurso, atravessada por uma ou mais FIs, estabelecendo uma matriz de sentidos, a qual sustenta os saberes e práticas que caracterizam determinada FD, permitindo o que pode e deve ser dito, levando-se em consideração a inscrição dos sujeitos dentro de um determinado aparelho ideológico. Todavia, esse processo se dá pelo assujeitamento, de forma inconsciente. Isso significa dizer, que os dizeres são determinados através de condições de produção específicas.

E em relação a isso, nas palavras de Malidier:

³⁴A dimensão categorial se relaciona com a categorização do ethos e pode tratar de posições discursivas ou extradiscursivas: mulher, mãe, contadora de histórias, brasileira etc. A dimensão experiencial, por outro lado, diz respeito às características estereotipadas associadas a essas categorizações: feminilidade e sensibilidade das mulheres. Já a dimensão ideológica está relacionada aos posicionamentos dentro de determinado campo discursivo (político, literário etc): feminista, modernista, de esquerda etc.

O conceito de interdiscurso cuja “objetividade material [...] reside no fato de que ‘isto fala’ sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”. Mas o interdiscurso não é a designação banal dos discursos que existiram antes nem a ideia de algo comum a todos dos discursos. Em uma linguagem estritamente althusseriana, ele é “o todo complexo a dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas, e “submetido à lei de desigualdade-contradição-subordinação”. Em outros termos, o interdiscurso designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desdobram as formações discursivas em função das relações de dominação, subordinação, contradição (MADIDIER, 2003, p. 51).

Pêcheux (1995) diz que a formação discursiva não é e não possui uma estrutura fechada, logo, capta elementos discursivos de outros lugares e com outras estruturas por ser porosa.

Ainda, pensando sobre esse conceito de interdiscurso, o autor atenta para o conceito de pré-construído, que é aquilo que já foi dito/dado em outro lugar, em outro contexto histórico e, por assim ser, os deslocamentos são possíveis por essa relação das formações discursivas, que recorrem ao interdiscurso, que têm relação com o pré-construído.

Portanto, é possível compreender as filiações dessas mulheres que recuperam ideologias feministas, mas se mostram contrárias a esse movimento tão importante sócio-historicamente para a emancipação da categoria sujeito mulher³⁵, pois ressignificam as imagens e ideologias do que é ser mulher, como é o ser mulher, possibilidade esta que é uma vitória do movimento feminista, assim como possibilitar que aquelas contrárias ao movimento tenham esse direito - o de serem contrárias ao feminismo. Assim, a matriz de sentidos é afetada pela contradição e heterogeneidade.

A regularidade que se apresenta nas SD trazidas nesse trabalho, são os ditos de como a mulher deve ser, a mulher sujeita das FDs imbricadas com/por *e/e*. Como uma tentativa de homogeneizar o comportamento, a condição e quem são

³⁵“Segundo Butler, a construção de uma categoria mulheres como um sujeito estável, coerente e universal implica interpretações problemáticas e obscurece as diferenças no interior dessa categoria” (FEMENÍAS, María Luisa. A crítica de Judith Butler a Simone de Beauvoir. In: Sapere Aude, v. 3, n.6, 2012, p. 332). É necessário destacar que Beauvoir não aparentava estar completamente alheia ao tema da interseccionalidade. Isso parece evidente quando enuncia que “burguesas são solidárias dos burgueses e não das mulheres proletárias; brancas, dos homens brancos e não das mulheres negras” (BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: fatos e mitos; tradução Sérgio Milliet. - 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 16). Tendo em vista que muitas destas pautas ainda não faziam parte da agenda feminista, na época em que O Segundo Sexo foi escrito, pode-se dizer que Beauvoir teve um insight precursor e, decerto, sua teoria foi indispensável para que se chegasse ao feminismo interseccional.

essas mulheres.

A forma-histórica de qualquer sujeito atual representa-se em uma contradição. Pois, ele é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso; retomando as palavras de Orlandi (2010, p. 04), é “um sujeito capaz de uma liberdade ilimitada e uma submissão sem falhas, na qual pode dizer tudo, desde que se submeta à língua para sabê-la”.

Desse modo, pode-se perceber que a AD busca compreender o processo de assujeitamento, em termos do modo de inscrição da interpelação pela ideologia, a qual sofrerá interferência pelo viés subjetivo de cada sujeito.

Sendo assim, o sujeito da AD não é o sujeito empírico, mas a posição sujeito projetada no discurso. Isto é, há em toda língua mecanismos de projeção que permitem passar da situação sujeito para posição-sujeito no discurso.

Nos dizeres de Orlandi (1999, s.p.):

Pensando-se a subjetividade podemos então observar os sentidos possíveis que estão em jogo em uma posição-sujeito dada. Isso porque, o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para a sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição sujeito (discursiva).

Logo, compreender o funcionamento discursivo proposto por essas mulheres que estão na página *Mulheres.com*, está relacionado com a sua vivência, algo do subjetivo que é preciso evidenciar na linguagem e nas ações e mesmo aquelas que não tenham vivido essas experiências sentem a necessidade de se identificar com o discurso proferido das mulheres da referida página, como um ato de pertencimento aquele grupo, mesmo que não o seja, pois é subjetivo.

A própria imagem da SD10 é contraditória, pois temos uma mulher que supostamente o lê, ou interessada em ler um livro que está sobre a mesa, questões como essa de acesso às universidades, por exemplo, o direito de estudar, foi uma das propostas dos movimentos feministas, que encorajaram mulheres a adentrarem nas universidades e novamente percebemos a falha nesse processo de desidentificação.

Ainda é possível outro efeito de sentido, que essas mulheres da referida página, falem sobre desviar das teorias feministas, mas não de suas conquistas,

pois como apontado nas análises anteriores, *elas* se apropriam dessas ações, como o simples fato de poder ter uma página em uma rede social, pública, que são e somente foram possíveis, por meio da luta dessas mulheres feministas que *elas* tanto criticam, e que ao criticar invocam, fazendo com que estas sejam lembradas, e conseqüentemente, causem reflexões e até possíveis deslizamentos de sentidos³⁶.

³⁶ [...] o patriarcado é uma forma de organização social onde suas relações são regidas por dois princípios basilares: as mulheres estão subordinadas hierarquicamente aos homens, e os jovens estão subordinados hierarquicamente aos homens mais velhos, patriarcas da comunidade. (SCOTT, 1995, p. 71)

5 EFEITOS FINAIS

Pensar no funcionamento discursivo da página *Mulheres.com*, alicerçados no aporte da AD, propicia analisar os efeitos de sentido sobre a imagem da mulher que permite refletir sobre como *elas*, ao tomarem partido por uma prática política, produzem um outro discurso, que não está evidenciado, mas se faz presente, porém, se sustenta?

Elas são porta-vozes de um discurso que desliza, marcado pela interpelação do inconsciente ideológico frente a análise do funcionamento discursivo. O que revela que o sujeito exposto aos discursos pertencentes a diferentes conjunturas ideológicas, aceitos e negados (consciente/inconscientemente) se fundem e fazem irromper sentidos que podem não ser os desejados, mas que são constitutivos de uma memória, uma memória discursiva.

Assim, em nosso texto, buscamos mobilizar a compreensão de que os dizeres são compostos por pré-construídos. Da mesma forma, entendemos que o sujeito do discurso é construído a partir de um já-dado, isto é, manifesta-se numa materialidade que lhe é anterior, moldando-se pelas condições de produção e pelo conjunto de regras da sociedade.

Depreende-se que o discurso das mulheres analisadas, é porta-voz de outros discursos estabilizados. O patriarcado regula todos os espaços, porém, por meio do lapso na escrita, como na SD6, há uma tentativa de romper essa esfera da filiação patriarcal.

Com isso, saberes de uma FD podem atravessar os saberes de outra FD em função de ser porosa, e é especialmente, pelo viés do inconsciente, mostrando-nos que pensar a “interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas” (PÊCHEUX, 2014).

O sujeito do discurso ao ser interpelado em sujeito pela ideologia, ocupa o seu lugar no emaranhado de discursos e, sempre-já sujeito, resiste. Esse assujeitamento é da ordem do simbólico e do político, sendo assim, da resistência. Ou seja, para ser sujeito, é necessário ocupar uma posição no discurso e, portanto, resistir a outras. Deste modo, *elas* resistem, por exemplo, às conquistas dos movimentos feministas, depreciando-os, como na SD10, mas valendo-se das mesmas para ocupar um determinado espaço.

Ao longo do *corpus*, há uma regularidade constituída. A página está

ancorada numa imagem de mulher que partilha de uma filiação ideológica em que o homem é superior a mulher, em que *ele* é superior a *elas*, reproduzindo valores que são contra elas. O patriarcado é o responsável pela hierarquia entre homens e mulheres, com privilégios à figura masculina.

A SD1 remonta à memória de subjugação do sujeito-mulher que, inserida em um cenário de domínio histórico do masculino sobre o feminino, podendo ele afetar a integridade psicológica desta, inclusive física, quando menciona o estupro, e revelando uma posição de superioridade do homem sobre a figura feminina, que determina o modo como as mulheres são vistas, em especial, pelo sujeito-homem filiado à FD de dominador.

O lugar ocupado pelo sujeito-homem na SD1 confere-lhe o poder de ter o domínio e decidir sobre o corpo da mulher, fundamentado nos princípios de uma sociedade patriarcal, que vê com naturalidade o discurso masculino sobre o corpo feminino sem que socialmente seja considerado uma agressão para quem ouve o discurso proferido, enquanto o lugar ocupado pelo sujeito-mulher não é o de vítima, pois frente ao discurso de que só não será estuprada, nesta situação, porque não merece, mas que há mulheres que merecem.

Mulheres que estão a serviço do homem (SD7), de um estereótipo de beleza (SD10), mulheres elogiadas por ocuparem lugares que são predominantemente masculinas, como na política. Mas, há também uma fissura, sentidos que escapam e se mostram pela ocorrência do lapso na escrita, do equívoco, da resistência e que se filiam a redes de memórias discursivas distintas.

Nosso *corpus* nos permite observar que há regularidades no discurso do sujeito mulher que se encontra em um processo de identificação com a forma-sujeito que constitui a FD “mulheres com o presidente³⁸”. O que se observa é que o sujeito em processo de identificação traz uma memória que produz sentidos que tendem à cristalização de um padrão de mulher próprio da FD em que se inscreve, ou seja, de uma mulher com um corpo valorizado esteticamente, uma mulher branca. As pretas, indígenas, lésbicas, trans são silenciadas, não são ditas.

Todavia, há um jogo parafrástico, que elas tentam apagar, pois desviam do feminismo, porém estão indo de encontro, retomam o discurso feminista, logo, ao invés de invisibilizar o movimento feminista elas retomam as memórias sobre o porquê de irem contrárias ao referido movimento, o que causa reflexão sobre as conquistas tão valiosas para a nossa sociedade.

Há um imaginário de mulher que se filia ideologicamente a um dizer machista, mas também que pode se filiar a um dizer feminista, pois se a mulher pelo feminismo liberal é livre para fazer o que quiser, como quiser, é também livre para se filiar, inclusive, aos ideais do presidente³⁸, pois se identifica com o discurso que o elegeu; os princípios de família tradicional, do cidadão de bem.

Um dos efeitos de sentidos, a partir das SDs, é que há uma tentativa de normatizar e padronizar a mulher, bem como, uma ideia de como a mulher deve ser para ser aceita, ou fazer parte do grupo da página *Mulheres.com*, pois para essas mulheres é preciso serem aceitas por *ele*, e *ele*, exige e tem um padrão, não como o da Deputada Tabata Amaral, afinal, que qualidades ela tem, e também não pode ser como a Deputada Maria do Rosário, essa não merece nem ser estuprada, não é? Mas como a primeira dama, como as bolsolindas, como as bolsominions, como rainhas que protegem e obedecem ao seu rei.

Mais importante do que criticar essas mulheres é compreendê-las em suas FDs, pois como dito anteriormente nesse trabalho, a elas é assegurado o direito de livre pensamento e expressão, mesmo que o façam contrárias ao feminismo, movimento esse que possibilitou tais direitos, a elas é assegurado o poder de se expressarem, ser e existir como quiserem. É nas relações sociais que a subjetividade se constitui. Pode, portanto, a subjetividade ser condição de resistência? Sim, pois a subjetividade não é formada no sujeito como imposição, ela é um movimento de contradição, não é construída, é produzida.

Há a necessidade imediata de trabalhar nas escolas desde os anos iniciais, principalmente, com as meninas, mas com os meninos também, o que foi, o que é, e o que representa o movimento feminista para as mulheres, pois foi esse movimento que permitiu a circulação e a apropriação da mulher ao espaço público, visto que durante toda a história da sociedade a estas foi lhes condicionado o privado, o lar, o ambiente doméstico e os cuidados com a prole.

As reflexões de Nancy Fraser conduzem para a construção da busca por uma emancipação política e humana. As linhas tênues das políticas, das regras decisórias funcionam de modo a negar a algumas mulheres, equivocadamente, a possibilidade de participar como um coletivo, com as demais, na interação social e principalmente nas arenas políticas por representatividade e justiça social, cunhando estratégias que realmente contemplem todas as questões relativas à emancipação (FRASER, 2009). Afinal, como pensar em emancipação sem que todas as

opressões sejam levadas em consideração? Se a emancipação humana é a emancipação do todo, e nesse todo existem desigualdades, é nosso dever pensar sobre elas e as colocar em evidência a fim de que a emancipação humana abarque todas as diferenças, tanto de classe, quanto de sexo e raça/etnia.

A partir desse contexto, compreendemos que a emancipação das mulheres não é apenas política, uma vez que, situada em um contexto de intensa dominação-exploração oriunda do imbricamento entre patriarcado e capitalismo, a libertação das mulheres só acontecerá com o rompimento dessas duas ordens. Assim, a luta feminista deve buscar pelo rompimento da ordem patriarcal, racista e capitalista, que possibilite, de fato, que a emancipação humana seja um horizonte a ser alcançado.

Parafraseando Pêcheux, é preciso ousar revoltar-se para que as transformações sejam possíveis neste mundo de opressão e de falta de liberdade. Uma liberdade sobre o próprio corpo, sobre a própria voz, sobre a própria expressão, numa circularidade que, assim como a democracia e o feminismo, nunca está pronta...

Os efeitos aqui apresentados estão permanentemente em aberto, porosos, sujeitos a complementações e/ou suplementações. Pois como bem disse Freud, “o que não se recorda, se repete”.

Que possam ressignificar o ser mulher, pois como dito por Simone de Beauvoir “Querer ser livre é também querer livres os outros”.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jéssica Teles de; MACHADO, Raquel Ramos Cavalcanti Machado. **As cotas de candidatura por gênero e a inconstitucionalidade do projeto de lei Nº 1.256/2019**. Revista de Teorias da Democracia e Direitos Políticos. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistateoriasdemocracia/article/view/5542>. Acesso em: 23 de janeiro 2021.
- BARBAI, Marcos Aurelio. Litígios no ciberespaço: a rede na ponta da língua. *In*: CARROZA, G.; SANTOS, M. dos; SILVA, T.D. da. (Orgs.). **Sujeito, sociedade, sentidos**. Campinas: Editora RG, 2012. P. 59-77.
- BATISTA, Carmem Lucia. Os conceitos de apropriação: contribuições à Ciência da Informação. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 210-234, maio/ago. 2018.
- BOAVENTURA, Luis Henrique; FREITAS, Ernani Cesar de. **O “cidadão de bem” e o “bolsominion”**: leituras antagônicas de um estereótipo no discurso político brasileiro. *Revista Desenredo*, 15(3). 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.5335/rdes.v15i3.9628>. Acesso em: 09 nov. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. 17ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- BARONAS, Roberto Leiser. **Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade**. *In*: SARGENTINI, Vanice e Pedro Navarro-Barbosa. *Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos (SP): Claraluz, 2004, p. 45-62.
- CASTRO, Priscila Rodrigues de. **As lutas feministas e sua articulação pelas mídias digitais: percepções críticas**. *Rev. Katálysis*, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 459-469, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p459>. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802020000300459&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 10 set. 2021.
- CATTELAN, João Carlos. **Do ato falho: elucidação para quem?** 2020. Disponível em: <https://url.gratis/aYhDv>. Acesso em: 13 jun. 2021.
- CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHRAUDEAU, Patrick. **Uma teoria dos sujeitos da linguagem**. *In*: MARI, Hugo, et al. *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Núcleo de análise do discurso. Belo Horizonte: FALE; UFMG, 2001.
- CORBIN, Alain. A virilidade reconsiderada sob o prisma do naturalismo. *In*: CORBAIN, Alain [et al]. **História da Virilidade – 2**. O triunfo da virilidade: o século XIX. Trad. João Batista Kreuch e Noéli Correia de Melo Sobrinho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. (p.7-12).
- de PAULA, Luciane; OLIVEIRA, Natasha Ribeiro. **Minions nas telas e bolsominions na vida**: uma análise bakhtiniana. *Letrônica*, 13(2), e36198. 2020.

Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2020.2.36198>. Acesso em: 10 nov. 2020.

DIAS, Cristiane. **Análise do discurso digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas: Pontes Editores, 2018. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao40/resenha.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.

FACEBOOK completa 10 anos: **conheça a história da rede social**. Terra. 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/tecnologia/facebook-completa-10-anos-conheca-a-historia-da-rede-social,c862b236f78f3410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 06 set. 2020.

FARIAS, Leidiane. Ciberativismo no Brasil: **ativismo no ciberespaço**. 2018. Disponível em: http://issuu.com/ciberfeminismobrasil/docs/livro_ciberfeminismos_no_brasil_ati. Acesso em: 20 fev. 2021.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

FRASER, N. **O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e gênero**. In: BENHABIB, S. & CORNELL, D. (orgs.). *Feminismo como crítica da modernidade*: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1995.

FRASER, N. **Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente**. *Revista Ecuador Debate*, n. 46. 1999.

FRASER, N. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista**. In: SOUZA, J. (org.). *Democracia hoje*: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB. 2001.

FRASER, N. **Reframing justice**. Amsterdam: Royal Van Gorcum. 2005a.

FRASER, N. **Reframing Justice in a globalizing world**. *New Left Review*, London, n. 36, p. 69-88. 2005b.

FRASER, N. **Abnormal Justice**. In: APPIAH, K. A. *Justice, Governance, Cosmopolitanism, and the Politics of Difference*: Reconfigurations in a transnational World. Berlin: Der Präsident der Humboldt-Universität zu Berlin. 2007a.

FRASER, N. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308. 2007b.

FRASER, N. **Scales of Justice: Reimagining Political Space in a Globalizing World (new Directions in Critical Theory)**. New York: Columbia University, 2008.

FRASER, N. **Feminism, Capitalism and the Cunning of History**. *New Left Review*, London, n. 56, p. 97-117. 2009.

FRASER, Nancy e JAEGGI, Rahel. ARRIZZA. Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi. **Feminism for the 99%: A Manifesto**, Verso, 2019.

FRASER, Nancy e JAEGGI, Rahel. **Capitalism: A Conversation in Critical Theory**, Polity, 2018.

GALLO, Solange Leda. Na teoria e na prática: para onde vamos? In **Análise de Discurso em rede: Cultura e Mídia**. Campinas, SP. Vol. 4. Pontes Editores, 2019.

GARCEZ, L. H. C. **A escrita e o outro: os modos de participação na produção do texto**. Brasília: UNB, 1998.

GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. **“Me parabenizar 1 dia é fácil. Quero ver me respeitar nos outros 364”**: uma análise discursiva do dia 08 de março. *Revista do Gel*, v. 11, n. 2, p. 170-197, 2014. Disponível em: <<http://revistadogel.gel.org.br/rg/article/view/262/287>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

GARCIA, Dantielli Assumpção; ABRAHÃO E SOUSA, Lucília Maria. A Marcha das Vadias nas redes sociais: um discurso da militância? (p. 1041 a 1055). **Revista Estudos Linguísticos**. Vol. 43, n.3. São Paulo, 2014. Disponível em: <https://goo.gl/kkRB8S>. Acesso em: 09 nov. 2020.

GREGOLIN. M. R.; BARONAS. R. **Análise do Discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Clara Luz, 2001. p. 109-124.

GRIGOLETTO, Evandra. **Entre a dispersão e o controle: ler os arquivos da internet hoje**. In: FLORES, G. G. B.; et al (Orgs.). **Análise de Discurso em rede: cultura e mídia**. Campinas: Pontes, 2017. p. 145-169.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido**. Campinas: Pontes, 1995.

HENRY, Paul. **A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso**. Tradução: Maria Fausta de Castro. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. **A fala dos quartéis e as outras vozes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

INDURSKY, Freda. **Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva**. In: BARONAS, L. B. **Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.

INDURSKY, Freda. **Lula Lá: estrutura e acontecimento**. In: *Organon* 35, v. 17, *Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2003.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. 23.ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

KIRKPATRICK, David. **O efeito facebook – os bastidores da história da empresa que conecta o mundo**. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2011.

LACAN, J.(1953-1954/2009) Seminário livro 1. **Os escritos técnicos de Freud**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda.

LAGAZZI, Suzy. **Linha de Passe: a materialidade significativa em análise**. RUA [online] – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>>, n. 16, v. 2, 2010, acessado em 12 de agosto de 2021.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **Da ambiguidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

MAIA, Maria Claudia G. **O lapso de escrita como refúgio do sujeito**. In: MARIANI, Bethania (Org.). A escrita e os escritos: reflexões em análise do discurso e psicanálise. São Carlos: Claraluz, 2006.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do Discurso: (Re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Editora Pontes, 2003.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989)**. 1996. 256f. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 1996.

MELO, Débora. **Bolsonaro afirmou, sim, que não empregaria mulher com mesmo salário de homem**. Huffpost Brasil. 2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/08/18/bolsonaro-afirmou-sim-que-nao-empregaria-mulher-com-mesmo-salario-de-homem_a_23504540/. Acesso em: 06 set. 2020.

MIRANDA, Cynthia Mara. **Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil e no Canadá**. Interfaces Brasil/Canadá: Revista Brasileira de Estudos Canadenses, Canoas, v. 15, n. 1, p. 347-385, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/interfaces/article/view/6721>. Acesso em: 15 dez. 2021.

MITTMANN, Solange; SILVA, Carla Maicá; SILVA, Maria Daniela Leite. **Práticas feministas de resistência em redes sociais digitais**. In **Análise de Discurso em rede: Cultura e Mídia**. Campinas, SP. Vol. 4. Pontes Editores, 2019.

MORIN, Edgar. **O jogo em que tudo mudou**. In: COHN, Sérgio; PIMENTA, Heyk. Encontros de Maio de 68. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.

MUSSALIM, Fernanda. **Análise do Discurso. Introdução à linguística: domínios e fronteiras**, v. 2, n. 2, p. 101-142. São Paulo. Editora Cortez, 2001.

NIETZSCHE, F. Coleção: **Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultura, 1999.

ORLANDI, Eni Puccineli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 9. Ed. São Paulo: Pontes, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Editora brasiliense s.a., 1983.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Eu, tu, ele**: discurso e real da história. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? In: **Linguística**: questões e controvérsias. Uberaba (MG): Faculdades Integradas de Uberaba (FIUBE), 1981, pp. 09-26.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**: Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. Puccineli. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das ideias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico**. In: DIAS, Cristiane. **Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital [online]**. Série e urbano. Vol. 2, 2013, Consultada no Portal Labeurb – <http://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/> Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB/Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

OTTO, Clarícia. **O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces**. **Estudos Feministas, Florianópolis**, v.12, n.2, p. 238-241, maio/ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000200015. Acesso em: 30 jul. 2021.

PARISER, Eli. **The Filter Bubble**. New York: The Penguin Press, 2011.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma análise automática do discurso: uma introdução a obra de Michel Pêcheux**. Trad. Bethânia S. Mariani et al. 5º ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 4ª ed. Campinas: Pontes, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

PÊCHEUX, Michel. **O papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas-SP: Editora Pontes, 1999.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni P. Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2014a.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, C. **A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas**. In: GADET, F.; HACK, T. (Org.). Por uma análise

automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e Perspectivas (1975). *In*: GADET, Françoise e HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Trad. Bethânia S. Mariani et al...3º ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, p. 163-252, 1997.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. (Trad. Ângela M. S. Corrêa). São Paulo: Contexto, 2007.

PINTO, C. R. J. **Feminismo, História e Poder**. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Feminismo, história e poder**. *Revista Sociologia Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RORTY, R. (1967). **The linguistic turn**: Recent essays in philosophical method. Chicago: Univ Chicago Press.

RUDGE, Ana Maria. (1998). **Pulsão e Linguagem**: Esboço de uma concepção psicanalítica do ato. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero patriarcado violência**. 2.Ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, 20, 71-99.

SOIHET, Rachel. **O feminismo tático de Bertha Lutz**. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006.

SCHNEIDER, Élen Cristiane. **O Valor Social do Trabalho e a Justiça Consustancial**. 2016, 367f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Porto Alegre, BR-RS, 2016.

SOUZA, Aureci de Fátima da Costa. **O percurso dos sentidos sobre a beleza através dos séculos**: uma análise discursiva. 2004. [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Linguística). Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, 2004. Orientadora: Profa. Dra. Eni Puccinelli Orlandi.

TEIXEIRA, Marlene. **Análise de discurso e psicanálise**: elementos para uma abordagem do sentido no discurso. 2.ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

VIANNA, TEIXEIRA, Marlene. **Análise de discurso e psicanálise: elementos para uma abordagem do sentido no discurso**. 2.ed.

Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005. Cynthia Semíramis Machado. **A reforma sufragista: marco inicial da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Brasil** / Cynthia Semíramis Machado Vianna. - 2016.

VIGARELLO, Georges. **História do estupro: violência sexual nos séculos XVI-XX.** (Trad. Lucy Magalhães). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

VINHAS, Luciana Iost. **Considerações sobre o pré-construído na Análise de Discurso: gesto de interpretação de dizeres de uma mulher presa.** Disponível em: Cad. Est. Ling., Campinas, v.62, p. 1-15, e020024, 2020. Acesso em 20 de jul. de 2021.

VINHAS, Luciana Iost. **Materialidade Discursiva.** In: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). Glossário de termos do Discurso – edição ampliada. 1. ed. – Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres.** Trad. Waldéa Barcellos. 12ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Rosa dos Tempos, 2020.

ZOPPI FONTANA, Mônica Graciela; FERRARI, Ana Josefina. **Mulheres em Discurso: gênero, linguagem e ideologia.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

ZOPPI FONTANA, M. **Lugares de enunciação e discurso.** CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2., Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2001.